

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO**

ANTONIO JOSÉ CASTELO BRANCO RIBEIRO

**O Parque Nacional da Serra da Capivara e a
urbanização de São Raimundo Nonato:
transformações socioespaciais no Piauí e suas
repercussões no entendimento de Sertão**

Recife, 2015

ANTONIO JOSÉ CASTELO BRANCO RIBEIRO

O Parque Nacional da Serra da Capivara e a urbanização de São Raimundo Nonato: transformações socioespaciais no Piauí e suas repercussões no entendimento de sertão

Orientador: Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel

Tese apresentada como requisito complementar para obtenção do grau de Doutor em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

**Recife - PE
2015**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB-4 1291

R484p Ribeiro, Antonio José Castelo Branco.

O Parque Nacional da Serra da Capivara e a urbanização de São Raimundo Nonato : transformações socioespaciais no Piauí e suas repercussões no entendimento de sertão / Antonio José Castelo Branco Ribeiro. – Recife: O autor, 2015.

186 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.

910 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2015-53)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS - DCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PP GEO**



ANTONIO JOSÉ CASTELO BRANCO RIBEIRO

**O PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA E A URBANIZAÇÃO DE SÃO RAIMUNDO
NONATO: TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO PIAUÍ E SUAS REPERCUSSÕES NO
ENTENDIMENTO DE SERTÃO**

Tese aprovada, em 30/06/2015, pela comissão examinadora:

Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel
(1º examinador – orientador – PP GEO/DCG/UFPE)

Prof. Dr. Clódsen dos Santos Silva
(2º examinador – Ciências Sociais/UESPI)

Profa. Dra. Tanya Maria Pires Brandão
(3º examinador – História/UFPE)

Prof. Dr. Antonio Carlos de Barros Corrêa
(4º examinador – PP GEO/DCG/UFPE)

Prof. Dr. Hernani Loebler Campos
(5º examinador – PP GEO/DCG/UFPE)

**RECIFE – PE
2015**

DEDICATÓRIA

Ao meu querido pai, José Martins Ribeiro, e à minha querida mãe, Otacília Camilo Castelo Branco Ribeiro (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Embora uma tese seja, pela sua finalidade acadêmica, um trabalho individual, há contributos de natureza diversa que não podem e nem devem deixar de ser realçados. Por essa razão, desejo expressar os meus sinceros agradecimentos:

Ao Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel, meu orientador, pela competência científica e acompanhamento do trabalho, pela disponibilidade e generosidade reveladas ao longo destes anos de trabalho, assim como pelas críticas, correções e sugestões relevantes feitas durante a orientação.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco pelas suas formas solícitas de me atender quando necessitei de ajuda.

Ao Prof. Dr. Alcindo José de Sá e ao Prof. Dr. Jan Biton, pelo acolhimento e incentivo, práticas indispensáveis para meu amadurecimento intelectual.

Ao Prof. Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves e à Prof.^a Dr.^a Maria Tereza Alencar, pela colaboração no momento da qualificação.

À Prof.^a Dr.^a Tanya Maria Pires Brandão, pela disposição apresentada quando convidada para compor a banca como suplente.

À minha família, em especial a Fernanda e Luis Fernando, pela compreensão e ternura sempre manifestadas apesar da falta de atenção e ausências, pela excitação e orgulho com que sempre reagiram aos resultados acadêmicos ao longo dos anos. Espero que o entusiasmo, seriedade e empenho que dedico ao trabalho lhes possa servir de estímulo para fazerem sempre “mais e melhor”.

Aos meus irmãos e irmãs, pela excelente amizade, acolhimento e apoio manifestados ao longo dos anos.

Aos colegas da turma de doutorado, em especial Josafa Ribeiro e Jorje Martins Filho, pelo apoio prestado em momentos difíceis, pelas proveitosas conversas e pelas besteiras que serviram para amenizar momentos de tensão.

À Universidade Estadual do Piauí, pelo apoio e pelas excelentes condições de trabalho que me proporcionaram, sem as quais não seria possível a concretização do trabalho de doutoramento.

Mais uma vez, a todos, os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar como as transformações socioespaciais implicam um novo entendimento geográfico de uma sociedade, sobre um determinado aspecto, em um determinado tempo. De modo específico, busca-se compreender como o sertão passou a ser concebido pelos atuais habitantes de São Raimundo Nonato - PI a partir de alguns marcos significativos que podem ser encontrados na criação do Parque Nacional da Serra da Capivara, no início da década de 1970, e no recente fenômeno de urbanização na última década. Parte-se da premissa de que o novo contexto cultural favorecido por tais transformações pode proporcionar uma melhor compreensão sobre “sertão” na atualidade. Com o trabalho, foi possível constatar que cada vez menos o modo de sobrevivência está ligado à terra, mas sim a um emprego formal ou mesmo informal, no comércio ou principalmente em órgãos ligados ao poder público. A municipalização de parte dos recursos federais destinados à saúde e à educação teve importante papel na dinâmica produtiva local. Um outro aspecto a ser considerado quando se fala em sertão diz respeito aos fluxos migratórios. No caso em estudo, São Raimundo Nonato, o que se tem é uma movimentação de trabalhadores em constantes idas e vindas, tornando ainda mais dinâmica a realidade social local. Os entrevistados demonstram um sentimento com problemas relacionados à vida urbana. As caracterizações depreciativas do viver no sertão como incivilizado, matuto, palco de constantes brigas entre famílias, foram substituídos por depreciativos ligados à periferia do sistema de produção capitalista, ou seja, com caracterizações que o colocam como lugar de pouca infraestrutura, de sistema de saúde precário, de má qualidade no sistema educacional, poluição, e o sentimento de violência foi substituído pelo sentimento de insegurança. Um aspecto interessante que foi possível comprovar com o campo é a falta de sentimento de pertencimento ao sertão. O discurso sobre o tema parece estar mais presente em estados como Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. No caso de São Raimundo Nonato, mesmo inserido na porção semiárida no Nordeste, a população local, inclusive na faixa etária acima de 50 anos, não parece assumir a identidade de sertanejo para si.

Palavras-chaves: **Sertão, Lugar, Nordeste, São Raimundo Nonato, urbanização.**

ABSTRACT

This study aims to analyze how socio-spatial transformations require a new geographic understanding of a society in a certain aspect at a certain time. Specifically, it seeks to understand how the *sertão* began to be conceived by current inhabitants of the City of São Raimundo Nonato, PI, from some significant milestones that can be found in the creation of the Serra da Capivara National Park in the early 1970s, as well as in the recent urbanization phenomenon in the last decade. It starts from the premise that the new cultural context favored by such transformations can provide a better understanding of the "sertão" today. With this study it was possible to verify that the survival mode is less and less connected to the land, but to a formal or even informal employment, in trade or especially in institutions linked to the government. The municipalization of part of the federal funds for health and education played an important role in the local productive dynamics. Another aspect to be considered about *sertão* is regarded to migration flows. In this particular case, São Raimundo Nonato, what we have is a movement of workers in constant comings and goings, making the local social reality even more dynamic. Respondents demonstrate a sentiment with regards to urban life problems. Derogatory characterizations of living in the *sertão* as uncivilized, *matuto*, scene of constant fighting among families, were replaced by derogatory characterizations connected to the periphery of the capitalist system of production; in other words, with characterizations that make it as a place with poor infrastructure, problematic health system, poor quality in the educational system, pollution, and the feeling of violence was replaced by the feeling of insecurity. An interesting aspect that has been possible to prove with the field is the lack of sense of belonging to the *sertão*. The discourse on the subject seems to be more prevalent in states as Ceará, Pernambuco, Paraíba and Rio Grande do Norte. In the case of São Raimundo Nonato, even inserted into the semi-arid portion in the Northeast, the local population, including the age group over 50 does not seem to take on the *sertanejo* identity for themselves.

Keywords: **Sertão, Place, Northeast, São Raimundo Nonato, Urbanization.**

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fluxograma do estudo de caso	29
Figura 2 - Sub-regiões do Nordeste.....	43
Figura 3 - Localização da área de estudo.....	70
Figura 4 - Número de municípios por unidade da federação entre os anos de 1872 a 2010.....	76
Figura 5 - Evolução do número de municípios no Brasil de 1872 a 2010	77
Figura 6 - Estimativa do domínio territorial do município de São Raimundo Nonato da sua elevação a categoria de vila à década de 1970.....	79
Figura 7 - Território Serra da Capivara	82
Figura 8 - Rede de caminhos por onde circulava a mercadoria gado	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Localização geográfica	68
Tabela 2 - População total, domicílios e famílias residentes	71
Tabela 3 - População residente segundo os grupos de idade	71
Tabela 4 - Os municípios desmembrados diretamente de São Raimundo Nonato a partir de 1851 até 1962.....	74
Tabela 6 - Municípios desmembrados diretamente de São Raimundo Nonato a partir de 1983 até a atualidade	78
Tabela 7 - Municípios de hoje que correspondem à área de São Raimundo Nonato em 1851	80
Tabela 8: Nomes dos entrevistados.....	163

LISTA DE SIGLAS

ABHA – Água e o Berço do Homem Americano

ADAPI – Agência de Defesa Agropecuária do Piauí

AGESPISA – Águas e Esgotos do Piauí S/A

BID – Banco Internacional de Desenvolvimento

BPF – Boqueirão da Pedra Furada

BPM – Batalhão da Polícia Militar

CEPISA – Companhia Energética do Piauí S/A

CEPRO – Fundação centro de Pesquisa Econômicas e Sociais do Piauí

CIRETRAN – Coordenadoria de Circunscrição Regional de Trânsito

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Codevasf – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CRS – Coordenação Regional de Saúde

DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito do Piauí

ECC – Encontro de Casais com Cristo

EMATER – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí

FADEP – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí

FCO – Fundos de Financiamento do Centro-Oeste

FINAM – Fundos de Investimentos da Amazônia

FINOR – Fundos de Investimento do Nordeste

FNE – Fundos de Financiamento do Nordeste

FNO – Fundos de Financiamento do Norte

FUNDHAM – Fundação Museu do Homem Americano

FUNDHAM – Fundação Museu do Homem Americano

GREs – Gerências Regionais de Educação

GTDN – Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste

IAPEP – Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IFPI – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

IFPI – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Nacional

JUCEPI – Junta Comercial do Estado do Piauí

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

ONGs – Organizações Não-Governamentais

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNDR – Programa Nacional de Desenvolvimento Regional

PPAs – Planos Plurianuais

PROERD – Programa de Resistência às Drogas e à Violência

SASC – Secretaria da Assistência Social e Cidadania

SEAD – Secretaria de Administração

SEDUC – Secretaria de Educação

SEFAZ – Secretaria da Fazenda

SEMAR – Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí

SEMTAS – Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social

SEPLAN – Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí

SESAPI – Secretaria Estadual de Saúde

SETRE – Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SPES – Secretaria de Políticas de Empregos e Salário

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

SUDENE –Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUS – Sistema Único de Saúde

TD – Território de Desenvolvimento

TJ-PI – Tribunal de Justiça do Piauí

UESPI – Universidade Estadual do Piauí

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
PRIMEIRA PARTE - O SERTÃO: DO SERTÃO BRASILEIRO AO SERTÃO NORDESTINO	25
1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DE CASO PARA A ABORDAGEM DO SERTÃO	26
1.1 O sertão no imaginário brasileiro.....	32
1.2 A dinamicidade do conceito de sertão no imaginário brasileiro	34
1.3 Do sertão brasileiro ao sertão nordestino: um esforço para a sua caracterização	47
1.4 A apropriação do sertão nordestino para fins regionalistas.	51
1.5 O sertão e as abordagens sobre o Piauí e São Raimundo Nonato	56
SEGUNDA PARTE- PANORAMA SOBRE SÃO RAIMUNDO NONATO: INSERÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS NUMA CIDADE DO SERTÃO PIAUIENSE	61
2 PANORAMA SOBRE O MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO	62
2.1 A localização geográfica da cidade de São Raimundo Nonato	67
2.2 A linha do tempo para São Raimundo Nonato	71
2.3 A criação do Parque Nacional Serra da Capivara e o impacto na cidade e na microrregião	80
2.4 As instituições representativas do Estado no município de São Raimundo Nonato - PI	85
2.5 Instituições estaduais instaladas em São Raimundo Nonato	90
2.6 Instituições federais estabelecidas em São Raimundo Nonato	95
TERCEIRA PARTE - UMA TENTATIVA DE ABORDAGEM CULTURAL DOS PROCESSOS GEOGRÁFICOS PANORAMA SOBRE SÃO RAIMUNDO NONATO: INSERÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS NUMA CIDADE DO SERTÃO PIAUIENSE	98
3 UM CAMINHO PARA A ABORDAGEM CULTURAL DOS PROCESSOS GEOGRÁFICOS	99
3.1 Reflexões sobre o lugar enquanto categoria para a Geografia Cultural.....	110
3.2 A apropriação do território brasileiro: o avanço do processo produtivo e a significação das áreas incorporadas aos interesses distantes	128

3.3 O Estado enquanto mediador da apropriação do território nacional tendo como principal vetor a expansão do capital	132
3.4 A inserção de novos lugares na dinâmica produtiva e o impacto para o semiárido <i>sertão</i>	138
QUARTA PARTE - OS SERTÕES CONSTRUÍDOS A PARTIR DE SÃO RAIMUNDO NONATO	151
4 OS SERTÕES CONSTRUÍDOS A PARTIR DE SÃO RAIMUNDO NONATO	152
4.1 Aspectos socioculturais da cidade de São Raimundo Nonato	152
4.2 Novos atores na construção do pensamento social local acerca de sertão	156
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
REFERÊNCIAS	180

INTRODUÇÃO

A estrutura socioespacial no Brasil tem apresentado mudanças significativas desde a década de 1980, vinculadas às tendências que redirecionaram o espaço mundial nas últimas décadas do século XX. Foi neste período que o país começava a se inserir definitivamente no mundo globalizado, em que se montavam as bases sólidas de uma “modernização”.

Esse momento histórico mexe com os componentes que animam a vida social do território brasileiro. O Estado busca estratégias que darão ao território novos usos caracterizados, sobretudo, pela simbiose entre ciência, técnica e informação. Neste sentido, o Sertão nordestino é chamado a fazer parte de um mundo globalizado de forma brusca, pois todos os lugares que compõem a formação socioespacial brasileira têm, em seu processo de configuração, uma das variáveis e possibilidades distintas na inserção dessa modernização.

Assim sendo, o Sertão nordestino pode ser estudado como resultante das combinações e dos processos socioespaciais que nele se revelam, considerados os fatores endógenos e as forças que modificam o uso do território e a formação socioespacial brasileira.

Se o significado da palavra tem sido usado historicamente para as áreas de apropriação tardia do interior do Brasil, o que dizer dos fenômenos contemporâneos de recriação de sentidos e significados que aí se desenvolvem? Este questionamento, por minha parte, tem início com minha chegada à cidade de São Raimundo Nonato, pois novos horizontes se abriram. Tive de fazer uma releitura do espaço geográfico porque eu vivia na dinâmica do litoral e, apesar de estar estudando o turismo, essa atividade aqui se apresentava e se apresenta com uma especificidade determinada. Diante dessas constatações, como professor da área de Geografia, achei que deveria trabalhar no sentido de contribuir para o esclarecimento dessas concepções.

Com esse intuito, realizei um estudo sobre o tema, que ofereceu a constatação de que, no que se refere ao entendimento da microrregião, existem abordagens políticas, econômicas e geográficas que se configuraram recentemente. Em quase todas as abordagens, são apresentadas concepções específicas de desenvolvimento,

de local, de desenvolvimento local, além de estratégias, políticas, instrumentos, métodos e técnicas para a promoção da microrregião, chamando-a a integrar a economia nacional.

Dentre as instituições que tentam promover o desenvolvimento da microrregião, temos a Igreja católica, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e o poder público estatal. A Igreja busca fortalecer os laços de solidariedade através de ações coletivas, enquanto as ONGs buscam promover ações cooperativas através de subsídios de convivência com a região. Já o Estado desenvolve ações de promoção do lugar através de obras de importância social e econômica como universidade, museu e aeroporto.

Sendo a Geografia a ciência que tem como objeto de estudo o espaço geográfico, cabe a ela debruçar-se sobre o fenômeno que, além de repercutir na superfície terrestre, repercute também na concepção dos atores envolvidos. Atentar para as repercussões advindas dos fenômenos de produção espacial na concepção de tais atores conduz-nos a alguns questionamentos.

Se tomarmos como foco a concepção de sertão¹, seria possível afirmar que os espaços considerados sertanejos vêm diminuindo? As transformações socioespaciais que ocorrem na cidade de São Raimundo Nonato, a partir da criação do Parque Nacional Serra da Capivara, têm contribuído para a mudança de entendimento de sertão por parte dos moradores locais? Como os residentes concebem o sertão diante de tantas mudanças, não só pelo momento histórico, como também pelas inserções rápidas do Estado no espaço “sertanejo”? Para responder esses questionamentos, é preciso considerar o entendimento dos residentes desses espaços. É nesse intuito que busco contribuir com novas possibilidades para a definição de “sertão” através da Geografia.

Investigar o conceito de sertão especificamente a partir São Raimundo Nonato – PI foi uma tarefa escolhida pelas seguintes razões: a) localização da cidade no sudeste do Piauí, estado que historicamente esteve fora dos interesses globais e que só tardiamente foi chamado a integrar-se ao complexo mundo; b) por ser no interior

¹ Como já ressaltado, trata-se de espaço de conotação variável dependendo do momento histórico. Posteriormente, trabalharemos mais detalhadamente seu entendimento.

do Brasil, mais precisamente na periferia do semiárido, na transição para o subúmido, e, conseqüentemente, ser considerado sertanejo; c) por estar sendo contemplado com políticas públicas estruturantes por conta do Parque Nacional Serra da Capivara; e, d) por ser privilegiado quanto à concentração de um conjunto de registros de uma sociedade pré-histórica, fato que reforça sua importância intrínseca em termos de arqueologia, inclusive na esfera global. Tais fatores elencados justificam uma abordagem de estudo de caso.

A cada dia surgem novas demandas por estudos que tragam um melhor conhecimento aplicável ao entendimento social, por conta da grande movimentação de ideias, rendas, mercadorias, costumes, tecnologias e informações que chegam às mais diversas localidades do globo. A Geografia como ciência precisa acompanhar essa movimentação, buscando suporte em diversas disciplinas do conhecimento, separadamente ou de forma interdisciplinar, para se fortalecer como ciência da sociedade.

Não faz sentido falar em produção do espaço sertanejo fazendo uma análise descontextualizada da realidade atual, bem como do meio e das ações que o modificam e que permitem e asseguram uma visibilidade de aspectos atuais influenciados diretamente pelo passado e que, por sua vez, também atuam na maneira de pensar dos sujeitos sociais mais imediatamente envolvidos no processo.

A partir de tal seleção, delimitamos os objetivos do trabalho. De modo geral, buscamos entender como as transformações socioespaciais, a partir da criação do Parque Nacional Serra de Capivara, influenciam o entendimento de sertão por parte dos moradores locais; e, como consequência, pretendemos contribuir para definir novas possibilidades de se conceituar sertão.

De modo mais específico, buscamos identificar o processo de formação histórica da cidade; demonstrar as peculiaridades locais frente às transformações de ordem global; identificar o sertão descrito e o sertão vivido; identificar o quadro de urbanização, fluxos migratórios e outros aspectos da dinâmica urbana de São Raimundo Nonato; identificar as tendências de ocupação e outros traços da formação socioespacial neste município.

Para o desenvolvimento do estudo, foram realizadas leituras a partir das quais se delineou o referencial teórico e este, juntamente com as disciplinas do curso de doutorado, possibilitaram compreender as relações dinâmicas contraditórias do espaço interiorano e suas especificidades.

Uma enquete inicial (teste) com perguntas abertas chamou atenção para a repetição de temas: sujeitos sociais ligados a um entendimento mais “cosmopolita” (universitários) e sujeitos sociais mais ligados ao entendimento tradicional (poetas populares ligados ao repente e ao cordel) e, por fim, os condutores do parque.

Com relação aos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa e como parte do esforço para compreender a dinâmica social, espacial e econômica que nos cerca, coube ao pesquisador impor uma ordem entre os segmentos sociais, mesmo sabendo que esta tarefa nunca poderá ser realizada como expressão completa da realidade, pois, ao adotar um recorte, há possibilidade de perderem-se aspectos consideráveis dos fatos aqui contemplados. Porém, é necessário delimitar o escopo da investigação, haja vista as variáveis que implicam a realidade do problema.

O trabalho configura-se como estudo de caso, haja vista a amplitude do que historicamente se costumou chamar de sertão. Estará compreendido na temporalidade do final da década de 1970 (data da criação do Parque) a 2014, enquanto que o inquérito sobre as concepções dos habitantes restringir-se-á ao período 2011-2014, em função da possibilidade de presença do pesquisador no local.

É preciso buscar o significado dos fatos e das relações sociais, em suas múltiplas formas, na sua conjectura com a totalidade, pois, ao se apresentar de forma organizada, cada parte não pode ser compreendida sem a outra.

Nesse sentido, a abordagem e interpretação dos desdobramentos pressupõem a escolha de uma estruturação teórica que definiu os princípios de articulação entre os componentes do sistema e a maneira como abordamos cada parte da pesquisa. As etapas podem ser resumidas como a seguir:

a) Levantamento Bibliográfico: foi realizada uma busca e avaliação sistemática de

trabalhos realizados sobre a área em estudo e trabalhos afins com o escopo de contribuir no desenvolvimento da pesquisa. Essa busca realizou-se nas bibliotecas da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí (SEMAR), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), da Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN), da Biblioteca Sergio Mota (localizada na Fundação do Homem Americano), das escolas públicas e de arquivos particulares que se encontrem acessíveis, entre outros locais de consulta para obtenção de dados científicos sobre o tema da pesquisa e a área em estudo. Também por levantamento junto aos órgãos públicos de gestão do município, do estado e da União para verificar os projetos que estejam direta ou indiretamente ligados ao turismo na região.

b) Análise documental: consistiu na análise de documentos sobre a dinâmica socioespacial do município, com o intuito de fazer uma seleção dos materiais mais adequados ao tipo de pesquisa proposto. Foi feita uma análise dos projetos de implantação de instituições públicas para podermos compreender o nível de articulação entre as esferas municipal, estadual e federal.

c) Trabalho de Campo: foram aplicadas entrevistas com os segmentos sociais impostos pelo pesquisador, credenciados a fornecer as informações necessárias à comprovação ou à negação das hipóteses levantadas. Com o recorte dos grupos, sabemos que não abrangemos todos os aspectos da realidade, porém, para que o trabalho de pesquisa se tornasse factível, essa delimitação se fez necessária; de outra forma não teria sido possível devido às variáveis que se apresentam.

Dessa maneira, foram realizadas as seguintes etapas: revisão de literatura sobre sertão e acerca do recorte empírico, observação direta e entrevistas. Sobre este último recurso, a coleta de dados com os habitantes foi realizada com três segmentos da sociedade, a saber:

a) Atores que estão mais diretamente ligados às ideias modernizadoras de forma sistematizada: universitários².

² No segmento universitário, optamos por selecionar os universitários da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) *campus* São Raimundo Nonato porque, em levantamentos preliminares, foi constatado que esta é a instituição a apresentar o maior número de estudantes da cidade e da região “sertaneja”.

Vale ressaltar que o município abriga três instituições de ensino superior ligadas à iniciativa pública: UESPI, UNIVASF e IFPI, sendo as duas primeiras universidades e a última, um instituto de educação tecnológica federal;

b) Atores que estão ligados às ideias modernizadoras de formas não sistematizadas: condutores turísticos do Parque Nacional.

A escolha deveu-se à consideração sobre a importância desse segmento que recebe um fluxo de informações bem maior do que qualquer outro, considerando-se o convívio por maior porção de tempo com os agentes exógenos. Para a elaboração da entrevista, poderíamos utilizar estatística para saber o número da amostra que representaria o universo. Também poderíamos aplicar o censo, dada a quantidade de cerca de 60 condutores não ser muito grande.

c) Atores que vivenciaram o antes e o pós-Parque: poetas populares³.

Esta escolha se deu pela concepção de que eles são mais sensíveis a percepções sociais e, dessa forma, melhor representam os sentimentos da sociedade.

Procurou-se, num primeiro momento, buscar o segmento social que está mais diretamente ligado ao contexto transformado devido ao contato direto com as informações formalizadas, sistematizadas e que são transmitidas por instituições de ensino superior. Como na cidade há mais de uma instituição de ensino superior, procurou-se delimitar a que tem o maior número de estudantes: a Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

Para fornecer uma análise mais detalhada, o pesquisador impôs certa ordem no processo de escolha dos universitários a serem entrevistados, mesmo sabendo da possibilidade de ganhar ou perder em alguns aspectos. Os grupos a serem entrevistados formam-se por período cursado, refletindo diferentes imersões no universo do ensino superior. Sendo assim, o pesquisador entrevistou um grupo de estudantes do 1º e 2º períodos de diferentes cursos. Outro grupo é formado por estudantes do 3º e 4º períodos. Ainda, há o grupo dos que cursam o 5º e 6º períodos.

³ Artistas populares, principalmente os ligados à comunicação oral e escrita, repentistas e cordelistas.

E, por fim, há os que cursam o 7º e 8º períodos.

Outro segmento entrevistado é mais ligado às tradições sertanejas e possui expressividade no pensamento local: os artistas populares ligados à poesia, ao repente, à literatura de cordel e à música. Também no sentido de tentar entender como se processar o entendimento sobre sertão, fez-se uma ordem para a formação dos grupos que consistiam em três: a) artistas com menos de 25 anos; b) artistas com idade entre 26 e 50 anos; e c) artistas com mais de 50 anos. Quanto ao grupo de artistas com menos de 25 anos, os mais jovens, deve-se ressaltar que estes, apesar de não terem vivido o antes e o depois do Parque, refletem os sentimentos da sociedade sobre essas transformações, bem como estão mais em sintonia com a juventude que hoje vivencia a urbanidade local contemporânea.

A terceira amostra da população entrevistada são os atores que também estiveram na confluência do moderno e do arcaico, que se deparam não só com as informações sistematizadas, mas também com informações informais: os guias que prestam serviço no Parque. Para seccionar este grupo, teve-se a seguinte ordem: divide-se o período equanimemente em três tempos e formam-se os grupos dentro do recorte temporal, ou seja, três grupos de guias: os primeiros, os intermediários e os últimos guias a terem seus serviços incorporados ao Parque.

Os atores elencados acima, ao interagir com os moradores locais, acabam por influenciar na forma de pensar e conceber o espaço à sua volta. Tais fenômenos tornaram-se mais marcantes a partir da criação do Parque Nacional Serra da Capivara, pois é por meio dessa iniciativa que esse sertão se conecta com o mundo através da arqueologia.

No final do século XX e início do século XXI, surge uma força transformadora: o aumento inédito da conectividade entre o interior e as demais partes do país, cuja dinâmica é marcada pela rapidez de interação dos espaços. Estes geralmente seguem um ritmo advindo de uma lógica distante e, conseqüentemente, os aspectos culturais tendem a acompanhar mesma regra.

As transformações socioespaciais na cidade de São Raimundo Nonato a partir da criação do Parque Nacional Serra da Capivara contribuem para a modificação no

entendimento de sertão por parte dos moradores locais. A cidade está sendo palco de uma intensiva interação entre pessoas e isso pode estar contribuindo para uma modificação na forma de pensar. Se assim for, o ambiente passa a ter novos significados.

Neste caso, os primeiros a conceber o significado de sertão de forma diferenciada do sertão descrito na literatura e nos discursos políticos e midiáticos são os atores mais diretamente envolvidos com o processo, a saber, estudantes universitários e trabalhadores do setor receptivo. Aqueles que estão apenas indiretamente envolvidos no processo podem não ter modificado suas antigas concepções, como motoristas de carros-pipas, feirantes e vereadores. Os contatos culturais, o hibridismo cultural, a interculturalidade e o intercâmbio podem ser os principais responsáveis por essas mudanças.

O roteiro⁴ de entrevista foi elaborado com o apoio do professor orientador no sentido de fazer o levantamento dos questionamentos que pudessem responder as dúvidas levantadas nas hipóteses.

A tese foi estruturada em quatro partes, além de uma introdução e das considerações finais. Na primeira parte, fazemos considerações sobre o estudo de caso para a abordagem do sertão, bem como sobre a maneira com que o sertão se apresenta no imaginário brasileiro e sobre a dinamicidade do conceito de sertão. Buscamos fazer uma caracterização do sertão brasileiro ao sertão nordestino e, por fim, de como o sertão nordestino reforçou as ideias regionalistas no Brasil e das abordagens sobre o sertão do Piauí e São Raimundo Nonato.

Na segunda parte, apresentamos um panorama sobre o município de São Raimundo Nonato, descrevendo a localização geográfica da cidade e alguns aspectos históricos através da linha do tempo. Ainda, destacamos a criação do Parque Nacional Serra da Capivara e o seu impacto na cidade e na microrregião, bem como apresentamos um levantamento das instituições representativas do Estado, da União e do município e abordamos os aspectos socioculturais da cidade.

⁴ Lembramos que as entrevistas neste tipo de pesquisa jamais podem ser completamente fechadas, prontas e acabadas, pois em cada entrevistado podem surgir novas inspirações para novos questionamentos.

Na terceira parte desta tese, discutimos os conceitos da Geografia Cultural, bem como os novos significados que o espaço brasileiro ganha a partir do avanço do processo produtivo advindo dos interesses distantes. Trazemos uma reflexão do papel do Estado enquanto mediador da apropriação do território nacional tendo como principal vetor a expansão do capital e, conseqüentemente, a inserção de novos lugares na dinâmica produtiva e o seu impacto para o “sertão” .

Finalmente, na quarta parte da tese, abordamos os aspectos do sertão construídos a partir de São Raimundo Nonato. Primeiro, fazemos um levantamento dos aspectos sociais da cidade e discutimos o lugar enquanto ponto de confluência entre os de dentro e os de fora. Por fim, abordamos os novos atores de uma possível construção do pensamento social local acerca de sertão e percepção de sertão para os atores locais, representados pelos universitários, pelos condutores do Parque e pelos poetas populares.

PRIMEIRA PARTE

O SERTÃO: DO SERTÃO BRASILEIRO AO SERTÃO NORDESTINO

1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DE CASO PARA A ABORDAGEM DO SERTÃO

Antes de realizar pesquisas nas áreas das Ciências Humanas, é necessário compreender que estas não possuem um método doutrinário fixo. Por esse motivo, é possível que uma mesma pesquisa comporte vários métodos. O mais importante numa investigação científica é saber qual o motivo de realizá-la e que resultados pretende-se atingir. Dessa forma, o método passa a ser o guia, pois é de suma importância que o pesquisador conheça os pontos positivos e negativos em aplicá-lo.

Partindo do pressuposto de que a pesquisa científica só se torna factível a partir de seu objeto de estudo, é necessário defini-lo, bem como o processo de investigação e a delimitação do universo focalizado. Nesse sentido, para obtermos uma resposta mais consistente, recorreremos ao estudo de caso por considerar que, tratando-se da dinâmica de apropriação do espaço brasileiro nas últimas décadas, a microrregião de São Raimundo Nonato no Estado do Piauí é emblemática, sobretudo quanto à renovação dos conteúdos auferidos à ideia de “sertão”.

O estudo de caso permite analisar o fenômeno em questão em contexto real, utilizando múltiplas fontes quantitativas e qualitativas ao mesmo tempo. Por outro lado, permite compartilhar abundantes fontes de informações subjetivas, impossibilita a aplicação de inferência estatística e recebe uma elevada influência do juízo subjetivo do investigador na seleção e interpretação da informação. Stake (1998, p. 8) informa que:

De un estudio de casos se espera que abarque la complejidad de un caso particular. Una hoja determinada, incluso un solo palillo, tienen una complejidad única -pero difícilmente nos reocuparán lo suficiente para que los convirtamos en objeto de estudio. Estudiamos un caso cuando tiene un interés muy especial en sí mismo. Buscamos el detalle de la interacción con sus contextos. El estudio de casos es el estudio de la particularidad y de la complejidad de un caso singular, para llegar a comprender su actividad en circunstancias importantes.

O estudo de caso é, portanto, uma metodologia de investigação qualitativa cujas debilidades são as limitações na confiabilidade de seus resultados e a generalização de suas conclusões. Por tais razões, essa metodologia difere dos

cânones científicos mais tradicionais, o que faz com que ela seja criticada frente a metodologias mais quantitativas e objetivas quanto à validade científica de investigação empírica.

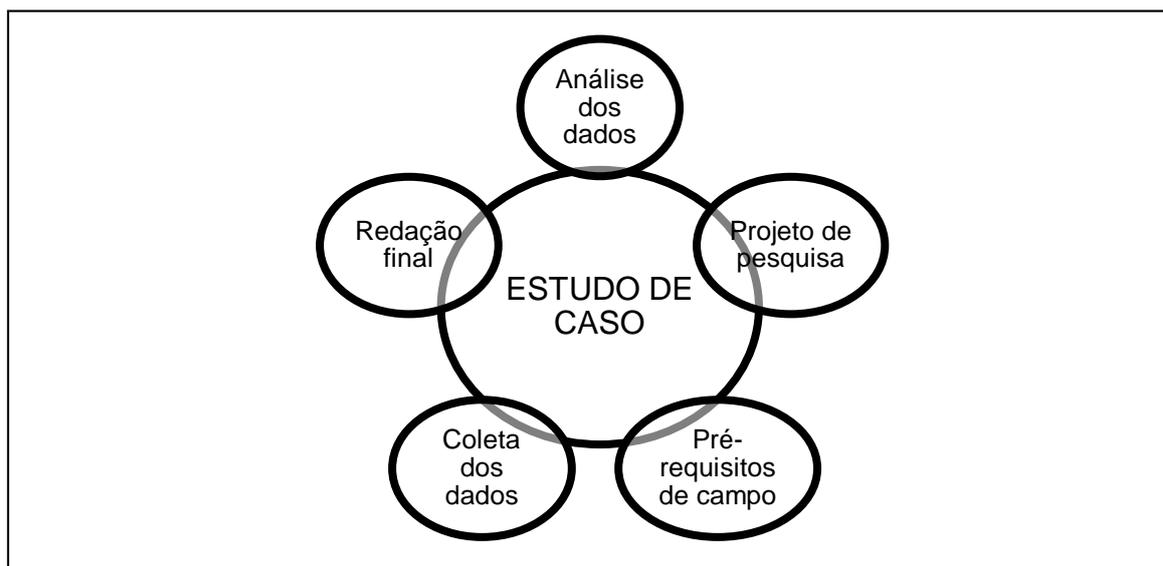
Segundo Yin (2010), há três formas de se estabelecer a pesquisa como estudo de caso: a) explanatória: estabelece relação causal entre variáveis X e Y para explicar o fenômeno; b) descritiva: descreve o fenômeno estudado e é aplicada na descrição de uma intervenção no contexto da vida real em que ela ocorreu, além de ilustrar tópicos de uma determinada avaliação; c) exploratória: nas situações em que a intervenção (fenômeno) avaliada não possui um único e claro conjunto de resultados e é aplicada, sobretudo, a estudos com poucas referências de literatura e pesquisas anteriores.

Vários autores como Lee (1989), Lai e Mahapatra (1997), Hoppen, Meirelles, e Yin (2005), abordam o estudo de caso, considerando tanto o seu emprego em pesquisas quanto sua adequação aos objetivos da pesquisa. Para Benbasat, Goldstein e Mead (1987), o emprego do estudo de caso é adequado quando a pesquisa tem como objetivo investigar um fenômeno contemporâneo em seu ambiente natural, preferencialmente considerando múltiplas fontes de evidência, sem o controle ou manipulação de variáveis.

No estudo de caso, temos duas situações opostas: de um lado, identificam-se os estudos agregados quando a intenção é examinar o próprio universo; por outro, quando se estuda uma unidade ou parte desse universo. Por causa disso, devemos nos preocupar em perceber o que o caso sugere a respeito do todo, e não o estudo apenas daquele caso específico. Como nos adverte Castro (1978, p. 88) “pesquisar significa fazer uma escolha, pois em cada caso concreto, deve-se definir um determinado nível de agregação.”

Assim, é válida a afirmação de que, para avançar no conhecimento de determinados fenômenos complexos, o estudo de caso é uma metodologia de contribuição valiosa, se empregada com rigor e sinceridade, principalmente se forem aplicados procedimentos que incrementem sua confiabilidade. Neste caso, temos um conjunto de elementos interagindo entre si para se chegar a tal confiabilidade, conforme aponta o fluxograma abaixo.

Figura 01 – Fluxograma do estudo de caso



Fonte: Esquema do estudo de caso elaborado pelo autor com fundamentação na obra de YIN (2010).

Em síntese, podemos afirmar que o estudo de caso é um conceito polissêmico. De maneira geral, podemos considerá-lo como uma metodologia de investigação sobre um inter\sujeito/objeto específico que tem um funcionamento singular, não obstante seu caráter particular também deva explicar-se como sistema integrado. Reforçamos a ideia de unidade que possui um funcionamento específico no interior de um sistema determinado e, dessa forma, é a expressão de uma entidade que é o objeto de indagação e, portanto, se denomina como um caso.

O estudo de caso segue uma classificação proposta por vários autores, dentre eles Yin (1993), Gil (1994) e Bonoma (1985), que acreditam ser uma metodologia adequada para a pesquisa. Esta classificação segue termos diferentes, porém com significados semelhantes. Os termos mais utilizados são apresentados por Yin (1993): a) descritivo: visa a descrever o fenômeno dentro do seu contexto; b) exploratório: visa a definir hipóteses ou proposições para futuras pesquisas, considerando fenômenos pouco explorados; c) explanatório: visa a explicar relações de causa e efeito considerando uma determinada teoria. Para Capitão (2007, p. 242),

A elaboração de um estudo de caso se inicia pela escolha de uma situação ou um indivíduo específico que, do ponto de vista do pesquisador, representa de modo exemplar algum fenômeno de interesse espacial e para o qual ele volta seu foco de atenção, visando ampliar a compreensão da situação ao estabelecer relações com outros fenômenos e com a teoria. A articulação com a teoria envolve

necessariamente uma exaustiva busca na literatura sobre formulações e casos correlacionados, passando-se a seguir ao relato de trechos, vinhetas, observações do caso em questão que ilustre ou problematizem as considerações teóricas referidas.

À eleição do objeto de estudo para a presente pesquisa, a saber, as mudanças nas concepções de sertão por partes dos “sertanejos” na cidade de São Raimundo Nonato, também se seguiu a escolha da metodologia. Tendo nos debruçado sobre o estudo de caso, entendemos que se trata de uma pesquisa empírica abrangente com procedimentos pré-estabelecidos que convenham para investigar um ou múltiplos fenômenos contemporâneos e seu contexto da vida real, principalmente quando os limites entre os fenômenos e seu contexto não estão claramente definidos.

Levando em consideração Severino (2007, p. 121), para quem esse procedimento metodológico é “pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ser ele significativamente representativo”, apresenta-se a hipótese de que a cidade de São Raimundo Nonato, no estado do Piauí, mostra-se emblemática por suas transformações aceleradas, considerando a dinâmica sertaneja. O termo *sertão* possui grande número de significados, tanto no pensamento acadêmico quanto em meio a uma sutil e variada terminologia popular (MACIEL, 2004). Embora o debate sobre o imaginário geográfico sertanejo seja extremamente complexo para ser resumido neste momento, tem-se como marco inicial as ideias de Nísia Trindade Lima e Janaína Amado.

Janaína Amado (1995, p.148) chama a atenção para o fato de que essa categoria tenha sido construída durante o processo de colonização portuguesa a partir do litoral, resultando de forma simplificada em noções negativas de áreas extensas afastadas da costa, ainda por ocupar, selvagens, e sobre as quais as autoridades tinham poucas informações e quase nenhum controle. Já Nísia Trindade Lima (1999, p.57-62 *apud* MACIEL, 2004, p.1-2) observa que a palavra *sertão* foi historicamente carregada pela metáfora de espaço dominado pela natureza e pela barbárie, aplicando-se a vários contextos regionais. Entretanto, a mesma autora aponta que, a partir do século XIX, a expressão foi naturalizada na intelectualidade brasileira, reportando-se pouco a pouco ao espaço físico do semiárido nordestino. Houve, assim,

progressiva mudança de valores simbólicos associados ao termo *sertão*: partindo da ideia de interior pouco povoado, avesso do mundo colonial ou distância em relação ao poder público (*ibidem*, p.59), chegou-se ao imaginário do interior do Nordeste seco e seus problemas.

A contribuição da presente tese encampa a tarefa de compreender como as concepções genéricas de sertão semiárido continuam a passar por transformações de valores simbólicos numa cidade do interior do Piauí, onde a distância, o isolamento, a condição de ser “selvagem”, ou mesmo o juízo sobre as dinâmicas econômicas e sociais, passam a ser questionadas pela evolução urbana recente. Se antes “urbanidade” e “condição sertaneja” eram contrárias, hoje a cidade repensa e redefine o sertão – daí a propriedade de um estudo de caso.

Um dos aspectos importantes para a escolha do estudo de caso para a presente pesquisa deve-se a essa metodologia dar ênfase à compreensão dos acontecimentos a partir da perspectiva do participante ou dos participantes do estudo. Além disso, por uma série de razões, não foi possível realizar estudos experimentais de modo a contemplar todo o universo, o que vem corroborar as ideias de Stake (1998, p. 75):

Los estudios de casos se realizan para hacer comprensible el caso. A menudo, este caso será para sus lectores tan importante como cualquier outro -les preocupa; pero no es grande el interés que tienen de generalizar, a partir de él, en otros casos. En otras circunstancias, el caso se estudia principalmente con el fin de poder generalizar sobre otros casos. Como señalábamos en el Capítulo Primero, los casos particulares no constituyen una base sólida para la generalización a un conjunto de casos, como ocurre con otros tipos de investigación. Pero de los casos particulares las personas pueden aprender muchas cosas que son generales. Y lo hacen en parte porque están familiarizados con otros casos a los que añaden el nuevo, y así forman un grupo un tanto nuevo del que poder generalizar, una oportunidad nueva de modificar las antiguas generalizaciones.

Yin (2005) apresenta três situações nas quais o estudo de caso é indicado: a) quando é crítico para se testar uma hipótese ou teoria explicitada; b) quando ele é extremo ou único; c) quando é revelador, o que ocorre quando o pesquisador tem acesso a um evento ou fenômeno até então inacessível à pesquisa científica. Para Stake (1998, p. 14),

Puede ser útil intentar seleccionar casos que sean típicos o representativos de otros casos, pero no es probable que la muestra de sólo un caso o de unos pocos casos sea una buena representación de otros. La investigación con estudio de casos no es una investigación de muestras. El objetivo primordial del estudio de un caso no es la comprensión de otros. La primera obligación es comprender este caso. En un estudio intrínseco, el caso está preseleccionado. En un estudio instrumental, algunos casos servirán mejor que otros. Algunas veces un caso "típico" funciona bien, pero a menudo otro poco habitual resulta ilustrativo de circunstancias que pasan desapercibidas en los casos típicos.

A pesquisa presentemente desenvolvida enquadra-se no segundo aspecto proposto por Yin (2005), haja vista a vastidão do que se convencionou chamar *sertão* no Brasil em vários momentos históricos e do recorte escolhido para análise, que é único dentro de um universo sertanejo.

No estudo de caso, há a necessidade de eleger as fontes de informação que se deseja usar como base para a montagem da pesquisa. Tais fontes dividem-se em seis: documentação, registros em arquivos, entrevistas, observações diretas, observação participante e artefatos físicos (YIN, 2010).

Quanto à entrevista, Yin (*idem*) informa que deverá ser uma conversa guiada, não sendo estruturada com o objetivo de investigar a vida do informante. Ainda, deve ser dividida em dois níveis: no nível 1, as questões feitas dizem respeito ao entrevistado especificamente e a condução das perguntas deve ser agradável para que os temas fluam; já o nível 2 representa os questionamentos filosóficos, conceituais e teóricos sobre a pesquisa que não devem ser passados diretamente ao entrevistado e que devem ser filtrados do nível 1.

Partindo do pressuposto de que, nas últimas décadas, o Estado se fez mais presente em diversos locais do território brasileiro, inserindo algumas localidades no processo produtivo moderno através de incentivos à instalação de indústrias, políticas públicas sociais, regulamentação da criação de unidades de interesse ambiental ou cultural, acelerando o processo de produção de espaço geográfico, faz-se necessária atenção quanto aos desdobramentos de tais ações no processo de cognição dos atores diretamente envolvidos.

Interessa compreender que tais ações não são homogêneas no território, ou seja, cada porção deste recebe uma ação conforme suas especificidades, porém tais ações refletem-se no entendimento dos aspectos ambientais por parte dos moradores locais.

Na microrregião da Serra da Capivara houve uma intervenção direta não só por parte do Estado, como também de outras instituições não governamentais, que acabaram evidenciando esse espaço no cenário nacional e até mundial. A criação do Parque Nacional Serra da Capivara trouxe consigo uma série de desdobramentos para o espaço e, conseqüentemente, para a população.

Estes desdobramentos podem ter implicado diretamente a forma de conceber o sertão, palavra que esteve presente no imaginário social brasileiro desde os primeiros conquistadores. No próximo tópico, nos debruçaremos sobre a maneira como o sertão se apresentou no imaginário brasileiro.

1. 1 O SERTÃO NO IMAGINÁRIO BRASILEIRO

Apesar de *sertão* definir, inicialmente, o espaço continental afastado da costa, a ideia de grandes vazios incultos e desabitados aparece como um dos elementos definidores desta noção. Inicialmente, o termo apenas designava as terras distantes do litoral, porém aos poucos foi ganhando conotações de terras de selvagens, inóspitas, de natureza em sua forma mais rudimentar, em contraste com o litoral. Apesar da complexidade do tema, pode-se aceitar que tal concepção, segundo Silva (2010), foi construída pelo imaginário dominante na região do açúcar (zona costeira e úmida) e que perdurou mesmo depois da ocupação das áreas mais afastadas do litoral.

Na tentativa de se fazer presente nas mais vastas áreas do território, a Coroa organiza suas ações, seja criando vilas, reconhecendo as missões que adentraram no interior à procura de pedras preciosas ou concedendo quantidades significativas de terras para os exploradores, seja nos sertões do Norte ou sertões do Sul, haja vista que a projetada aliança entre missionários e colonos não vingou por conta de

interesses divergentes. Nesse sentido, um passo a mais era necessário e esse passo coube à iniciativa oficial, primeiramente voltada para os sertões do São Francisco (FAORO, 1997).

Tomando como referência Oliveira Viana (2005), Lima (1997) afirma que “o mito do sertão enquanto espaço vazio encobriria a natureza de um mundo que experimentava as consequências do isolamento físico social”. Silva (2010), na mesma direção, segue a ideia do sertão se apresentar como a definição para os lugares indefinidos e vagos, como nome para os lugares sem nome.

Os discursos sobre o sertão se apresentam de forma negativa ou positiva, dependendo do contexto e do interesse dos que criam e recriam os símbolos. Segundo Lima (1999, p. 60),

A valorização negativa do sertão esteve fortemente associada aos dois eixos que, um tanto simplificada, pode-se dizer, orientaram o pensamento social brasileiro desde fins do século XIX até, pelo menos, a terceira década do século XX: raça e natureza.

Esse discurso encontra apoio nas ideias evolucionistas de homens que conduziram a ciência deste período. Na perspectiva geográfica, o expoente máximo é Friedric Ratzel com suas ideias deterministas.

Com a possibilidade de encontrar minerais preciosos nas terras mais afastadas, uma nova imagem do sertão passa a fazer parte do imaginário popular, o “*el dorado*”. Não se trata de um sertão, mas de vários sertões com suas especificidades. Para Lima (*ibidem*, p. 61),

As perspectivas que valorizam positivamente ou abordam de forma ambivalente aquele que é visto comumente como pólo de atraso e da resistência ao progresso veem o sertão como a possibilidade de desenvolvimento de uma autêntica consciência nacional.

De interior o termo adquire uma nova configuração que agrega a pecuária como sua fiel atividade. No entanto, o sentido contraposto ao civilizado permanece, mas agora direcionado ao Nordeste brasileiro, principalmente à área semiárida, onde a rudeza da natureza é encarada como fator limitante de progresso. Segundo Lima

(1999, p. 58), “outras conotações podem ser identificadas no mesmo período. Uma mais próxima ao uso atual do termo, que associa à área semiárida do Nordeste brasileiro, e outra também muito presente entre autores contemporâneos”, que prioriza a atividade econômica e os padrões de sociabilidade, aproximando o sertão à civilização do couro.

1. 2 A dinamicidade do conceito de sertão no imaginário brasileiro

O sertão, enquanto limite ou fronteira, está longe se ser entendido, descrito ou apresentado para os que vivem fora dele de forma real, por mais que se faça esforço, por mais que a estatística e as ciências sociais contribuam para tal façanha, ainda restará muito da realidade desta área que se convencionou chamar de sertão.

Caracterizar sertões é uma tarefa que se torna mais complexa a cada dia. Se no passado já se discutia com certa dificuldade, nos dias atuais é preciso uma maior atenção para não cair num discurso vazio acerca deste tema. Alguns autores comparam essa área a uma fronteira com o mundo civilizado. “Sertão e litoral representam os contrastes de uma sociedade vista como o principal problema a ser investigado, e que foi objeto de diferentes tentativas de interpretação” (LIMA, 1998, p.17).

Civilizado e incivilizados seriam os temas centrais para caracterizar litoral e sertão ao longo da história brasileira, “a ideia de um país moderno no litoral, em contraposição a um país refratário à modernização, no interior, quase sempre conviveu com a concepção oposta, que acentuava a autenticidade do sertão em contraste com o parasitismo e a superficialidade litorânea” (*ibidem*).

O litoral torna-se, por suas condições ambientais, o local de produção de mercadorias destinadas à Europa, enquanto que o sertão supria as demandas “nacionais”, e é exatamente quando no litoral vê-se progresso, acumulação de riqueza

e um aumento da complexidade da vida urbana, que o sertão passa a ser chamado a complementar o espaço nacional. A este respeito, Silva (2010, p.111) afirma que:

Durante o século XVII, as vilas açucareiras conhecem o crescimento e diversificação de sua sociedade, ao mesmo tempo em que os colonos abastados iniciam um processo de expansão para o interior, em busca da ampliação de suas propriedades. Esses dois processos se interligam quando as tribos indígenas do continente oferecem resistência à expansão pecuarista. Nesse momento, a intervenção da Coroa em pró dos colonos se aproveita do que é, a seu ver, um excesso populacional das vilas açucareiras, principalmente dos vadios e pobres produtivos, mobilizando esses grupos para os conflitos do interior.

Neste sentido, aumentou a necessidade de entender o Brasil na sua totalidade e uma das formas para tanto foi a realização de financiamentos de expedições de estudiosos e de militares. Este empreendimento realizado por grupos que procuravam novos horizontes, com o apoio da Coroa, para a expansão de suas atividades tiveram desdobramentos para vários segmentos sociais, pois possibilitou uma maior aproximação com o outro, bem como a valorização do lugar. Para Silva (*ibidem*), a conquista do interior continental das capitanias do norte do Estado do Brasil reveste-se, assim, de muitos significados: para a Coroa significava expansão territorial; para as elites coloniais, a criação de novas possibilidades de aquisição de terras e títulos; para a Igreja, a abertura de novas fronteiras para a catequese; para as tribos americanas, a perda do território e a desagregação social; e para os pobres das vilas, um repositório da Coroa, composto por homens de cor livres, brancos, pobres e índios aldeados.

Neste ínterim, ganham força os termos *civilizado* (litoral) e *barbárie* (sertão) que, para Lima (1998, p.22), “surgem no pensamento social brasileiro como imagens de grande força simbólica, que expressam os contrastes e, no limite, o antagonismo de distintas formas de organização social”. O autor segue afirmando que, no caso brasileiro, sertão e litoral podem ser vistos como imagens espaciais e simbólicas que guardam estreita relação com estas ideias de dois tipos de ordem social. Aqui, o contraste ocorreria não entre formas distintas e historicamente sucessivas, mas pela justaposição de épocas históricas, numa sociedade em que a geografia não se separa da história.

Mas, etimologicamente, o que vem a ser o sertão? Como sabemos, em ciência não se pode chegar a um conceito definitivamente fechado. Se quisermos avançar em termos científicos, teremos que percorrer um longo caminho e com a palavra *sertão* não é diferente.

A discussão conceitual sobre a palavra *sertão* desperta interesses de estudiosos das mais diversas áreas, principalmente História, Geografia, Antropologia, Literatura etc. Mesmo assim, estes campos do conhecimento devem ter a convicção de que para fortalecer suas interpretações devem recorrer a estudos transdisciplinares. No Nordeste, o que se entende por sertão relaciona-se intimamente com a literatura, a música, o cinema e outras expressões artísticas e manifestações culturais. Para Dias (2008, p.01),

A ideia de sertão, até pelo menos o século XVII, foi utilizada para designar tudo aquilo que contrapunha o litoral, num sentido de terras interioranas e desconhecidas. Aquilo que não foi colonizado, desbravado e, muitas vezes habitados pelos povos considerados hostis e bárbaros – os índios. No entanto, “ao lado de semelhanças e diferenças do binômio litoral/sertão [...] não é possível ignorar o esforço do Estado para integrar – mesmo em benefício próprio – ambas as realidades num único padrão”.

Do ponto de vista semântico, a palavra *sertão*, de acordo com Gustavo Barroso (1983), advém da palavra *muceltão*, passando para *celtão* e depois viraria *certão*, significando em latim *locus mediterraneus*, ou seja, lugar entre terras, interior, sítio longe do mar, mato distante da costa. De Portugal deu-se à palavra significado africano, evidenciando o deserto, correspondente à desertão e, como forma contraída de deserto grande, *sertão*. Para Silva (2008, p. 112),

A palavra sertão parece ser um termo oriundo de desertão, de deserto: Não o deserto físico, mas o espaço onde há um vazio de súditos da Coroa portuguesa. Palavra talvez originada no século XV, sua etimologia é obscura, sendo seu primeiro significado talvez interior, ou seja, o espaço longe da costa. Um conceito que já aparece na carta de doação de Duarte Coelho. Apesar de sertão definir, inicialmente, o espaço continental afastado da costa, "a idéia de grandes vazios incultos e desabitados aparece como um dos elementos definidores da noção de sertão”.

Sendo a etimologia da palavra *sertão* incerta, vários autores são levados a tratar o tema de maneira diferente. Para alguns filólogos contemporâneos, ainda, há a especulação que *sertão* deriva do vocábulo latino *desertanu*, de etimologia pouco

conhecida. O que todos concordam, entretanto, é com a significação de região agreste, despovoada, lugar recôndito, distante do litoral, mas não necessariamente árido; terra e povoação do interior; enfim, o interior do país.

Ao longo do processo de ocupação e povoamento do Brasil, o termo *sertão* esteve presente na mente dos mais diversos segmentos sociais e dessa forma a polissemia vai ganhando expressividade a partir do momento em que vão se ampliando as áreas de dominação e controle.

Silva (2010, p.112) segue afirmando que:

No século XVII, vemos a ampliação dos significados desse termo no discurso de dois cronistas: João Pereira Caldas escreve que "a nossa América é dilatadíssima, e comparada a sua vastidão com o número de habitantes, sendo este já muito considerável, ela nos apresenta ainda deserta". Martinho de Nantes, por sua vez, afirma que "entrando nas solidões vastas e assustadoras, fui surpreendido por um certo medo". Aqui percebemos que Caldas faz uma referência indireta ao sertão, através do comentário acerca da vastidão da América portuguesa e de sua ausência de habitantes. E seu discurso considera como habitantes apenas os colonos. Nantes, por sua vez, discute especificamente o sertão, acusando o temor que os espaços abertos de tal região impõe àqueles oriundos da região colonizada ou da metrópole.

Sertão é certamente uma das categorias muito utilizadas por vários autores que tratam o Brasil em vários aspectos: sociológicos, geográficos históricos e literários. Temos então, por parte dos intelectuais, uma tentativa de demonstrar, caracterizar, descobrir, entender, explorar... o desconhecido sertão. Essa questão ganha destaque pelas qualidades negativas (atraso, incivilidade) ou positivas (autenticidade, possibilidade de desenvolvimento, rompimento com os pecados da sociedade capitalista). Posteriormente, segmentos sociais querem discutir uma nacionalidade brasileira a partir do sertão: "As perspectivas que valorizam positivamente de forma ambivalente aquele que é visto comumente como pólo do atraso e da resistência ao progresso vêem o sertão como possibilidade do desenvolvimento de uma autêntica consciência nacional" (LIMA, 1999, p.61).

É neste campo de força que o sertão brasileiro vai sendo moldado, passando a ser descrito de acordo com as visões de vários autores, em vários recortes temporais, alguns destacando mais os fatores físicos e outros revelando mais a

questão social e cultural. Isto vem influenciar, do ponto de vista nacional, as visões de sertão na atualidade. A partir de várias considerações, é possível verificarmos que as imagens sobre o sertão podem ser observadas em discursos de diferentes personagens, cada discurso representando as relações possíveis mantidas entre o sujeito e o sertão. Interessante ainda é a constatação de que o sujeito não é responsável pelos sentidos dos discursos que profere, sendo ele próprio uma parte constitutiva do processo de produção dos sentidos em que cada discurso surge não como fruto de um conjunto de opiniões e visões particulares, mas como partículas de um imaginário dominante que abarca o próprio autor (SILVA, 2010).

Quanto mais avançamos no tempo, mais exploramos o espaço natural, mais necessitamos de entendimento dos fenômenos de ordem teórica, e é pela perspectiva teórica que as viagens realizadas nas primeiras décadas da República vão evidenciar as diferenciações entre o sertão e litoral. Pois, segundo Lima (1999, p. 56),

As viagens são destacadas como fundamento importante de legitimação de ideias e práticas sociais. Como observou um dos participantes da campanha do saneamento rural, não se tratava de um “conhecimento de oitava”, mas de algo revelado pelo contato direto com a complexa diversificada realidade do país.

Neste processo de exploração do conhecimento teórico sobre o sertão, surge uma questão: como realizar a incorporação do sertão ao restante do país se não se conhecia definitivamente a delimitação do Brasil, se os aspectos físico-naturais ainda eram uma incógnita para os “modernos”? As viagens pelo interior do país se avolumam para dar resposta a tais questões até então pouco discutidas. As viagens ao sertão passam a ser vistas como expedições civilizatórias.

O desbravamento do sertão pode ser visto como um movimento de forte conteúdo simbólico que acompanhou os projetos oficiais de delimitação de fronteiras, saneamento, utilização de recursos naturais, povoamento e integração econômica e política (LIMA, 1997,)

Percebemos que as missões civilizatórias foram realizadas pelo sertão não só pelo desejo de conhecer o desconhecido, mas, sobretudo, por interesses sociais, culturais e principalmente políticos e econômicos por parte da elite brasileira.

Como quer que seja, a terminologia sertão para o imaginário brasileiro torna-se sinônimo de fronteira, um campo movediço que, quando se pensa que estamos seguro sobre ele, somos surpreendidos com detalhes que ficaram de fora de nossas interpretações. Por essa lógica, faz-se necessário uma base conceitual que atenda as demandas de um trabalho acadêmico.

A terminologia se apresentou até início do século XIX em relatos de viagens, crônicas, documentação oficial e nas primeiras tentativas de sintetizar uma história do Brasil. Não raras vezes, o termo era usado para mostrar a necessidade povoar as áreas “desertas e inóspitas”. No século XIX, notadamente com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, o sertão foi invocado em todas as tentativas de se apresentar o Brasil enquanto nação, mesmo considerado inúmeras vezes como categoria rejeitada.

Sabemos que o efetivo controle do espaço brasileiro só foi possível através de sua regionalização, ou seja, de um ato político. Nesta perspectiva, muitas iniciativas foram apresentadas, como nos informa Guimarães (1941,p.318):

O estudo de um grande território, como o do Brasil, segundo os métodos da geografia moderna, exige, como condição de êxito, a sua divisão em unidades menores, as chamadas regiões naturais. Desde que o país não apresenta homogeneidade de aspectos, é forçoso estudá-lo por partes, nos seus por menores, par efetuar-se posteriormente a síntese final.

Para fazer alusão ao sertão nordestino, que se imbrica com o semiárido, faz-se necessário entender que este recorte espacial foi reforçado com a divisão do Brasil em regiões naturais. Não é à toa que autores como Manoel Correia de Andrade (1982) e Manuel Diegues Junior (1960), ao analisar esta região, levam em conta os aspectos ambientais.

Do ponto de vista da divisão regional, até o presente momento, o Brasil teve vários autores que apresentaram suas propostas de regionalização: André Rebouças propunha 10 regiões; Elisée Réclus, 8 regiões; Delgado de Carvalho, 5 regiões; Pierre Denis, 6 regiões; Betim Paes Leme, 7 regiões; Moacir Silva, 8 regiões etc. Guimarães (1941), porém, teve a proposta mais aceita, inclusive para fins de estudos e aplicabilidade de ações governamentais. Foi o Conselho Técnico de Economia e

Finanças que regionalizou o Brasil da seguinte forma: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul, Centro.

Atualmente, há cinco Grandes Regiões no Brasil: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Foram instituídas pelo decreto nº 67.647, publicado no Diário Oficial da União em 24 de novembro de 1970 com retificação em 4 de dezembro do mesmo ano. O artigo 1º do decreto estabeleceu a divisão regional do Brasil elaborada pelo IBGE em 1967, revista em 1969 e divulgada através da Resolução nº 1 da Comissão Nacional de Planejamento e Normas Geográfico-Cartográficas em 8 de maio de 1969.

A divisão em grandes regiões sofreu alterações nas décadas de 1970 e 1980 quanto à extinção, criação e alteração de categoria de algumas unidades federadas, que assim estão representadas:

Norte – Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins.

Nordeste – Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Sudeste – Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Centro-Oeste – Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal.

Com a efetivação da divisão regional do Brasil, o “Nordeste”, que antes estava situado no Norte, toma para si o sertão no sentido de fortalecer um regionalismo que se instalará no Brasil. Albuquerque Junior (2011, p. 52) nos informa que:

No antigo Norte, vive-se um período de crise acentuada, com mudanças substanciais que advém do processo de aprofundamento de sua dependência econômica, se sua submissão política em relação às outras áreas do país, do seu problema de adoção de uma tecnologia mais avançada e de assegurar uma mão de obra suficiente para suas atividades. A resistência maior de padrões mais tradicionais de sensibilidade a sociabilidade diferenciam a maneira de ver, de dizer e pensar a questão da nação, quando esta se coloca com ênfase após a Primeira Guerra.

Ao definir teoricamente o sertão nordestino, com a divisão do Brasil em regiões, a elite local toma para si o termo, esquece a ideia de selvagem e adota a ideia de atrasado economicamente e, conseqüentemente, de necessitado de políticas

públicas. Sertão e Nordeste passam a configurar-se como sinônimos, a tal ponto que, em muitos lugares do país, quando se faz alusão ao Nordeste, logo vem à mente a seca, a pobreza e os problemas da miséria.

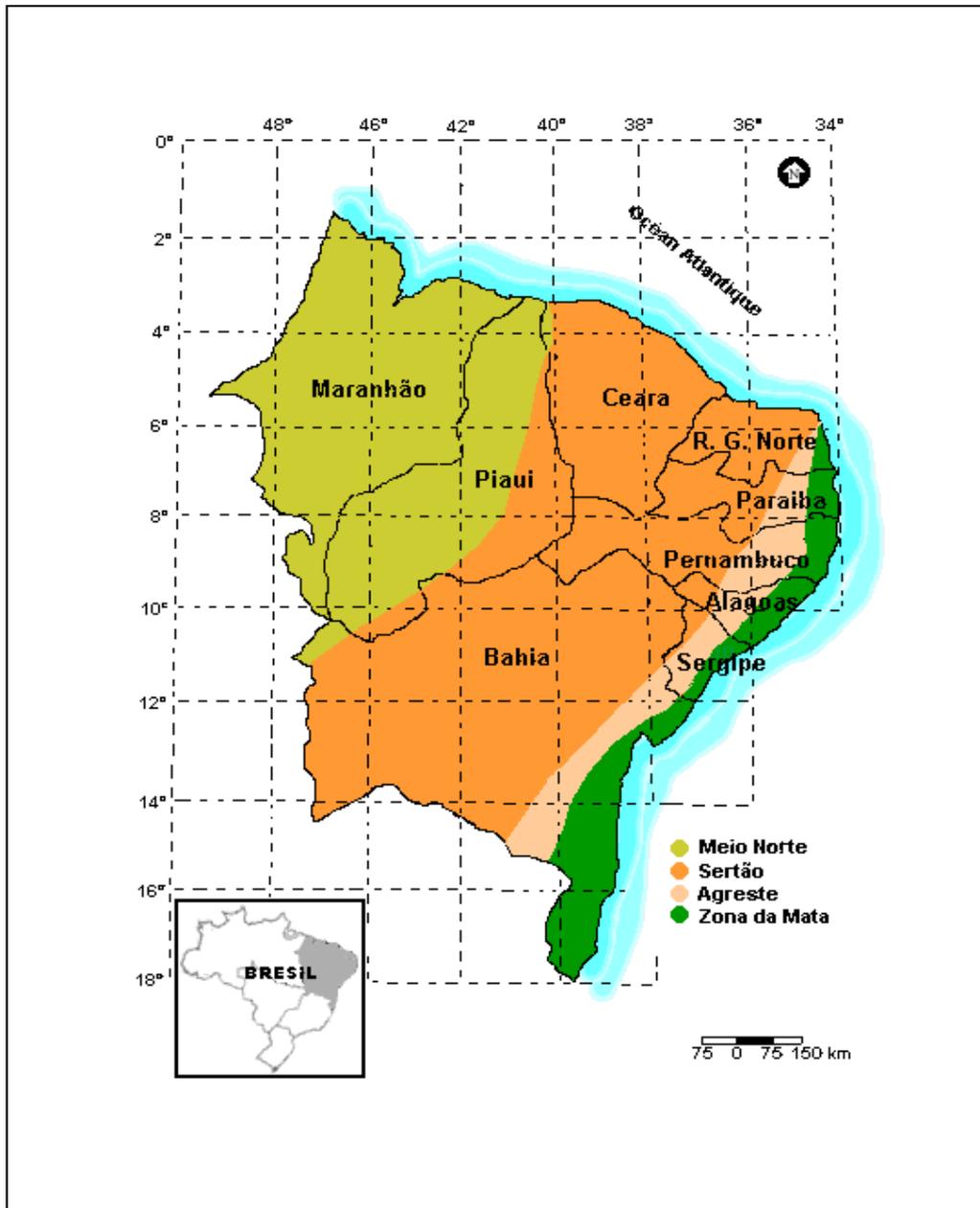
Se voltarmos para a discussão sobre sertão, que foi fecunda muito antes da regionalização do país, muitos autores também organizaram seus pensamentos sobre este termo. E, para não ficar à deriva nos oceanos conceituais, buscamos fundamentação teórica em autores que trabalharam o sertão na perspectiva físico-cultural.

Em termos espaciais, o sertão foi primeiramente identificado como a porção setentrional da hinterlândia semiárida nordestina. Esta área correspondia ao conjunto territorial onde a pecuária constituía os elementos predominantes das formas de exploração dos recursos. Ao especializar o sertão nordestino, Andrade (1982, p. 24) informa que

O sertão e litoral setentrional é a área mais extensa, ocupando, aproximadamente, 90% da região nordestina. O chamado polígono das secas não se circunscreve apenas ao sertão, é conveniente lembrar que ele cobre alta percentagem dos territórios dos estados nordestinos.

Temos na espacialização do professor Andrade (1982) um dado interessante que contrapõe a conceituação sobre sertão trabalhado por diferentes autores pois, diferente de ser local afastado da costa, “o sertão chega quase até a praia”. Vale salientar que, para chegar a esta afirmação, o professor leva em consideração os aspectos naturais quando afirma que “em São Bento do Norte encontramos o facheiro a 50 metros da praia” (ANDRADE, 1982, p. 48)

Figura 02 - Sub-regiões do Nordeste



Fonte: Adaptado de Andrade (1964 apud DANTAS, 2000).

O autor, ao caracterizar as sub-regiões do Nordeste, apresenta-as em zonas, áreas com características sociais e naturais específicas que as diferenciam umas das outras, como habitantes e paisagens: Meio-Norte, Sertão, Litoral Setentrional, Agreste e Zona da Mata.

Os elementos da natureza destacados são os rios, a vegetação, o clima, o regime pluviométrico e o solo. As atividades sociais evidenciadas são o cultivo da cana-de-açúcar e do algodão, a criação de gado, a policultura de subsistência, a

estrutura fundiária e a mão-de-obra, aspectos que podem ser observados no decorrer da obra de Andrade.

Ao tratar o Brasil e suas regiões culturais, Diegues (1960) faz um cruzamento entre as atividades a desenvolvidas e os aspectos de vida dos habitantes, daí chega ao que chama de Mediterrâneo Pastoril. Nesta perspectiva, suas considerações sobre o termo *sertão* coadunam com as ideias apresentadas em nosso constructo teórico, pois mantém a definição que o compreende como áreas interioranas. Em termos de reconhecimento, o autor afirma que as expedições de reconhecimento, no primeiro século da descoberta, partiram de Porto Seguro e de São Paulo e que o rio São Francisco foi ponto de culminância destas expedições.

Ao salientar a conquista do interior, Diegues (1960, p.143) afirma que:

Com as entradas posteriores, expedições que procuravam reconhecer o sertão do brasileiro, ao findar o primeiro século, estavam conhecidos os principais trechos do rio São Francisco através de três focos principais: no Baixo São Francisco, no Médio São Francisco, e no trecho mineiro do rio, já nas proximidades do Alto São Francisco. Embora visando a procura de ouro e pedras preciosas, nem no Baixo nem no Médio, nem no Alto São Francisco, Nada apareceu: nem ouro, nem prata, nem pedra preciosa.

Juntando o sertão e o litoral setentrional, talvez numa tentativa de não contrariar as ideias construídas sobre sertão, Andrade (1982, p.26) diz que “graças a sua vastidão, encontramos uma série de diversificações regionais que exprimem não só as condições naturais como também as formas de atividade humana”.

Ao tratar das sub-regiões do Nordeste, Andrade (*Idem*) confere destaque aos aspectos naturais que acabam por influenciar as atividades que aí se desenvolvem e, ao juntar litoral setentrional e sertão, não altera a o termo que vinha sendo trabalhado até então, pois apesar de o litoral setentrional haver uma quantidade de área considerável de pouco habitabilidade, por estar próxima ao mar, o autor preferiu incluí-la em sua definição de sertão.

Partindo do pressuposto de que o conceito de sertão vai ganhando forma, significado e incorporando o moderno a partir de suas bases produtivas, é possível considerá-lo como região cultural e, mais especificamente, como espaço vivido. Nesse sentido, a região é entendida como um objeto que individualiza e que abrange a

problemática do espaço, nela incluindo as dinâmicas econômica, social e política, numa concepção que se aproxima da escola francesa, a qual valoriza os conceitos tradicionais de região alicerçados na paisagem e no gênero de vida (BEZZI, 2004).

Não se sabe ao certo quem foram os primeiros ocupantes do sertão nordestino, porém, com o processo de colonização, os índios, muitos deles fugindo da exploração a que estavam sendo submetidos nas áreas de produção do açúcar, fugiram para esta área, onde se depararam com outros que já residiam na terra há muitos anos.

Juntando à resistência indígena a pouca fertilidade para produzir produtos que atendessem as demandas externas, o sertão nordestino foi o último espaço a ser ocupado efetivamente.

A falta d'água impediu, aí, o desenvolvimento e afixação da população e a criação de gado até a década de 1951-1960, quando a construção de poços permitiu o afloramento à superfície da água subterrânea e a instalação sobre a chapada de fazendas de gado e de plantações de algodão, mandioca, legumes e carnaubais. (ANDRADE, 1982, p.30)

Vale salientar que o fato de o processo de ocupação do sertão ter ocorrido tardiamente está diretamente ligado a questões ambientais. Tal afirmação é ainda confirmada se observamos que em áreas de chapadas encravadas no sertão, onde há potencialidades ambientais favoráveis, houve uma acomodação social expressiva, sendo a Ibiapada no estado do Ceará um exemplo que pode ser citado.

Do ponto de vista historiográfico, os responsáveis pela ocupação do sertão nordestino foram os criadores de gado que, depois de travar uma batalha com os indígenas, conquistaram o território. “No desenvolvimento do criatório foi importante o papel de Garcia D'Ávila, importando gado de Cabo Verde. Dos seus primeiros currais, foram nascendo outros, cresceu a pecuária e o gado foi penetrando e afastando-se do litoral” (DIEGUES, 1960, p.144).

O movimento de expansão da pecuária no sertão foi intenso até o início do século XVIII e o rio São Francisco desempenhava um papel importante como “ponto de irradiação e criação de gado, [o qual] converteu-se em eixo de comunicação entre as povoações litorâneas e a dos sertões piauienses; daí o fato original, na nossa história, de ter sido o Piauí povoado do centro para o litoral” (*Idem*, p.145).

Os currais irradiaram-se primeiramente pela margem direita do rio São Francisco cujos responsáveis eram de origem baiana, os quais chegaram até o médio São Francisco. Em direção ao Norte, os currais passaram pelo Várzea e chegaram até o Itapicuru, seguindo em direção ao Piauí e Ceará.

Posteriormente, os pernambucanos, que tinham seus currais do outro lado do rio São Francisco, foram responsáveis pelo povoamento de grande parte da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará. Andrade (1982,p.177) afirma que:

O avanço pernambucano embora tivesse no século XVII se dirigido para o grande Rio São Francisco – entradas do provedor Francisco caldas e do capitão Francisco Barbosa da Silva – logo foi desviado para o norte seguindo linha litorânea, uma vez que ao Norte o Sertão chegava até o litoral e oferecia boas pastagens para o gado, ao mesmo tempo que no litoral setentrional os franceses constituíam uma ameaça constante a jovem colônia portuguesa.

Partindo do litoral, ao chegar ao Rio São Francisco, o gado irradiou em várias direções do sertão nordestino. Na parte piauiense do mediterrâneo, o contínuo crescimento de currais foi fomentado pelos criadores do Vale São-Franciscano, cuja penetração atingiu até o atual município de Pastos Bons, já no Maranhão, transpondo os rios Parnaíba (DIEGUES, 1960). As influências das capitais não eram determinadas pelas circunstâncias políticas. Uma vez que a autoridade baiana penetrava consideravelmente o sertão pernambucano, o historiador Capistrano de Abreu afirmou que o controle pernambucano se detivera muito próximo ao litoral, na atual cidade de Bezerros (ANDRADE, 1982)

Ao poucos o sertão nordestino vai sendo, se não ocupado, territorializado, e a presença de um grupo social vai imprimindo uma marca neste espaço. Os currais vão se espalhando e o que era desconhecido passa a ter uma função complementar na formação social, econômica e política brasileira. Diegues (1960, p.150) é enfático em sua afirmação:

Guiados pelos rebanhos, os homens ocupam o interior, desbravam a terra e fixam-se. Os rebanhos tornaram-se responsáveis não apenas pela ocupação humana da região mas ainda por sua caracterização social. A pecuária dá a fisionomia à região, quer marcando-lhe a vida econômica, quer norteando-lhe a feição cultural. Em torno do gado criam-se as condições que normalizam e caracterizam a vida regional.

Na análise do autor, o sertão nordestino vai ganhando conotação diferenciada dos demais sertões do Brasil por conta não só das características físico-naturais apresentadas, mas principalmente pelas condições econômicas e sociais que se estabeleceram neste local.

Neste sentido, a pecuária foi a responsável pela conquista da maior parte da área territorial do Nordeste, além de complementar a área úmida agrícola com uma atividade econômica indispensável ao desenvolvimento da agroindústria do açúcar e ao abastecimento das cidades nascentes. A pecuária levou para o sertão os excedentes da população nos períodos de estagnação da indústria açucareira e aproveitou a energia e a capacidade de trabalho daqueles que, por suas condições econômicas e psicológicas, não puderam integrar-se na famosa civilização da casa-grande e da senzala, criando um Nordeste diferenciado (ANDRADE, 1982).

As áreas propícias à criação de gado foram as vias colonizadoras do Nordeste, ao mesmo tempo em que, amplas e com pastagens livres, davam origem a sistema de vida diverso, nucleado em torno dos currais, mais distantes de onde se expandia a economia agrícola necessária ao abastecimento das cidades do gado.

As fazendas de criação constituem os núcleos onde essa influência da pecuária caracteriza a organização econômica e social. Cria-se, na figura do proprietário, o tipo de “coronel”; é senhor de suas sesmarias e do seu gado, e exerce também a sua influência sobre os vaqueiros, os agregados e todos quanto ali empregam suas atividades (DIEGUES, 1960, p.151).

O sistema de trabalho com o gado foi diferenciado do sistema adotado nas lavouras de cana de açúcar pois, devido à mobilidade do gado e à pouca necessidade do braço humano como força motriz, o escravo praticamente não foi utilizado. Neste sentido, Diegues (*idem*, p.152-153) afirma que:

Nas relações internas da fazenda de criação, estabeleceram-se entre patrão e vaqueiro, novas normas de serviços, tal como aquele vaqueiro pago com uma cria de cada grupo de quatro que nascem. O ambiente físico, pelas próprias dificuldades que oferecia, contribuía para aproximar ou entrelaçar nos seus interesses, o senhor e o vaqueiro; em consequência, nasceu um sentido menos aristocrático, antes democrático, naquelas relações.

O mediterrâneo pastoril, sertão, apresenta um diferente aspecto arquitetônico: enquanto nas áreas açucareiras a casa grande era um dos sinais de poder, no sertão a principal instalação da fazenda era a casa de telha, “constituindo o centro de vida da fazenda, a residência do coronel, de cujas varandas ele dita ordens, fiscaliza o gado, faz os negócios e comanda o pessoal do latifúndio” (*ibidem*). Complementarmente, na análise feita por Andrade (1982, p. 194), “os fazendeiros vivem, em geral, nas cidades do interior mais próximas às suas fazendas, onde se dedicam a outras atividades econômicas, sobretudo ao comércio.”

Ao apresentar o mediterrâneo pastoril, Diegues (1960) faz uma descrição sobre os aspectos naturais, economia e o tipo de sociedade que aí se estabeleceu. As análises deste autor se tornam ainda mais interessantes porque foram feitas antes da Geografia se interessar efetivamente pelos assuntos culturais.

1.3 Do sertão brasileiro ao sertão nordestino: um esforço para a sua caracterização

O recorte espacial da pesquisa parece bem claro pois, se tratando de escala cartográfica, a qual representa o espaço de forma geométrica, é fácil a delimitação: trata-se da cidade/município de São Raimundo Nonato no estado do Piauí. Porém, já não é o mesmo em relação ao recorte teórico, uma vez que as bases conceituais sempre serão questionáveis, necessitando a aplicação da escala geográfica, que representa a relação que a sociedade mantém com a forma geométrica.

Se nossa pretensão é demonstrar como os entendimentos de sertão estão sendo transformados na cidade de São Raimundo Nonato - PI, primeiramente temos de enfrentar um grande problema, que é demonstrar como este termo foi entendido – uma tarefa por si só hercúlea. Portanto, as escolhas aqui realizadas refletem condicionantes disciplinares (Geografia Humana), metodológicos e pessoais. O sertão, que é construído a partir de uma formulação teórica de um grupo social sobre

um determinado espaço, se apresenta, num primeiro momento, como uma fronteira que necessita ser conquistada.

Partindo desta premissa, quando a conquista do espaço brasileiro parece definitiva, o sertão, ao invés de ser encarado como fronteira, passa a ser tomado como um limite claramente demarcado. Vejamos a sintonia entre sertão e semiárido. Para Castro (1992,p.16),

No Brasil as diferenciações físicas no meio geográfico, naturalmente esperadas numa extensão territorial tão grande, algumas vezes disfarçam ou confundem outras diferenças. Estas, embora não sendo caudatárias das variações ambientais, terminam por induzir interpretações de relações de causa e efeito, supervalorizando as limitações ou potencialidades da natureza sobre a qual o homem se instala.

Enquanto região diferenciada em que as variações climáticas proporcionavam secas periódicas, o semiárido aparece fortalecendo o sentido da palavra *sertão*. Desta forma, buscavam-se meios para delimitar o fenômeno, ou seja, um delineamento claro do “território das secas” e, assim, uma melhor definição da própria palavra: de vasto interior, o sertão torna-se praticamente uma metonímia do interior das secas, da região marcada por uma paisagem múltipla que enfrenta ciclicamente longos períodos de irregularidades pluviométricas.

Nesta conjuntura de produção, de circulação e de difusão de conhecimento, formou-se um imaginário sobre o semiárido e, conseqüentemente, sobre a região Nordeste. Sagra-se um discurso regionalista em decorrência, em grande medida, do enfrentamento do problema dos efeitos causados pelas secas, da dimensão técnica que lhe articulou – isto é, o conjunto de esforços governamentais para dar uma resposta propositiva, formulada por um campo disciplinar técnico, às questões que abarcam a seca, vista como um problema nacional. Além disso, pode-se apontar igualmente a conjuntura política e econômica que reivindicou recursos e atenção próprios, das paisagens e cartografias, reais e imaginárias, que lhe representaram.

No antigo Norte, vive-se um período de crise acentuada, com mudanças substanciais que advêm do processo de aprofundamento de sua dependência econômica, de sua submissão política em relação às outras áreas do país, do seu problema de adoção de uma

tecnologia mais avançada e de assegurar mão de obra suficiente para suas atividades (ALBUQUERQUE, 2011, p. 52).

Este entendimento se constrói no século XIX e, principalmente, na primeira metade do século XX, haja vista as mudanças ocorridas no campo econômico do Brasil. E é pelas perspectivas econômicas que, na construção de um entendimento da região Nordeste, o semiárido é apresentado, nos discursos das elites governamentais, como responsável pelos problemas regionais, dado que culmina na elaboração, em escala nacional e regional, de um imaginário social fundado no clima, responsável pelo atraso da região. Base dos discursos políticos para atração de investimentos, representou forte poder simbólico para a constituição do imaginário político regional. A natureza foi apropriada pelo imaginário coletivo de maneira a servir de suporte ao aparato ideológico propagandista político nordestino. Fundamentadas em bases ideológicas e naturalistas, as oligarquias formularam e difundiram seus argumentos acerca do território nordestino, sobretudo o semiárido, passando a compor a imagem de uma região vitimada pelas secas. Dessa forma, as secas tornam-se, nos discursos e representações das elites, a raiz dos problemas do Nordeste brasileiro (CASTRO, 1997).

Neste contexto, o sertão se coaduna com os problemas de ordem natural para fortalecer o discurso regional, sendo responsável pelas formulações teóricas do “Nordeste problema”. Segundo Dantas (2006, p.23),

Na relação da sociedade local com a natureza, compõe-se, portanto, conjunto de representações que norteiam as ações no espaço e a seu turno fundamentam as representações que as motivaram. Com a consubstanciação da região problema (o Nordeste), a elite política local obtém subsídios do governo central para o desenvolvimento regional, pautado: a) no reforço da estrutura fundiária e manutenção de lógica agroexportadora (inicialmente a cana-de-açúcar, na zona da mata, e, posteriormente, o algodão no sertão), nos meados do século XIX aos anos 1950 do século XX; b) em implementação de política de industrialização direcionada pela SUDENE, dos anos 1960 aos anos 1980.

Das formulações teóricas acerca de sertão que se moldaram ao longo da história da exploração do espaço brasileiro, designando áreas do interior cuja natureza se apresenta com maior resistência, no Nordeste encontra-se uma base que permite o fortalecimento de tais ideias. Neste caso, os fenômenos climáticos seriam os responsáveis que limitam o desenvolvimento econômico.

Foi, então, para os fenômenos climáticos que se voltaram as atenções do Poder Público. No início da década de 1930, foram concedidas verbas especiais para o socorro às populações atingidas e para a construção de obras públicas de emergência. O poder local articulado com o poder nacional cria um mecanismo que permite a delimitação das áreas sujeitas à seca.

A Lei 175/36 (revisada em 1951 pela Lei 1.348) reconheceu o Polígono das Secas como a área do Nordeste brasileiro composta de diferentes zonas geográficas com distintos índices de aridez e sujeita a repetidas crises de prolongamento das estiagens. Nessas áreas ocorrem, periodicamente, secas que representam, na maioria das vezes, grandes calamidades, ocasionando sérios danos à agropecuária nordestina e graves problemas sociais, razão pela qual são áreas objeto de especiais providências do Poder Público. Uma das providências foi a criação de um regime especial (previsto na Lei 3.833/60) que tornam mais céleres as indenizações nas desapropriações por utilidade pública.

A partir da delimitação da área que estava sujeita aos fenômenos naturais que culminariam em transtornos sociais, evidenciou-se o sertão para o cenário nacional. Devemos lembrar que a delimitação compreende a área que goza de alguns privilégios na obtenção de recursos públicos. Logo depois da delimitação da área, criou-se o Polígono das Secas, regulamentado por lei em 13 de setembro de 1946. Somente a partir do Decreto-Lei nº 63.778, de 11 de dezembro de 1968, foi regulamentada a inclusão de municípios no Polígono das Secas.

Pela Lei nº 1.348, de 10 de fevereiro de 1951, a área do Polígono sofreu revisão dos seus limites. Depois a Lei nº 4.239, de 27 de julho de 1963, estatuiu que o município criado com desdobramento de área de município incluído no Polígono das Secas, será considerado como pertencente a este para todos os efeitos legais e administrativos. De outra parte, a lei nº 4.763, de 30 de agosto de 1965, incluiu o município de Vitória da Conquista.

O Decreto-Lei de nº 63.778, de 11 de dezembro de 1968, delegou ao Superintendente da Sudene a competência de declarar, observada a legislação específica, quais os municípios pertencentes ao Polígono das Secas. Esse Decreto-Lei regulamentou e esclareceu que a inclusão de municípios no Polígono, somente

ocorreria para aqueles criados por desdobramento de municípios anteriormente incluídos total ou parcialmente, no mesmo Polígono, quando efetuados até a data da lei regulamentar, ou seja, de 30 de agosto de 1965 onde foi declarada como lei.

Em 19 de dezembro de 1997, o Conselho Deliberativo da SUDENE (extinta em 2001) com a Resolução nº 11.135, aprovou a atualização da relação dos municípios pertencentes ao Polígono das Secas, incluindo aqueles que foram criados por desmembramento até janeiro de 1997.

Em 2005, a nova Delimitação do Semiárido Brasileiro ampliou os critérios de inclusão dos municípios, por considerar insuficiente o índice pluviométrico apenas.

1.4 A apropriação do sertão nordestino para fins regionalistas.

As mudanças de ordem econômica na década de 1950 impulsionaram as atenções da cena política brasileira à região nordestina, palco das secas periódicas; apresentadas nos discursos regionalistas da elite local e sofrida pela população do semiárido. Exatamente no recorte temporal que compreende a gestão do governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, o semiárido é acometido por uma grande seca, demandando medidas enérgicas do governo federal para que se evitasse que lavas e lavas de sertanejos continuassem se retirando, como ocorreu em algumas capitais do nordeste no final do século XIX: Fortaleza configurou neste cenário, conforme relatos da literatura, Rodolfo Teófilo, Domingos Olímpio etc.

Também neste contexto histórico, agricultores da zona da mata pernambucana organizaram manifestações para chamar a atenção do governo, que ficaram conhecidas como as Ligas Camponesas, comandadas por Francisco Julião. Tais eventos deixavam em alerta os grandes proprietários do Nordeste.

Diante disso, ganha força nas iniciativas por parte da elite nordestina o discurso da necessidade de políticas próprias para o Nordeste. O pano de fundo para

ver e dizer o Nordeste centrava-se no sertão nordestino. “Como não há regionalismo sem substrato regional, a compreensão do primeiro supõe a necessidade de discutir e conceituar região, enquanto base territorial para a expressão política” (CASTRO, 1992, p. 29).

Quando há a mudança do centro econômico da zona da mata para o Sudeste, busca-se no sertão os problemas de ordem natural, social e econômica para fortalecer a ideia de Nordeste atrasado, que para Albuquerque Jr. (2011, p. 13):

Até meados da década de 1910, o Nordeste não existia. Ninguém pensava em Nordeste, os nordestinos não eram percebidos, nem criticados como gente de baixa estatura, diferente e mal adaptada. Aliás, não existiam. As elites não solicitavam, em nome dele, verba ao Governo federal para resolver o problema de falta de chuvas, da gente e do gado que morriam de fome e sede, como registra Graciliano Ramos em *Vidas Secas*, livro que se tornou filme famoso. Ademais o problema mal era anunciado; era apenas vivido.

Se em 1910 não existia Nordeste, em décadas posteriores este aparece com “força total”. Os fenômenos de ordem natural desencadeiam uma movimentação social e estes eventos foram responsáveis pela elaboração, por parte do governo federal, da “Operação Nordeste” e, posteriormente, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ficando a cargo de Celso Furtado os planos de desenvolvimento do Nordeste, em que o sertão foi o grande trunfo para arregimentar tais políticas, pois, na visão de Albuquerque (2011, p.61):

Determinadas diferenciadoras dos diversos espaços são trazidas à luz, para dar materialidade a cada região. A escolha de elementos como o cangaço, o messianismo, o coronelismo, para temas definidores do Nordeste, se faz em meio a uma multiplicidade de outros fatos, que, no entanto, não são iluminados como matérias capazes de dar uma cara a região. A escolha, porém, não é aleatória. Ela é dirigida pelos interesses em jogo, tanto no interior da região que se forma, como na sua relação com outras regiões.

Nesta conjuntura, levantou-se a necessidade de um melhor conhecimento, com base científica, da região Nordeste. Lembremos que no Nordeste, “o maior entrave a ser superado era o atraso que se encontrava no sertão”. Dentro deste campo de debates, Josué de Castro se tornou um dos grandes interlocutores dos diagnósticos para os planos de desenvolvimento os quais tinham Celso Furtado à frente. Os estudos e diagnósticos levantados sobre o Nordeste evidenciam o sertão e

a necessidade de uma reforma agrária, industrialização emprego de mão de obra para a população deste local.

O sertão brasileiro e, principalmente, o nordestino, se apresenta como um lugar cheio de significações e visões que perpassam diversos campos do conhecimento, literatura, imprensa, ciência e senso comum. Tais significações estão ligadas diretamente aos grupos que tiveram interesse em valorizar ou desvalorizar seus aspectos geográficos, onde se desenvolveu uma economia essencialmente pastoril e que não atendia aos interesses externos.

Quando se faz referência ao sertão, logo se associa ao Nordeste, mesmo que tenhamos vários sertões pelo Brasil afora. Porém, enquanto noção de lugar geográfico, este vem acompanhado das ideias de diferenciação cultural e de distância. Apresentam-se recorrentemente junto à palavra sertão, dependendo dos interesses, imagens de distância, de terra ingrata e do homem sertanejo como sendo o outro de psicologia e hábitos distintos. Mesmo sabendo dos múltiplos significados do termo, este se associa às limitações produtivas por conta dos períodos de estiagem que ocorrem no semiárido, sendo o sertão nordestino o mais célebre dentre todos os sertões.

O sertão nordestino muitas vezes foi usado como vitrine para reforçar o discurso de Nordeste atrasado, que necessitava das benéficas ações políticas da união para o desenvolvimento da região. É com o sertão e suas limitações naturais que se fortalece o regionalismo nordestino. Maciel (2010, p.216) afirma que:

O sertão seco participa desse processo enquanto uma peça-chave da identidade cultural e do regionalismo nordestino. Hoje, além das dicotomias clássicas como litoral versus interior, trópico úmido e trópico semiárido, progresso e atraso, seca irrigação, a ideia de sertão, no caso semiárido, apresenta ao pesquisador a possibilidade de entrar em contato com sistemas de pensamento mais sutis, desdobramentos de novas geografias existenciais que participam da re-fundação simbólica da região – ainda que sem destaque comparável às clássicas evocações antitéticas referidas no início.

Foi na tragédia da seca que as paisagens do sertão nordestino surgiram no imaginário social como ricos impulsionadores de contos chocantes entre autores que pretendiam apresentar o mundo longínquo dos sertões aos olhos de uma sociedade que se modernizava.

A partir de arranjos de interdependências sociais que foram se estabelecendo entre técnica e arte no processo de industrialização do estoque simbólico nacionais, uma chave analítica é seguida no texto: a formação do significado do sertão e a galvanização de uma memória social ligada ao interior do Nordeste estiveram diretamente ligadas à expansão dos mercados culturais nos primeiros centros urbanos do país e assim permaneceram até hoje (ALVES, 2011).

As ideias sobre sertão estão no centro de uma prática retórica. A elite nordestina recheia seus discursos alicerçados nas limitações naturais e conseqüentemente na vulnerabilidade social, justificando ações federais no sentido de homogeneizar o espaço produtivo. Por outro lado, há as reações, inclusive de intelectuais, que buscam rebater as ideias de sertão-problema, justificando-se através da caracterização do sertão como refém de um sistema político coronelista, corrupto e provinciano. Castro (1992, p.37) nos informa que:

É possível perceber a região nordeste como espaço político administrativo que contém espaço de vivência (ou sub-regiões), sem que haja contradições entre essas escalas. Desse modo, o Nordeste da SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - embora considerado por muitos uma impostura, não é uma ficção, mas pelo contrário, é a institucionalização dos interesses comuns das lideranças desses espaços, já historicamente projetados através das imagens de Nordeste (mesmo quando se tratava das “Províncias do Norte”). O fato de esse Nordeste institucional ter se ampliado em relação ao real decorre mais do oportunismo de outras lideranças do que da sua artificialidade completa.

Nas mídias, tanto impressa como audiovisuais, costumou-se divulgar imagens em que os sertões nordestinos aparecem enquanto região da estiagem, da seca e da miséria. Os adjetivos utilizados são os mais diversos: “Seca do Nordeste”, “monturos humanos”, “infelizes” da grande seca de 1877; imagens que se fortaleceram com os “retirantes”, “flagelados” e principalmente a imagem da “caveira de boi” e da religiosidade do povo.

Os relatos são fortalecidos com as imagens fotográficas e cinematográficas, pois, “o fato para se consagrar e passar a existir como um evento, não necessita apenas da notícia comentada, ou seja, descrita e relatada. Precisa antes de tudo, ser

apresentado com uma fotografia, que vem acompanhada de uma legenda explicativa” (ALVES, 2011, p. 48).

As representações dos espaços sertanejos sempre foram ricas de imagens e discursos que enfatizam de forma maniqueísta este lugar.

A extensa zona semiárida do nordeste do Brasil é marcada secularmente pelo discurso trágico e onipresente das secas, bem como pela sua mais perfeita antítese, a homilia do moderno paradigma hidráulico, onde a irrigação, as barragens e as transposições de bacias hidrográficas ocupam lugar de destaque (MACIEL, 2010, p. 213).

Todos os problemas estão associados, na maioria das vezes, a causas “naturais”: a pobreza e a pouca espessura dos solos, os rios intermitentes e a má distribuição de chuvas. Buscam-se justificativas na ausência, no sertão, do principal produto da agricultura nordestina, a cana de açúcar, pelo padrão de vida economicamente diferenciado. Concordamos com Paiva (2011, p.15) quando afirma que

A trama de interdependência das agências humanas e institucionais, posta na contrapartida das discursividades que construíram um perfil da cultura brasileira, decidiu algo como posições da fala aptas ao exercício do monopólio do sentido legítimo a cerca do povo e da nação, monopólio estendido por uma coalisão de posição de produtores, críticos e intermediários culturais que estabeleceu vínculos seletivos com facções de poderes políticos e econômicos.

Veiculam-se através da imprensa, da literatura e dos discursos políticos, visões representativas do sertão como lugar do coronel, do voto de cabresto, do messianismo e do cangaço. Mas será que estas visões tem significação para o “sertanejo”?

Quando se toma o Nordeste como tema de trabalho, seja acadêmico, seja artístico, este não é um objeto neutro. Ele traz em si imagem e enunciados que foram fruto de várias estratégias de poder que se cruzaram; de várias convenções que estão dadas, de uma ordenação consagrada historicamente (ALBUQUERQUE JR., 2011, p.217)

Devemos lembrar que sertão tem papel de destaque neste “Nordeste inventado”. Quando falamos em mutabilidade nos referimos também na capacidade de interação entre as culturas, que acabam por influenciar umas às outras. Neste

caso, não escapamos à modernidade que bate à nossa porta e “uma das características das sociedades modernas é, por tanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Está é a principal distinção entre sociedades “tradicionais” e as “modernas”” (HALL, 2011, p. 15).

Na atualidade, a noção de sertão deve ultrapassar a ideia de lugar com características próprias e invioláveis. Temos que levar em consideração a conjuntura do mundo, as rápidas interações entre os mais diversos pontos do Brasil e, conseqüentemente, do planeta. Neste sentido, torna-se uma noção preta de contradições e ambivalências onde as dimensões política, social e cultural econômica se reúnem num todo, num significado, numa noção. Para Maciel (2010, p.214):

A própria abundância e complexidade das denominações e qualificações do sertão semiárido é sintomática de que este é um campo rico em diferentes representações sociais, donde a suposta naturalização do termo não enfraquece o debate, constituindo-se, antes, em mais um dos seus problemas. Este espaço tem constituído o locus de interações frequentes entre arte e ciência, sedimentando um tema recorrente do pensamento nacional em busca da nossa alma coletiva. Ao atrair o olhar e a reflexão acadêmica com surpreendente continuidade, o semiárido evidencia a potência narrativa de suas especificidades naturais e humanas no trabalho de compreensão do Brasil.

O sertão, para além dos conceitos, torna-se um lugar fluido, maleável, moldável, conforme o ângulo, a posição intelectual que se toma diante dele. Torna-se um lugar ao mesmo tempo imaginário e concreto, que tem um pouco da noção de *lugar de memória* de Nora: “Fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome. Mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.

1.5 O sertão e as abordagens sobre o Piauí e São Raimundo Nonato

Dentro da concepção de civilização do couro, estados como Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí surgem no cenário econômico. Conseqüentemente, sofrem as

consequências do peso do termo *sertão* com conotações negativas onde, no dizer de Albuquerque (2011), é o lugar onde a nacionalidade se esconde, livre das influências estrangeiras. Para Dobal (1995, p. 28),

Dentre os fatores conjunturais que determinaram o povoamento e a exploração econômica do sertão nordestino, destacam-se a expansão dos engenhos do Nordeste e a apropriação de novas áreas para a instalação de currais bovinos. Foi o realismo dessa política portuguesa de ocupação, através da pecuária extensiva, que tornou possível a integração, o povoamento e a ocupação de uma área muito extensa do sertão, despendendo o mínimo de recursos financeiros e em curto prazo de tempo.

É nesse contexto que se dá a ocupação do estado do Piauí, criado em 1718. Apenas 40 anos depois, foi instaurada a capitania de São Jose do Piauí, cuja população vivia em situação econômica delicada. Consoante Dobal (*idem*), a maioria dos aglomerados populacionais não tinha condições mínimas de qualquer tipo de aparelho administrativo e haviam surgido a partir de fazendas de gado propriamente ditas ou quaisquer atividades relacionadas à pecuária.

Até a década de 1940, 17 das 20 maiores cidades piauienses situavam-se no centro norte. Fora deste referencial, aparece apenas São Raimundo Nonato, localizada ao sudoeste piauiense, “que por sua situação estrutural, sempre manteve muito mais ligações com cidades dos Estados limítrofes do que propriamente com Teresina” (*idem*). Em meados da década de 1950, a estrutura urbana era muito precária,

Funcionando poucas unidades de ensino, contava com 43 logradouros públicos, com uma composição de quatro ruas e uma travessa pavimentada em paralelepípedos, sendo servida de luz elétrica pela prefeitura municipal com 123 ligações domésticas, além de duas pensões.” (DOBAL, 1995, p. 58).

De todas as perspectivas, o município era considerado sertanejo por localizar-se no interior, mais especificamente na área semiárida cuja atividade principal estava ligada à pecuária. O município entra numa nova era quando uma equipe de arqueólogos comanda por Niède Guidon mostra para o mundo as descobertas que mudariam a concepção da forma de entender o aparecimento do homem americano. Segundo o IPHAN (2007),

São Raimundo Nonato passou por uma grande mudança na sua história, pois neste período a arqueóloga Niéde Guidon teve contato com os vestígios arqueológicos de milhares de anos atrás. Assim começaram as pesquisas no que hoje é o Parque Nacional Serra da Capivara e a região de São Raimundo Nonato transformou-se no berço do Homem americano.

A descoberta dos vestígios de uma sociedade pré-histórica deu impulso para a criação do Parque, que logo passou a ser protegido pela UNESCO como ideal para a realização de estudo na área de arqueologia. Tal acontecimento foi responsável pela implantação do Museu do Homem Americano, que guarda e conserva fósseis encontrados na região do Parque e proximidades, como iniciativa administrada pela Fundação Homem Americano (FUNDHAM).

Esses acontecimentos importantes fizeram São Raimundo Nonato adquirir grande potencialidade de interação, considerando-se que, a partir de então, a cidade torna-se turística por causa do Parque. Almeida (2006, p. 16) afirma que:

Pela turistificação, atribui-se um valor aos lugares que quase ou nenhum valor possuíam antes; ou então, como no caso das cidades, agrega-lhe um valor complementar. Até a invenção do turismo, para que um lugar fosse cobiçado ou desejável, ele deveria possuir principalmente homem e sua produção, cidades, elementos naturais propícios para serem apropriados e valorizados, jazidas ou minas de minerais.

O estudo do turismo como um dos setores mais emergentes da economia mundial contemporânea é demasiadamente genérico devido às possibilidades de formas e de análises dessa atividade. Direcionar a análise sociológica e geográfica de uma das expressões mais marcantes desse fenômeno atual é um desafio a ser enfrentado, tratando-se do processo de transformação do espaço. Concordamos com Rodrigues (1996) quando afirma que:

O turismo cria espaços urbanos uma vez que necessita, para sua realização, da demanda da população anfitriã, do comércio, dos serviços, das infra-estruturas básicas de apoio, dos sistemas de promoção e de comercialização, das instituições que exercem o poder de decisão. Todos estes elementos interagindo numa dada porção do território apresentam-lhe feições e estilos de vida reconhecidamente urbanos.

Várias são as contradições desse fenômeno no contexto econômico mundial, principalmente ligadas às questões ambientais. Quando se apresenta como única

possibilidade de desenvolvimento econômico para um lugar, uma cidade ou uma região, os espaços locais são submetidos a uma ordem externa.

Temos então em São Raimundo Nonato um ponto de confluência: a resistência do local frente ao impulso do global. Isto reforça as ideias de Massey (2005, p.47) quando afirma que:

Los locales no son puramente ni productos ni víctima de la globalización; sino que cada lugar es una mezcla distinta - un entretreído de relaciones sociales dentro de algunas de las cuales el lugar puede tener una posición subordinada mientras que en otras relaciones tiene más o menos dominante y poderosa.

Na abordagem do processo de urbanização em São Raimundo Nonato, é interessante situar a análise do ponto de vista do binômio global-local. Entender que a globalização parece ser um conceito inevitável, estando presente nos discursos sobre a economia e cultura do senso comum, da Academia e nos vários aspectos de nossas práticas sociais.

Chegou-se a cogitar que a globalização iria destruir as diferenças locais, homogeneizando o espaço e a sociedade. Hoje, o debate não se coloca mais nestes termos, pois as peculiaridades locais - localismos, regionalismos - emergiram do global, numa tendência de valorização das diferenciações locais, servindo de atrativo para os estudos culturais.

Nesse contexto, é possível perceber que as possibilidades de valorização do turismo são criadas fora da cidade, de acordo com os interesses do capital. Eis o elo a ser analisado por um viés geográfico. Que desdobramentos há para uma cidade interiorana recém-saída do estado de ruralidade, com pouca infraestrutura urbana e com elemento suficientemente forte para o turismo? Na concepção de Almeida (2006, p. 77),

A história de um lugar turístico está associada às possibilidades de atividades que ele oferece. O turista pode querer frequentar tal ou tal espaço porque ele aí encontra um interesse, uma motivação. Todavia, sem o consentimento de, pelo menos, uma parte da sociedade local, nada é possível... O turismo não tem existência própria e sua dinâmica depende do jogo de atores – Estado, iniciativa privada, comunidade local e turista - que o inventam em um lugar escolhido para tal.

Na cidade de São Raimundo Nonato, essas possibilidades de atividade são concretas. Do ponto de vista das iniciativas, também já começam a despontar, como demonstra a construção de um aeroporto internacional e outros equipamentos urbanos. Para Castillo (2008, p.19),

A sociedade organiza e produz o seu espaço geográfico, com a intenção e o propósito de fazer, também, desse espaço seu meio de sobrevivência, ao utilizá-lo para suas atividades. É nesta instância social que também as atividades de interesse turístico se localizam e se concentram, suscitando a formação de espaço turístico, fazendo do turismo uma prática social e complexa.

Convém refletir sociologicamente sobre o turismo, principalmente no nosso contexto histórico, sobretudo quanto às políticas e práticas concertadas para uma exploração adequada dos recursos, baseada na proteção da natureza e do homem, na conservação dos espaços e nas lógicas de desenvolvimento sustentável de atenuação da pobreza.

SEGUNDA PARTE

PANORAMA SOBRE SÃO RAIMUNDO NONATO: INSERÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS NUMA CIDADE DO SERTÃO PIAUIENSE

2 PANORAMA SOBRE O MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO

Entendemos que a produção do espaço se dá a partir de uma lógica dominante distante e é seguindo essa lógica que o sertão tem suas configurações espaciais alteradas para que venham a atender uma demanda do mercado cada vez mais longínquo. No caso em estudo, a produção do espaço tem como catalisador um segmento social que procurou outra explicação científica para a ocupação do homem nas Américas.

A partir de fragmentos de uma sociedade pré-histórica, várias observações locais embasaram novas explicações, o que tornou esse ambiente um receptáculo de pesquisadores dos mais variados ramos do conhecimento. Estes agentes trouxeram consigo não só o desejo de fazer novas descobertas, mas também valores e ideias, reforçados por uma conjuntura de circulação de informação virtual, pessoas e mercadorias numa dinâmica bem mais acelerada que outrora.

O que torna a cidade uma área diferenciada das demais é a forma rápida como ela foi integrada à conjuntura global atual. Isso pode estar gerando divergências bruscas nas ideias de “sertão”, o que implicaria desdobramentos no entendimento dos moradores locais. Levantamos a hipótese de que esses desdobramentos influenciam o entendimento de sertão, haja vista a confluência ou discordância dos hábitos/costumes entre “os de dentro” e “os de fora”.

Por outro lado, existem dinâmicas locais latentes. A integração em uma psicosfera (SANTOS, 1996) global não elimina as especificidades de um espaço vivido regional. Diante de tantas transformações ocorridas na últimas décadas, faz-se necessário buscar alternativas de sobrevivência para os processos produtivos, e é em busca de uma participação mais regular em todos os espaços que se processa a urbanização. Há uma consciência de que o processo de apropriação e exploração dos espaços é algo real e está ligado diretamente à urbanização e, conseqüentemente, à modernização.

Não há dúvidas de que a urbanização aparece nos séculos XIX e XX como uma força transformadora em que os espaços seguem uma dinâmica advinda de uma lógica distante. Os aspectos culturais também não fogem à mesma regra, pois há maior possibilidade de interação, principalmente, em consequência das redes de comércio na era dos *mass media*⁵.

Quando nos referimos aos aspectos espaciais, fazemos alusão ao poder de transformação do meio natural a partir dos quais “outrora o homem retirava aquilo que considerava fundamental ao exercício da vida e valorizava diferentemente essas condições naturais, as quais, sem grandes modificações, constituíam a base material da existência do grupo” (SANTOS, 2009, p.37). Quanto à questão comportamental, referimo-nos ao poder de alavancar nas pessoas o desejo de acompanhar a tendência, mudando hábitos e conceitos, “transformações dos mercados simbólicos que em parte radicalizam o projeto moderno, e de certo modo levam a uma situação pós-moderna entendida como ruptura com o anterior” (GARCÍA CANCLINI, 2011, p. 23).

Essa explicação não é tão simplista como pode parecer à primeira vista porque ela abarca a questão da conquista e transformação dos territórios, tornando-se gradativamente uma nova forma exploração do espaço, centrada no novo como desagregador do pré-existente.

As transformações de ordem global vinculadas com as estruturas locais vieram dar especificidades ao interior do Brasil, seja sobre a regulação do trabalho, moradia, consumo e mudanças comportamentais, enfim, dos aspectos culturais. No caso das “ilhas de tecnologia” nordestinas ligadas à irrigação, é o processo produtivo da agricultura que recria imaginários sobre o sertão semiárido⁶; em São Raimundo Nonato, os pontos de inflexão podem ser vistos a partir do Parque e da nova condição urbana que se desenvolve no município.

⁵ Denominação de Gianni Vattimo (1996) sobre a sociedade tecnológica, também conhecida pela denominação de a sociedade dos *mass media*, onde a imagem, a rapidez e a simultaneidade se fazem imprescindíveis. Por exemplo, o mundo inteiro pôde ver ao vivo o choque do segundo avião às Torres Gêmeas (*World Trade Center*), nos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001.

⁶ Sobre este assunto vide CASTRO, I. E. Ilhas de tecnologia no Nordeste Brasileiro e a reinvenção da natureza. *Território*, Rio de Janeiro, ano V, n.9 (jul./dez.) 2000, p.45-63.

Portanto, a compreensão dos aspectos socioespaciais do município vai além do entendimento da localidade ou da região e envolve questões globais. Entendemos que a cidade vem recebendo influências exógenas mais do que qualquer outra do mesmo perfil, apesar de saber que isso é fruto de um processo que atinge as mais longínquas partes do planeta e, nesse sentido, concordamos com Carlos (2007, p.12) quando afirma que:

A globalização materializa-se concretamente *no lugar*, aqui se lê/percebe/entende o mundo moderno em suas múltiplas dimensões, numa perspectiva mais ampla, o que significa dizer que no lugar se vive, se realiza o cotidiano e é aí que ganha expressão o mundial. O mundial que existe no local, redefine seu conteúdo, sem todavia anularem-se as particularidades.

Recentemente, esse quadro se intensificou tendo como catalisadores os vetores de transformação do mundo contemporâneo ligados à revolução científico-tecnológica. Esses elementos combinam-se e repercutem nos espaços mais longínquos.

É por essa inclinação que os espaços, cenários ativos para o entendimento dos processos que se manifestam, devem ser estudados e compreendidos. São Raimundo Nonato não foge à regra, imbricado de contradições que reforçam a teoria de Santos (1997, p.196):

Pelo lugar que revemos o mundo e ajustamos nossa interpretação, pois, nele, o recôndito, o permanente, o real triunfam, afinal, sobre o movimento, o passageiro, o imposto de fora. O espaço aparece como um substrato que acolhe o novo, mas resiste às mudanças, guardando o vigor da herança material e cultural, a força do que é criado de dentro e resiste, força tranquila que espera, vigilante, a ocasião e a possibilidade de se levantar. (grifo nosso)

São Raimundo Nonato, ao longo de sua história, teve sua base econômica pautada pelo setor primário. Não passava de uma tímida cidade do interior do semiárido nordestino, cuja expressividade econômica era quase insignificante, salvo em curto período de exploração do látex da maniçoba (QUEIROZ, 1984), com uma modesta estrutura urbana de pouca expressividade nacional ou estadual.

Em pouco tempo, mais precisamente na década de 1970, com a divulgação dos vestígios de uma sociedade primitiva, houve uma maior atenção por parte dos estudiosos da área, com investimentos consideráveis, e a cidade passou a ser

conhecida nacional e mundialmente.

A partir daí, uma série de ações foram tomadas e a cidade hoje funciona como área de contato, ponto de confluência entre o moderno e o arcaico, mesmo que de forma incipiente. Esse fenômeno possibilita a criação de novas ideias, conceitos, costumes e hábitos. É na busca de entender como essas manifestações acabam influenciando o entendimento do espaço dos atores locais que desenvolvemos o presente estudo.

Tomando como referência a categoria *sertão*, buscamos entender se nos últimos anos houve ou não uma mudança na forma de conceber(-se) ou sentir(-se) sertanejo dos moradores desta área do Nordeste brasileiro. Para isto, tomamos como referência uma porção desta área: a cidade de São Raimundo Nonato no estado do Piauí.

As políticas públicas do Brasil refletem-se em São Raimundo Nonato e esta cidade passa a sofrer transformações aceleradas do ponto de vista da dinâmica dos espaços “sertanejos”. Daí, várias perguntas surgem: como transformar uma região com forte carga de ruralidade em uma cidade que atenda às demandas urbanas mais modernas? Como as intervenções na cidade são consideradas pela sociedade? Quais são os desdobramentos dos contatos entre diferentes culturas (*outsiders*, *insiders*)? Por que algumas personalidades importantes no cenário local ainda reforçam o discurso duro de sertão enquanto uma região remota, atrasada e sofrida? Como e por que os jovens universitários do lugar se dizem sertanejos, mesmo tendo hábitos de uma cultura global?

As duas últimas indagações são fruto de observação do próprio autor. A indagação que se refere ao discurso duro de sertão remete a uma carta que a arqueóloga Niede Guidón enviou ao senador Eduardo Suplicy. Em trecho da carta, ela explica:

Em 1993 obtivemos o auxílio do Banco Interamericano de Desenvolvimento que enviou técnicos que analisaram a região e entregaram um relatório no qual explicavam que a agricultura nunca seria economicamente sustentável, em razão do solo ser raso, arenoso, pedregoso, com muito sal. Mas que o turismo seria a solução que poderia mudar completamente o destino da população local, então

extremamente pobre. Esse relatório foi enviado ao governo brasileiro⁷.

A observação feita pela arqueóloga acaba por reforçar o poder da natureza sobre a população local, agora amparada por estudos técnicos de uma equipe de pesquisadores que desprenderam seus esforços para diagnosticar a área em questão, parte do sertão piauiense.

Outro aspecto importante deste discurso duro de sertão parte da própria observação do autor ao dialogar com políticos locais. Estes são incisivos na argumentação da necessidade de mais investimento para os moradores da zona rural ou mesmo pra o abastecimento de água na zona urbana. Aqui não queremos entrar no mérito da necessidade, pois, enquanto moradores da cidade por mais de quatro anos, fomos testemunhas oculares de como a água é vista como redentora das mazelas que afligem o morador de São Raimundo Nonato.

A última indagação é fruto de uma breve enquete feita sobre o ser ou não ser sertanejo. Com efeito, dos cerca de 50 estudantes de graduação da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), moradores da cidade, que responderam a enquete, todos foram unânimes em afirmar que eram sertanejos, apesar de seus hábitos remeterem a uma cultura global, isto é, baseada em valores cosmopolitas.

Muitos são os questionamentos que devem ser feitos para só então entender como a inserção de um local em fenômenos mais gerais pode gerar novas formas de conceber alguns aspectos simbólicos do ambiente. O presente trabalho de tese destina-se a buscar respostas para aqueles pontos idealizados pelo pesquisador, sendo de relevante interesse para o campo da Geografia Cultural. Com o desenvolvimento desta pesquisa, espera-se um avanço no conhecimento sobre o tópico a partir de um foco diferenciado e sobre o qual muitos estudos têm apontado interesse. Porém, na visão do autor, o objetivo ao qual o trabalho se propõe ainda não foi demonstrado em pesquisas anteriores na área focalizada.

Os argumentos acima apresentados, em conjunto com as questões

⁷ Carta de Niède Guidon a Eduardo Suplicy. *São Raimundo Nonato, 7 de março de 2012. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nuparq/news/doente-niede-guidon-nao-cre-nos-medicos-e-nem-nos-politicos-locais>. Acesso em: 27 jan. 2014.*

identificadas na definição do objeto, demonstram a necessidade deste estudo, que certamente contribuirá no sentido de definir novos parâmetros para o conceito de sertão – e, mais especificamente, amparará a sociedade de São Raimundo Nonato no sentido de consolidar sua importância no âmbito regional.

O recorte espacial dos municípios brasileiros configura-se levando em conta os desdobramentos históricos e, por este motivo, os limites territoriais sofrem alargamento ou redução. Em São Raimundo Nonato não foi diferente. Desde sua criação, o município experimentou sucessivas fragmentações que foram reduzindo gradativamente seu território, ao mesmo tempo em que nasciam novos municípios na região. “Em 1982, experimentou a última fragmentação quando sua configuração mudou radicalmente. Os dados que se podem dispor para a sede do município poderiam construir um referencial para fazer uma análise dinâmica”, (PESSIS, 1998, p. 97).

2.1 A localização geográfica da cidade de São Raimundo Nonato

O município está situado às margens do Rio Piauí, a cerca de 520km ao sul de Teresina. Do ponto de vista colonial, seu território foi ocupado em decorrência da expansão colonial pecuarista e sua localização geográfica, em proximidade das áreas periféricas dos estados da Bahia e Pernambuco, fez com que ele desempenhasse o papel de importante centro comercial dentro do contexto sertanejo nordestino, como ainda hoje desempenha.

Tabela 1 - Localização geográfica

DENOMINAÇÃO	COORDENADA/DIVISÃO REGIONAL/LIMITE	
Latitude	09°00'55''	
Longitude	42°41'58''	
Microrregião	São Raimundo Nonato	
Limite	Norte	Brejo do Piauí/João Costa
	Sul	Fartura do Piauí
	Leste	Coronel José Dias/São Lourenço do Piauí

Fonte: Fundação CEPRO, Piauí – Informações Municipais – 2000 – Anuário Estatístico do Piauí – 2001

O município está localizado na microrregião homônima (figura 1), compreendendo uma área irregular de 2.606,85 km². A sede municipal está localizada nas coordenadas geográficas de 09° 00'55" de latitude sul e 42° 41'58" de longitude oeste de Greenwich e dista cerca de 500 km de Teresina.

O município foi criado pela Lei nº 669 de 25/06/1912, sendo desmembrado dos municípios de Jaicós e Jerumenha. A população total, segundo o Censo 2000 do IBGE, é de 26.890 habitantes e a densidade demográfica de 10,3 hab/km². 63,3% das pessoas vivem na zona urbana. Com relação à educação, 76,5% da população acima de 10 anos de idade é alfabetizada.

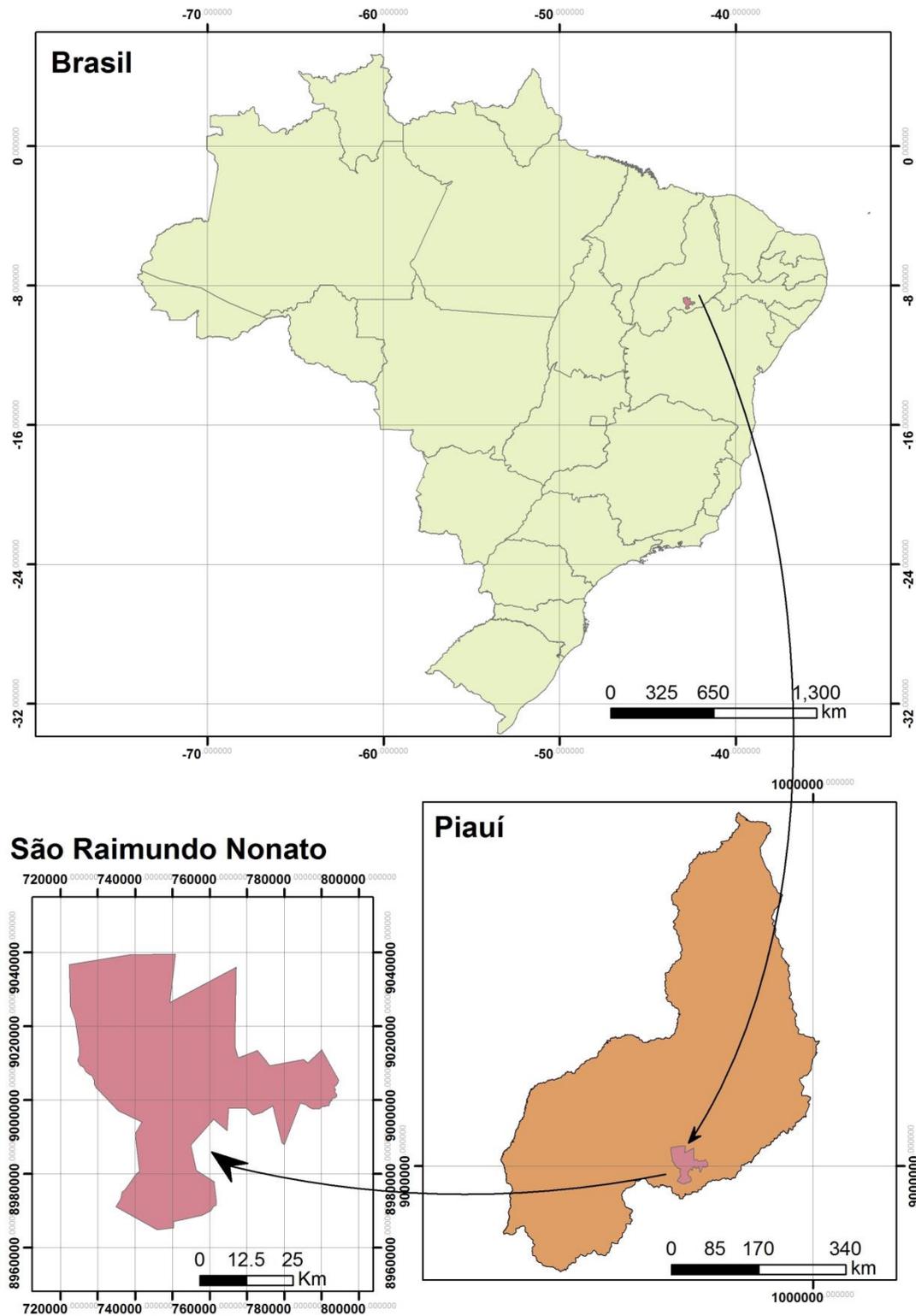
A sede do município dispõe de abastecimento de água e energia elétrica, distribuída pela Companhia Energética do Piauí S/A (CEPISA), terminais telefônicos atendidos pela TELEMAR Norte Leste S/A, agência de correios e telégrafos, hospital e escola de ensino fundamental e médio.

Ao longo dos anos, a cidade passou por inúmeras mudanças com relação à estrutura e urbanização. Desde a sua fundação, em 1912, o município não teve anexações, mas perdeu territórios, fato que contribuiu para a redução populacional.

Em 1950, o município tinha uma área de 11.302 km² e uma população de 30.610 habitantes, sendo que apenas 2.663 residiam na zona urbana. Nos anos 1980, com a emancipação e o desmembramento de novos territórios, a área caiu para 9.404 km², mas a população aumentou para 57.613 habitantes, das quais apenas 9.406 pessoas habitavam a cidade. No censo de 1991, realizado após a promulgação da Constituição de 1988, constatou-se que havia 44.250 moradores no município, mostrando uma redução na população total, mas um aumento na população urbana, que passou para 13.522 residentes.

Os dados socioeconômicos relativos ao município foram obtidos a partir de pesquisa nos *sites* do IBGE (www.ibge.gov.br) e do Governo do estado do Piauí (www.pi.gov.br).

Figura 3 - Localização da área de estudo



Fonte: CPRM, Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea Diagnóstico do Município de São Raimundo Nonato Estado do Piauí, com adaptação do autor

Tabela 2 - População total, domicílios e famílias residentes

ANO	POPULAÇÃO	DOMICÍLIOS	FAMÍLIAS
2000	26.890	6.652	7.374
2007	30.852	10.542	-
2010	32.347	12.098	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico – 2000/2010 – Contagem da População – 2000

O município de São Raimundo Nonato, no ano de 2000, já possuía a configuração territorial atual. A partir desta informação, é possível perceber que a sua estrutura populacional vem se modificando durante esta década. Quanto ao crescimento, um fator interessante é que este aumento populacional não se relaciona à taxa de natalidade, mas provavelmente ao processo migratório. Isso pode ser inferido a partir da observação dos dados da estrutura etária.

Tabela 3 - População residente segundo os grupos de idade

GRUPOS DE IDADE	2000	2007
De 0 a 4 anos	2.917	2.637
De 5 a 9 anos	2.792	3.023
De 10 a 19 anos	6.176	6.100
De 20 a 29 anos	4.960	6.135
De 30 a 39 anos	3.678	4.465
De 40 a 49 anos	2.466	3.423
De 50 a 59 anos	1.654	2.170
De 60 anos ou mais	2.247	2.825
TOTAL	26.890	30.852

Fonte: IBGE, Censo Demográfico – 2000 – Contagem da População – 2007

A cidade de São Raimundo Nonato diferencia-se das demais cidades do Brasil por vários aspectos. Como diziam os grandes autores da geografia, “nenhuma porção da terra é igual do ponto de vista dos arranjos locais”. Em São Raimundo Nonato, a dinâmica existente entre o ambiente e o ser social apresenta-se de maneira a chamar atenção dos mais incautos. Uma cidade de apenas 34 mil habitantes, conforme estatística do IBGE, possui um grande número de equipamentos urbanos público e privado.

2.2 A linha do tempo para São Raimundo Nonato

Para compreender a estrutura geográfica do município em estudo, faz-se necessário um levantamento dos aspectos históricos que culminaram em sua estrutura territorial atual. Informações colhidas junto a documentos bibliográficos⁸ sobre a história do Estado do Piauí dão conta que, em 1851, São Raimundo Nonato foi desmembrado dos municípios de Jaicós e de Jerumenha. No período compreendido entre o ano de 1872 e 1997, a estrutura territorial do município foi reorganizada geograficamente, originando dez novos municípios.

A ocupação do interior brasileiro dá-se por consequência da expansão dos interesses econômicos. Santana (2001) reforça esta ideia afirmando que as origens e a história inicial do Piauí se prendem à expansão dos engenhos e das fazendas de criação, a motivos militares, às dificuldades inerentes à navegação na costa além do Ceará e à crise do açúcar.

As áreas interioranas do Brasil sempre foram objeto de desconhecimento por parte dos grupos exógenos. Não é à toa que a própria Coroa, a fim de incorporar essas áreas a seus interesses, apoiou, organizou e até mesmo financiou expedições de reconhecimento. Para Martins (2003, p. 20),

A região que começa a ser rapidamente ocupada na segunda metade do século XVII e que vem configurar posteriormente a capitania, província e estado do Piauí permaneceu, durante séculos, indefinida em seus contornos: os próprios ocupantes da área tinham apenas vaga noção da vasta zona que ocupavam. Frequentemente, os vales do São Francisco e do Parnaíba eram tidos como uma imensa unidade geográfica. Quanto aos que viviam fora da região, inclusive a própria coroa e seus representantes na colônia, tinham da área noção ainda mais vaga.

Nesse contexto, podemos entender o processo de estruturação administrativa do território do município de São Raimundo Nonato – PI. Segundo informações

⁸ COSTA, F. A. P. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação de república**. Volume I. Recife, PE: Editora Artanova S.A., 1909. 212p.

colhidas junto ao IBGE⁹, ele se processa da seguinte forma: distrito criado com a denominação de São Raimundo Nonato pelo decreto de 06-07-1832 e elevado à categoria de vila com a denominação de São Raimundo Nonato pela resolução provincial nº 257 de 09-08-1850, desmembrado dos municípios de Jaicós e Jeromenha. Em 1904, são criados os distritos de Caracol e João Alves, posteriormente anexados ao município de São Raimundo, no ano de 1911. Em 1912, o distrito é elevado à categoria de cidade pela lei estadual nº 669, permanecendo a denominação de São Raimundo Nonato.

Vale lembrar que a elevação da vila de São Raimundo Nonato à categoria de município está diretamente relacionada às novas perspectivas econômicas que se desenvolvem no sudoeste do Piauí: a extração do látex oriundo da maniçoba¹⁰.

A primeira atividade extrativa comercial do Piauí foi a extração da maniçoba, cuja produção, iniciada por volta de 1900, em pouco tempo alcançaria cifras bastante expressivas. Em 1903, receita estadual proveniente da exportação da borracha já representava 51,54% do montante das receitas de exportação e 23,28% da receita total. Em pouco tempo, os valores da exportação da borracha na formação da receita do estado superaram os valores advindos da exportação do gado e da cobrança de dízimo (MARTINS, 2003, p. 58).

É no contexto de expansão econômica que se dá instalação da vila de São João do Piauí, fruto da resolução provincial decretada em 1872. Este foi o primeiro passo no processo de desmembramento do município de São Raimundo Nonato. Em 1912, até então distrito de São Raimundo Nonato, Caracol foi elevado à categoria de município. Um decreto estadual de 1931 extinguiu-o, recolocando-o dentro do território de São Raimundo Nonato. Em 1947, por ato das disposições constitucionais transitórias, foi elevado novamente à categoria de município, com sua sede instalada no ano seguinte. Podemos afirmar que essa reorganização, o desmembramento da área que pertence ao sudoeste piauiense, vem ajustar-se com a exploração da borracha.

Dentre os municípios do sudoeste do estado, destacam-se São João do Piauí, Jaicós, São Raimundo Nonato, Caracol, Valença, Simplício

⁹ Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/piaui/saoraimundononato.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

¹⁰ A maniçoba é uma planta típica do Nordeste do Brasil, pertencente à família das Euforbiáceas, com diferentes espécies, como a *Manihot esculenta* Crantz, *Manihot glaziovii*, *Manihot piauhyensis*, *Manihot Heptaphylla* e *Manihot dichotoma*.

Mendes, Paulistana, Pio IX e Picos, que formam a principal área produtora. O número de cultivadores é bastante expressivo nesta área, mostrando-se, via de regra, inferior ao número de cultivos, o que indica a posse de mais de uma cultura por algumas pessoas, enquanto que no norte do estado e nos municípios do sudoeste, em que a produção não tem o mesmo significado, a cada cultivo, em geral, corresponde um cultivador, (QUEIRÓS, 2007, p. 86).

Em 1962, os antigos povoados de Tamanduá e Bonfim de Piauí foram desmembrados de São Raimundo Nonato. Tamanduá foi emancipado com o nome de Anísio de Abreu, e Bonfim do Piauí não sofreu alteração toponímica. O município de Bonfim do Piauí em 1966, por força da resolução do decreto federal, é extinto e volta a ser anexado ao território de origem como simples distrito. Uma nova lei estadual de 1992 recoloca-o como município, sendo desmembrado novamente de São Raimundo Nonato, instalando-se como tal no ano de 1993.

No ano de 1979, uma lei estadual elevou à categoria de município o distrito de Dirceu Arcoverde, também pertencente ao território de São Raimundo Nonato. Em 1962, o povoado de Várzea Grande passou a município com o nome de Coronel José Dias, desmembrando-se de São Raimundo Nonato. São Braz do Piauí foi desmembrado de Anísio de Abreu e de São Raimundo Nonato, sendo elevado à categoria de município e distrito em 1989. Porém, só houve regulamentação pela lei estadual de 1992, tendo vigência no ano seguinte. Dom Inocêncio era outro povoado que pertencia a São Raimundo Nonato e que, em 1988, tornou-se município. Em 1989, São Lourenço do Piauí foi elevado à categoria de município e distrito, tendo sua área territorial e seus limites estabelecidos em 1992.

Tabela 4 - Os municípios desmembrados diretamente de São Raimundo Nonato a partir de 1851 até 1962

Município	Ano do desmembramento
São João do Piauí	1872
Caracol	1912
Anísio de Abreu	1962

No primeiro momento da organização territorial do município de Anísio de Abreu, que compreende a data de sua fundação e o ano de 1962, quatro novos municípios foram criados. Isso leva a crer que o vasto território passava a ter um maior controle por parte do Estado, valendo salientar que nesse período os tributos oriundos

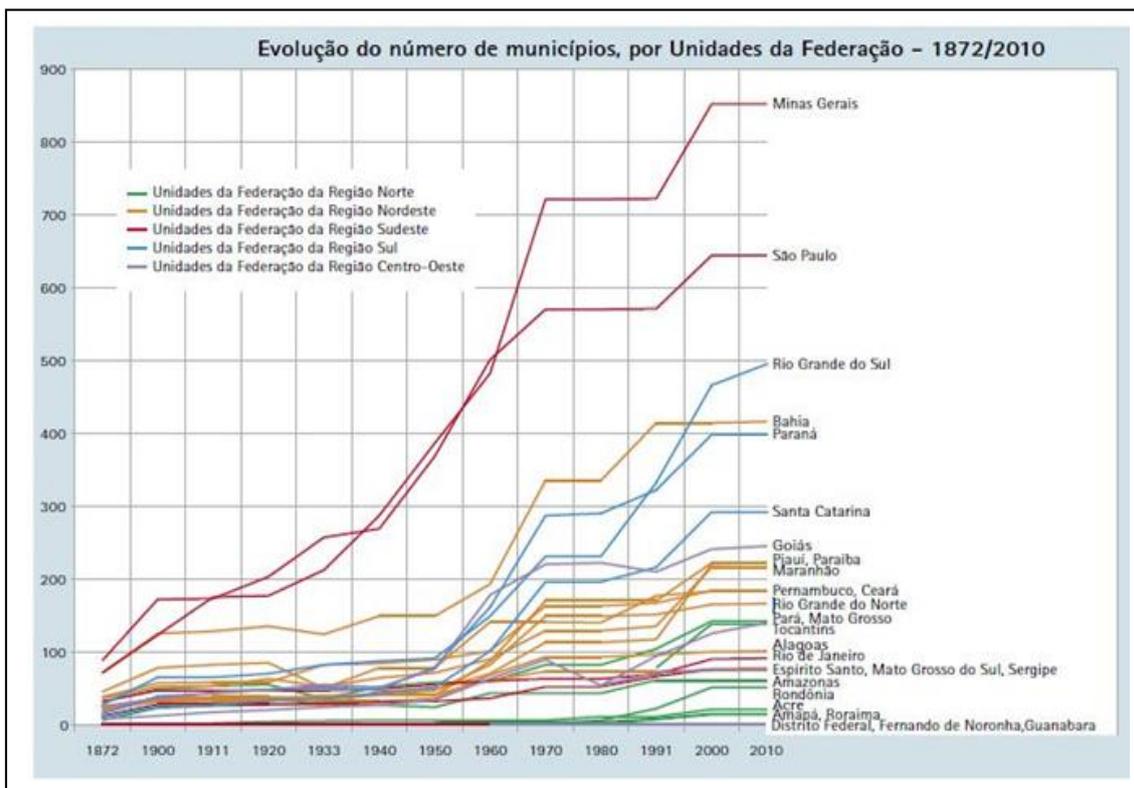
da comercialização da borracha eram motivo de novas ações no território. Leal (1997, p. 117) informa que “as condições da vida moderna não são favoráveis ao desenvolvimento das atribuições municipais, ou em outras palavras, são mais favoráveis à extensão dos poderes centrais”. No entanto, é importante salientar que, na década de 1950 e 1960, o Brasil passou por um momento de reestruturação do seu território quanto à emancipação de município. Segundo Silva (2013, p. 3),

A malha municipal possui dinamismo muito maior que a estadual e vem apresentando sucessivos desmembramentos para a formação de novas unidades em todo o País, tanto em áreas de ocupação recente quanto naquelas já consolidadas. Os totais de municípios indicados incluem o Distrito Federal, o Estado da Guanabara e Fernando de Noronha nos períodos em que este foi Território Federal. Embora essas unidades não sejam a rigor municípios, costumam ser incluídas como tais para quase todos os efeitos dadas as suas características. Há períodos em que muitos municípios são criados e outros nos quais esse processo é bem reduzido. Os maiores aumentos em valores absolutos ocorreram ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1990. Em termos percentuais, entretanto, os primeiros períodos foram muito mais expressivos, registrando, respectivamente, elevações de 32%, entre 1950 e 1960, e de 30%, entre 1960 e 1970. No período de 1991 a 2000, foram emancipados 1.016 municípios que representaram um acréscimo de 18% no total nacional. No último período de 2000 a 2010, surgiram apenas 58 novos municípios, valor equivalente a 1% do total.

A área territorial do município de São Raimundo Nonato nas décadas 1950 e 1960, correspondentes ao período de aumento do número de municípios no Brasil, é pouco alterada, tendo apenas um desmembramento para a criação do município de Anísio de Abreu em 1962.

Levando em conta a que as décadas de 1950 a 1960 foram cruciais para o incremento de novos municípios no Brasil, observando o gráfico seguinte, verificaremos que este evento é alavancado por apenas três unidades federativas: Minas Gerais, São Paulo e Bahia.

Figura 4 - Número de municípios por unidade da federação entre os anos de 1872 a 2010



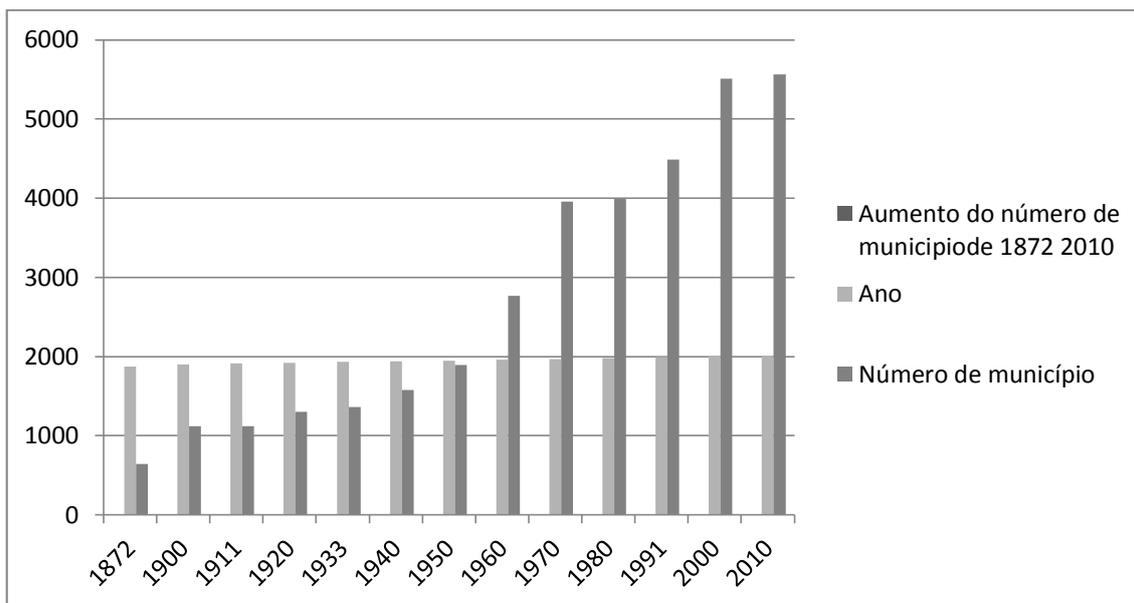
Fontes: Directoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brazil 1872/1920 e Divisão Administrativa do Brasil 1911/1933; e IBGE, Censo Demográfico 1940/2010. Com adaptação do autor.

No que se refere à unidade federativa do Piauí, a configuração da malha municipal continua com pouca alteração, se analisarmos que, nas décadas referidas, o estado ainda mantém sua estrutura econômica pautada no setor extrativista. É fácil entender que as questões da malha municipal não eram muito importantes para os gestores estatais.

A estruturação do território piauiense quanto à malha municipal acompanha a efetiva ocupação do seu espaço. Em consulta ao IBGE e ao Anuário Estatístico (CEPRO¹¹), foi possível constatar esta evolução. Dados do século XVIII demonstram que foram criados sete municípios no Piauí.

¹¹ IBGE cidades. *Anuário Estatístico do Piauí, Fundação CEPRO: Teresina, 2004.* Acesso em: 19 abr. 2013.

Figura 5 - Evolução do número de municípios no Brasil de 1872 a 2010



Fontes: Directoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil 1872/1920 e Divisão Administrativa do Brasil 1911/1933; e IBGE, Censo Demográfico 1940/2010, com adaptação do autor.

No século XXI, foram criados 26 municípios no Piauí que, somados aos já existentes, elevaram o número final para 33. Destes 26, na região sudoeste foram criados dois: São Raimundo e São João do Piauí. Isso implica maior controle, por parte do Estado brasileiro, dos domínios territoriais interioranos.

Na primeira metade do século XX foram criados 16 municípios no Estado do Piauí que, somados aos já existentes, elevaram o número final para 49. Destes, mais 4 (quatro) na região sudoeste: Caracol, Canto do Buriti, Simplício Mendes. Nos anos 1950, foram criados 22 municípios que, somados aos já existentes, elevaram o número final para 71. Na região de São Raimundo Nonato nenhum foi criado. Nos anos 1960, foram instalados 43 municípios que, somados aos já existentes, elevaram o número final para 114. Do total, 6 (seis) — Anísio de Abreu, Socorro do Piauí, Paes Landim, Campinas do Piauí Santo Inácio do Piauí, Isaías Coelho — localizam-se na região de São Raimundo Nonato.

Na década de 1970, praticamente não foram criados municípios no Piauí, porém uma lei estadual criou o município de Dirceu Arcoverde. No entanto, só foi instalado na década seguinte juntamente com o município de Dom Inocêncio. Vale

salientar que os 2 (dois) municípios referidos estão localizados na região de São Raimundo Nonato.

Nos anos 1990, foram criados 104 municípios que, somados aos já existentes, elevaram o número final para 222. Deste total, 22 foram criados na região de São Raimundo Nonato — Bonfim do Piauí, Coronel José Dias, Fartura do Piauí, Fartura do Piauí, Lagoa do Barro do Piauí, São Braz do Piauí, São Lourenço, Várzea Branca, Bela Vista do Piauí, Brejo do Piauí, Campo Alegre do Fidalgo, Capitão Gervásio Oliveira, Floresta do Piauí, Guaribas, João Costa, Jurema, Nova Santa Rita, Pajeú do Piauí, Pedro Laurentino, Ribeira do Piauí, Tamboril do Piauí.

Isso reforça a ideia de que o Estado efetiva seu controle sobre o território, mesmo sabendo que a maioria desses novos municípios não detém uma infraestrutura que comporte adequadamente as demandas populacionais.

Tabela 5 - Municípios desmembrados diretamente de São Raimundo Nonato a partir de 1983 até a atualidade

Município	Ano do desmembramento
Dirceu Arcoverde	1983
Dom Inocêncio	1989
Bomfim do Piauí	1993
Coronel José Dias	1993
São Braz do Piauí	1993
São Lourenço	1993
Várzea Branca	1997

Fonte: IBGE, CEPRO, com adaptação do autor

Figura 6 - Estimativa do domínio territorial do município de São Raimundo Nonato da sua elevação à categoria de vila na década de 1970



Fonte: IBGE com adaptação do autor

Esses municípios, uma vez desmembrados, deram origem a novas cidades que até a presente data pertencem ao estado do Piauí, configurando e reorganizando o espaço urbano e geográfico do Sudoeste do estado.

Tabela 6 - Municípios de hoje que correspondiam à área de São Raimundo Nonato em 1851

Município	Área	Origem do desmembramento
São Raimundo Nonato	2.415,602	1851: Jaicós e Jerumenha
São João do Piauí	1.527,773	1872: São Raimundo Nonato
Simplício Mendes	1.345,790	1905: Oeiras e São João do Piauí
Caracol	1.610,957	1912: São Raimundo Nonato
Canto do Buriti	4.325,642	1915: São João do Piauí
São José do Peixe	1.287,174	1958: Oeiras e São João do Piauí
Anísio de Abreu	337,877	1962: São Raimundo Nonato
Socorro do Piauí	761,854	1962: São João do Piauí
Paes Landim	401,378	1962: São João do Piauí
Santo Inácio do Piauí	852,892	1964: Simplício Mendes
Campinas do Piauí	831,201	1964: Simplício Mendes
Isaías Coelho	776,053	1964: Simplício Mendes
Dirceu Arcoverde	1.017,057	1983: São Raimundo Nonato
Dom Inocêncio	3.870,167	1989: São Raimundo Nonato
Bonfim do Piauí	289,209	1993: São Raimundo Nonato
Coronel José Dias	1.914,819	1993: São Raimundo Nonato
Fatura do Piauí	712,918	1993: Dirceu Arcoverde
Lagoa do Barro do Piauí	426,634	1993: São João do Piauí
São Braz do Piauí	656,361	1993: São Raimundo Nonato e Anísio de Abreu
São Lourenço	672,709	1993: São Raimundo Nonato
Várzea Branca	450,755	1997: São Raimundo Nonato
Bela Vista do Piauí	499,393	1997: Paulistana e Simplício Mendes
Brejo do Piauí	2.183,355	1997: Canto do Buriti
Campo Alegre do Fidalgo	657,796	1997: São João do Piauí e Lagoa do Barro do Piauí
Capitão Gervásio Oliveira	1.134,168	1997: São João do Piauí
Floresta do Piauí	194,699	1997: Santo Inácio do Piauí
Guaribas	3.118,227	1997: Caracol
João Costa	1.800,243	1997: São João do Piauí
Jurema	1.271,889	1997: Anísio de Abreu
Nova Santa Rita	909,735	1997: São João do Piauí
Pajeú do Piauí	1.079,172	1997: Canto do Buriti
Pedro Laurentino	870,338	1997: São João do Piauí e Socorro do Piauí
Ribeira do Piauí	1.004,227	1997: São J. Piauí, Socorro do PI e Canto do Buriti
Tamboril do Piauí	1.587,296	1997: Canto do Buriti e Brejo do Piauí
	40.379,758	

Fonte: IBGE, 2010 com adaptação do autor

Organizando todos os desmembramentos em um único quadro, podemos visualizar os 33 municípios atuais que correspondiam à área de São Raimundo Nonato na sua origem.

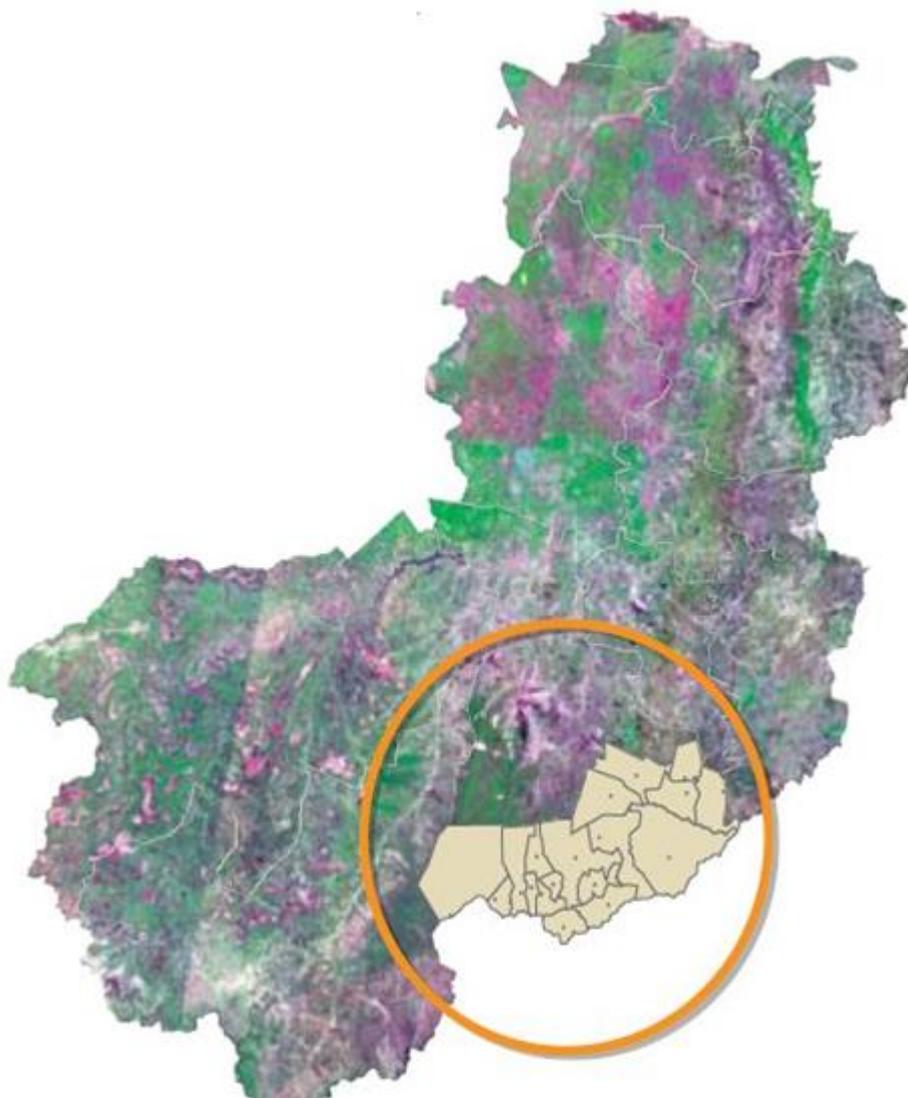
2.3 A criação do Parque Nacional Serra da Capivara e o impacto na cidade e na microrregião

O Parque Nacional Serra da Capivara está localizado no sudeste do estado do Piauí, sendo a cidade de São Raimundo Nonato a melhor equipada urbanisticamente no seu entorno. Do ponto de vista geomorfológico, há uma região de fronteira de grandes formações geológicas: planície pré-cambriana da depressão periférica do São Francisco e a bacia sedimentar Piauí-Maranhão.

Sua extensão territorial é de aproximadamente 130.000ha, com um perímetro de 214.235,36m. O Parque Nacional Serra da Capivara tornou-se referência inclusive para os projetos de planejamento do Estado do Piauí que, em 2007, regionalizou o seu território para fins de políticas de desenvolvimento. O Território de Desenvolvimento (TD 8) Serra da Capivara - PI abrange uma área de 24.415,80 km² e é composto por 18 municípios: Bonfim do Piauí, Capitão Gervásio Oliveira, Coronel José Dias, Dom Inocêncio, Lagoa do Barro do Piauí, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Anísio de Abreu, Campo Alegre do Fidalgo, Caracol, Dirceu Arcoverde, Fartura do Piauí, Guaribas, João Costa, Jurema, São Braz do Piauí, São Lourenço do Piauí e Várzea Branca.

O Parque está aproximadamente a 530km da capital do Estado e a 300km da cidade de Petrolina do estado de Pernambuco. Dois marcos referenciais para o acesso, pois, são duas cidades que dispõem de aeroportos.

Figura 7 - Território Serra da Capivara



Fonte: Codevasf com adaptação do autor.

O Parque Nacional foi criado no dia 05 de junho de 1979 pelo decreto nº 83.548, a pedido da equipe de pesquisadores franco-brasileira, com a finalidade de proteger o imenso e importante Patrimônio Natural e Cultural, único do Nordeste, encravado no semiárido piauiense. Pessis (1998, p.11) explica que:

O Parque Nacional Serra da Capivara, situado no sudeste do estado do Piauí, Brasil, foi criado em 1979. Com uma extensão de 129.140 ha., ocupa áreas de quatro municípios: São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, João Costa e Brejo do Piauí. Esse Parque foi criado para fornecer instrumentos jurídicos que permitissem garantir uma proteção adequada a uma área na qual se encontra a maior concentração de sítios arqueológicos pré-histórico do país.

Na sua área de proteção ambiental encontra-se a maior concentração de sítios arqueológicos e paleontológicos das Américas. São mais de 900 sítios catalogados até agora, sendo que mais de 500 apenas dentro do Parque (FUNDHAM/IPHAN; 2006 p.11). Segundo a CPRM (2011, p.11),

No ano de 1973 iniciaram-se as pesquisas na região por uma cooperação científica binacional (França-Brasil). Em 1986 foi criada, em São Raimundo Nonato, a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) uma entidade científica, sem fins lucrativos e responsável pela preservação do patrimônio em parceria com os ministérios do Meio Ambiente e da Cultura. A Fundação do Homem Americano- FUNDHAM, criada com o objetivo de gerir o Museu e o Parque, definiu no seu plano de manejo políticas de inclusão social e ações de proteção ambiental criando projetos de desenvolvimento do turismo sustentável que contemplam a educação das comunidades locais e sua participação no mercado de trabalho em obras de infraestrutura, turismo ecológico e cultural. Proteção e exposição das peças encontradas e divulgação dos resultados das pesquisas é outro item de comprometimento e ação do plano de manejo. A criação do Parque Nacional da Serra da Capivara, segundo decreto nº 83548, de 05 de junho de 1979, teve por finalidade principal fornecer os instrumentos jurídicos de sustentação para proteção de uma área com uma das maiores concentrações de sítios pré-históricos do país. A Toca do Boqueirão do Sítio da Pedra Furada é de substancial importância por fornecer a mais antiga datação da presença do homem nas Américas.

No início da criação do Parque, os repasses de recursos para a sua manutenção e conservação foram poucos e, por quase dez anos, não houve uma efetivação de controle. Por conta disso, o Parque sofreu grandes impactos. Pessis (1998, p.13) aponta que: “Depois de criado, por falta de recursos federais, o Parque Nacional esteve abandonado durante dez anos. Durante este período, a unidade de conservação passou a ser considerada “terra de ninguém” e foi objeto de depredações sistemáticas”. Para a CPRM (2011, p.11):

O Parque Nacional Serra da Capivara está incluído na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) desde 1991, como testemunho único e excepcional de tradições culturais ou civilizações já extintas identificadas pelos vestígios encontrados na forma de armas, utensílios, fogueiras, sepulturas, cerâmicas, gravuras e pinturas rupestres. Paralelamente, a região é caracterizada por testemunhos exemplares de beleza natural e estética e de uma diversidade biológica ímpar, abrigando um número significativo de espécies ameaçadas de extinção.

O Parque foi criado através do decreto nº 83548 de 1979, situando-se entre as chapadas da Serra da Capivara e a planície da depressão do rio São Francisco, com 129,953ha de área, 214,23 km de perímetro e localizado no sudeste do estado do Piauí. Compreende terrenos dos municípios de São Raimundo Nonato, João Costa, Brejo do Piauí e Coronel José Dias e fica entre as coordenadas 08°26'50" e 08°54'23" de latitude sul e 42°19'47" e 42°45'51" de longitude oeste.

Os 1.223 sítios de pinturas e gravuras rupestres cadastrados e o fato de ser voltado para a preservação de um bioma exclusivamente brasileiro e que só ocorre no Nordeste do país acentua significativamente a sua importância para o Brasil. O reconhecimento do Parque como patrimônio nacional com inscrição no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 1993, reforçou sua relevância cultural (CPRM, 2011). Em dezembro de 1991, foi reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade pela importância de seus sítios arqueológicos.

No ano de 1994, foi assinado um convênio entre o IBAMA e a FUNDHAM segundo os quais as duas instituições assumem conjuntamente a responsabilidade co-gestora do Parque Nacional Serra da Capivara. Ambas respondem pela organização e administração operacional e todas as responsabilidades, sejam técnico-científicas, políticas ou ações ambientalistas na captação de recursos (PESSIS, 1998).

As principais entidades financiadoras do Parque Nacional Serra da Capivara são: BID, UNESCO, UNICEF, CNPQ, FINEPI, Ministério da Cultura e Meio Ambiente, Fundação Banco do Brasil, Fundo Nacional do Meio Ambiente, *Affaires Étrangères*, Cooperação Técnica da França e da Itália, Petrobrás etc.

O Parque Nacional Serra da Capivara dispõe de uma das melhores infraestruturas em termos de parque do país. Considerado um dos maiores museus a céu aberto do mundo, atrai pesquisadores de diversos países, principalmente franceses. Dados da CPRM (2011,p. 12) apontam que:

O Parque Nacional Serra da Capivara – PI é uma reserva de preservação patrimonial, localizada no interior do Brasil, de importância local, regional, nacional e mundial por abrigar a maior concentração de pinturas rupestres e sítios arqueológicos do continente americano e não dissociado de uma beleza cênica

exuberante e peculiar. A sua localização numa região de fronteira ecológica é estratégica e imprescindível como área de preservação, proteção e sobrevivência de espécies, em grande parte endêmicas dessa área do País, como forte condicionante à realização de atividades na região. É o único parque nacional situado no domínio morfoclimático das caatingas, sendo uma das últimas áreas do semiárido possuidora de importante diversidade biológica.

A FUNDHAM, além de desenvolver pesquisas interdisciplinares que abrangem o estudo da interação homem-meio da pré-história aos dias atuais nessa região, procura também integrar a comunidade ao meio ambiente. Exemplo disso é o projeto ABHA (Água e o Berço do Homem Americano), desenvolvido em conjunto com a Petrobrás, que tem por objetivo melhorar a gestão dos Parques Nacionais Serra da Capivara e Serra das Confusões, enfatizando o aproveitamento dos recursos naturais.

A relevância do Parque Nacional está associada aos achados arqueológicos, pois nesta região foram encontrados vestígios com mais de 60 mil anos no BPF (Boqueirão da Pedra Furada). As pinturas rupestres são as manifestações gráficas mais abundantes e espetaculares deixadas pelos homens pré-históricos. Datar as pinturas rupestres do Parque Nacional foi sempre uma das maiores preocupações das pesquisas e muitas datações obtidas foram consequência dessas prioridades (PESSIS, 2003). Enfatiza-se que as pinturas rupestres chegam a datar de 12 mil anos e há mais de 40 mil pinturas (FUNDHAM).

Estudos da CPRM (2011) apontam a notabilidade do Parque Nacional Serra da Capivara devido a uma diversidade de fatores, dentre eles, os ambientais, culturais, ecológicos e turísticos. Para além das características arqueológicas, o Parque apresenta outras especificidades que lhe conferem significância e importância maiores como:

- Localizado no semiárido nordestino, zona extremamente carente, o Parque tem potencial para se constituir num pólo de desenvolvimento de abrangência nacional e internacional;
- Zona de fronteiras (geológica, ecológica e cultural), com flora e fauna características da caatinga e onde foram detectados alguns dos mais importantes sítios arqueológicos das Américas;

- Vocação para a proteção da natureza e do patrimônio cultural como área de importantes pesquisas ressalta a sua especificidade em relação aos outros Parques Nacionais.
- Significado científico nas diferentes áreas de conhecimento, como a Paleontologia. O Parque possui uma megafauna fóssil de mais de 30 espécies, como a preguiça gigante e um mastodonte com mais de 5 toneladas cada, datados a aproximadamente 10.000 anos, no final do Pleistoceno.
- Espeleologia com cavernas calcárias nas quais foram encontrados dentes do mais potente carnívoro quaternário de América do Sul: o “tigre-de-dentes-de-sabre”. Estratigrafia representativa das principais formações geológicas da Bacia do Parnaíba e do embasamento pré-cambriano, dentre outros.

Esses diferenciais fazem do parque um local de interesse para vários pesquisadores, principalmente arqueólogos, e projetam-no para o Brasil e para o mundo. Com sua criação, os desdobramentos em termos de modernização refletiram significativamente na cidade de São Raimundo Nonato, por ser o principal núcleo urbano dos arredores.

2.4 As instituições representativas do Estado no município de São Raimundo Nonato - PI

É importante entender que os Municípios¹², as Unidades Federativas¹³ e a União são as três entidades que ordenam a vida em sociedade no Brasil.

¹² A grosso modo, entende-se, no Brasil, o município como toda a área para onde uma cidade poderá crescer, ou seja, o município seria o conjunto das áreas urbanas, suburbanas e rurais pertencentes ao controle de uma cidade (sede da administração municipal). Por este motivo, os dois termos são largamente utilizados como sinônimos, embora tecnicamente a cidade seja a parte urbana de um município, onde está situada a sede deste, e embora também no Brasil o município não necessita de ser formado por território conexo. Algumas vezes o desenho dos limites municipais não coincidem com os limites urbanísticos, naturais ou culturais de uma cidade, atendendo primariamente a interesses políticos locais.

¹³ As Unidades Federativas do Brasil são entidades subnacionais autônomas (autogoverno, autolegislação e autoarrecadação) dotadas de governo e constituição próprios que juntas formam a República Federativa do Brasil. Atualmente, o Brasil é dividido política e administrativamente em 27 unidades federativas, sendo 26 estados e 1 distrito federal. O Poder Executivo é exercido por um governador eleito quadrienalmente. O Poder Judiciário é exercido por tribunais estaduais de primeira e segunda instância que cuidam da justiça comum.

Conseqüentemente, elas estruturam a disseminação das ações dos serviços voltados para a sociedade.

A cidade de São Raimundo Nonato dentro do contexto sertanejo (semiárido) desempenha um papel relevante por apresentar um significativo número de estabelecimentos públicos dos poderes municipal, estadual e federal que atendem às suas demandas e às das cidades vizinhas. Para os estudiosos das pequenas e médias cidades, dentro do contexto do sertão semiárido, pode ser considerada cidade média. Maia (2010, p. 18) explana:

Ao se adjetivar o substantivo cidade com a palavra “média” e/ou “pequena” faz-se menção ao tamanho da cidade que, por sua vez, conduz ao estudo das redes e hierarquias urbanas (como mencionado anteriormente, vários são os estudos sobre rede e hierarquia urbana, destacando-se aqueles produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.). Cidade pequena se contraporia à cidade grande. E cidade média seria aquela que está entre uma e outra, ou seja, teria uma dimensão intermediária.

O entendimento sobre cidade deve perpassar pela dinâmica urbana que ela apresenta. Isso porque se trata de uma composição de fatores que tendem a concentrar as atividades demandadas por uma sociedade de uma determinada localidade. Neste sentido, o papel das cidades é reflexo da influência que esta representa nas demais cidades do seu entorno.

Ao se pretender averiguar o tamanho seja da malha urbana, seja do contingente populacional, necessita-se fazer uma medição, uma aferição do tamanho da cidade e/ou do contingente populacional. Tais dados são fornecidos pelas instituições de estatísticas. Geralmente os estudos funcionais ou que priorizam o sistema hierárquico das cidades usam terminologias similares às de cidades pequenas, médias e grandes. Para tanto, tomam como base os dados referentes a seus contingentes populacionais. Assim, na classe de cidades pequenas inserem-se aquelas que possuem até 20 mil habitantes; acima deste montante são classificadas como cidades médias e aquelas com mais de 500 mil habitantes são consideradas cidades grandes. Este critério, com algumas variantes, tem sido adotado pelas instituições de estudos estatísticos (MAIA, 2010, p. 18).

São poucos os municípios no Brasil com uma população de aproximadamente 33 mil habitantes que contam com a quantidade de equipamentos públicos na mesma proporção do município em estudo. Isto faz com que, por alguns aspectos, a sede do município seja considerada como cidade média, mesmo sabendo que vários fatores

entravam o processo de melhoria estrutural no sítio urbano, assunto que não faz parte do escopo desta pesquisa.

Neste momento do trabalho, foi feito um levantamento dos principais órgãos ligados ao poder público local que, mesmo sendo de responsabilidade municipal, atende a população de municípios circunvizinhos, o que dá à cidade condição de centro polarizador dos serviços da região (escolas, por exemplo).

Ligado ao poder público municipal, temos a instituição maior, a Prefeitura de São Raimundo Nonato, que está estruturada da seguinte forma:

a) Secretaria de Agricultura e Abastecimento: órgão responsável pela formulação e execução da Política Municipal de Agricultura e Abastecimento. Compete-lhe elaborar e propor planos e projetos visando à expansão da agricultura, do abastecimento e do desenvolvimento de inovação tecnológica voltada ao agronegócio; incentivar o crescimento econômico no meio rural buscando reduzir as desigualdades sociais e regionais através da assistência técnica e da viabilização de recursos financeiros; e incentivar o desenvolvimento da apicultura, piscicultura, cajucultura e ovino-caprinocultura, aproveitando as potencialidades do município;

b) Secretaria da Administração e Finanças: órgão central de coordenação e execução da política de pessoal, material, patrimônio e serviços gerais da administração pública do município. Realiza as atividades de administração de pessoal relativas à gestão e ao desenvolvimento de recursos humanos da administração direta, incluindo as autarquias e as fundações públicas, através de programas para valorização do servidor, com a participação de instituições de ensino; a manutenção de cadastro atualizado de pessoal da administração pública direta e indireta, inclusive autarquias e fundações, para permitir informações necessárias à gestão do quadro de pessoal do Município; a preparação dos atos necessários ao provimento e vacância de cargos, exoneração, demissão, cessão, relotação, redistribuição, afastamento, disponibilidade e aposentadoria de pessoal da administração direta; formulação de orientações administrativas para a uniformização dos procedimentos, rotinas e atividades de pessoal; coordenação, orientação e controle das atividades referentes aos processos de acumulação de cargos, podendo adotar procedimento administrativo disciplinar sumário para a sua apuração e regularização imediata;

c) Secretaria Municipal de Cultura: órgão que tem por finalidade coordenar a implantação da política municipal de cultura, tendo como princípios a democratização, universalização, equidade e integralidade, visando à formação de cidadãos e cidadãs portadores de consciência social, crítica, solidária e democrática. Compete-lhe definir e implementar as políticas municipais de cultura, em consonância com as diretrizes estabelecidas no plano de governo, na legislação municipal, estadual e federal pertinente e observando, ainda, as orientações e as deliberações do Conselho Municipal de Cultura; definir e implementar as políticas de cultura para democratizar o acesso aos bens culturais do município; orientar sobre o gerenciamento dos recursos financeiros alocados no Fundo de Apoio à Cultura - FAC e o Fundo Municipal de Cultura; estabelecer políticas de preservação e valorização do Patrimônio Cultural; coordenar a realização de projetos, eventos, atividades e expressões de cunho artístico-cultural; propor e gerenciar convênios com instituições públicas ou privadas consoante os objetivos que definem as políticas de cultura; coordenar outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos;

d) Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer: órgão responsável por administrar o sistema municipal de ensino, elaborando e executando planos educacionais em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando suas ações com as de competência do Estado, oferecendo a educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental; estruturar o calendário dos eventos esportivos no município; definir e implementar a Política Municipal de Esportes e Lazer em consonância com as diretrizes estabelecidas no plano de governo e na legislação municipal, estadual e federal pertinentes; promover e coordenar a realização de projetos, eventos e expressões de cunho esportivo e de lazer; manter articulação com órgãos e entes de outras esferas de governo bem como instituições privadas, objetivando a cooperação de ações nas áreas de promoção do esporte e do lazer; propiciar a inclusão social dos jovens por meio de ações voltadas às áreas de esporte, lazer, educação e saúde;

e) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente: órgão ao qual compete realizar obras públicas necessárias ao desenvolvimento do município, projetando e executando, fiscalizando e recebendo, direta ou indiretamente, obras e serviços de engenharia de interesse da administração pública municipal relativos à habitação,

sistema viário, manutenção e desenvolvimento urbano, saneamento básico, edificações, sistema de drenagem, abastecimento de água bem como planejar, executar e manter obras de pavimentação poliédrica e asfáltica; planejamento, coordenação, supervisão, fiscalização e controle das ações relativas ao meio ambiente; preservação, conservação e uso racional dos recursos naturais renováveis; pesquisas, experimentações e fomento das informações técnicas e científicas nas áreas de meio ambiente; educação ambiental, em articulação com outros órgãos da administração pública; administração e manutenção de parques, praças e jardins; zelar pelos serviços urbanos, exercendo todas as atividades ligadas à manutenção da limpeza no município, tais como capinação, varredura e remoção de entulhos, assim como também a execução dos serviços de coleta de lixo, com o fim de evitar possíveis danos à população.

f) Secretaria Municipal de Saúde: órgão que tem por competência a promoção, manutenção e recuperação da saúde no âmbito do município, cabendo-lhe: formular, regulamentar, coordenar, controlar e avaliar a política municipal de saúde, promovendo medidas de prevenção à saúde da população mediante o controle e o combate de doenças infectocontagiosas e nutricionais; promover campanhas educacionais e de informação visando à preservação das condições de saúde da população; promover a política de recursos humanos adequados às necessidades do Sistema Único de Saúde – SUS; a gestão municipal do Sistema Único de Saúde – SUS; o gerenciamento do Fundo Municipal de Saúde, zelando pela aplicação dos seus recursos na efetivação das respectivas políticas públicas do Município;

g) Secretaria do Turismo e Desenvolvimento Econômico e Tecnológico: órgão que tem por função promover, orientar, coordenar e supervisionar a Política de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo no município; atrair novos investimentos de forma a contribuir para a geração de emprego e renda; aperfeiçoar e ampliar as relações do Município com empresários, entidades públicas e privadas, em nível local, nacional e internacional;

h) Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social (SEMTAS): órgão cuja competência inclui a valorização humana e qualificação profissional, cabendo-lhe gerir a Política Municipal de Assistência Social, difundindo-a, coordenando-a e executando-a com o objetivo de garantir a promoção, prevenção, inclusão e proteção social aos

segmentos populacionais em estado de vulnerabilidade, em sintonia com as esferas estadual e federal e em parceria com a sociedade civil, com atenção especial ao núcleo familiar; executar a política municipal relacionada à cidadania e aos direitos humanos de forma articulada com o governo estadual e federal, bem como a sociedade civil, estabelecendo parcerias, redes de colaboração, canais de participação e controle social; desenvolver ações afirmativas, com base na prática de programas concretos voltados aos grupos desfavorecidos por sua condição de classe, sexo, raça, etnia, origem e orientação sexual, com oportunidades concretas para que garantam seus direitos.

2.5 Instituições estaduais instaladas em São Raimundo Nonato

São Raimundo Nonato aos poucos vai conquistando notoriedade no cenário estadual e, com isso, vão sendo instalados novos órgãos representativos, tais como:

a) Coordenação Regional de Saúde (CRS): instância administrativa, técnica e política da Secretaria Estadual de Saúde (SESAPI), localizada nos Territórios de Desenvolvimento do Piauí. A ação estratégica das Coordenações Regionais de Saúde é fortalecer a descentralização das ações da política estadual de saúde nos municípios da área de abrangência do território. Localiza-se na Praça Cel. Ruben de Macêdo, SN - Bairro Aldeia. O fortalecimento da descentralização dá-se através do apoio técnico aos municípios no cumprimento das suas atribuições e responsabilidades gestoras, para ajudá-los a garantir a integralidade da atenção à saúde através do apoio técnico às secretarias municipais de saúde na implementação de ações de no âmbito da promoção, prevenção, tratamento e reabilitação de agravos à saúde. Atualmente, existem 11 regionais de saúde seguindo o modelo do Plano Diretor de Regionalização do Estado e 5 coordenações interligadas a elas.

b) Gerências Regionais de Educação (GREs): são unidades de descentralização de serviços diretamente subordinadas ao Secretário de Educação, cuja finalidade é planejar, coordenar, orientar, supervisionar, inspecionar e controlar as atividades educacionais da educação básica, nas respectivas áreas de jurisdição. A Gerência Regional de Educação, em São Raimundo Nonato, é dirigida por um Diretor Regional,

no nível de Unidade de Diretoria, nomeado por ato do Governador do Estado. Compete às GREs executar a política educacional a cargo da SEDUC; programar e executar as atividades dos subsistemas de pessoal, material e patrimônio, serviços gerais, orçamento e administração financeira, supervisão pedagógica, inspeção escolar e orientação educacional, estatística e assistência ao educando; autenticar certificados, diplomas e históricos escolares dos diferentes níveis e modalidades da educação básica, na forma da legislação em vigor, nas respectivas áreas de jurisdição; promover ação educacional integrada a órgãos e entidades públicas e privadas que atuem na respectiva área de jurisdição; zelar pela observância das leis do ensino por níveis e modalidades, bem como pelo cumprimento das decisões dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação; executar outras atribuições necessárias ao cumprimento de sua finalidade.

c) 11º Batalhão da Polícia Militar (BPM): localiza-se na Pça. Cel. João Antunes de Macedo, nº 85, São Raimundo Nonato – PI. Compreende 25 municípios do Território Serra da Capivara e conta com um efetivo de 136 policiais. Especificamente em São Raimundo Nonato, há um contingente de 45 policiais. Quanto à segurança, há também a Delegacia da Polícia Civil e a Delegacia da Mulher. Além disso, a Polícia Militar do Piauí implantou nesta cidade um programa denominado PROERD (Programa de Resistência às Drogas e à Violência). Este programa educacional, desenvolvido nas escolas, envolve os eixos escola-PM-família, formando assim uma rede de proteção às crianças e adolescentes.

d) Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí (IAPEP): autarquia do Poder Executivo do Estado do Piauí vinculado à Secretaria de Administração (SEAD) e que gerencia o Regime Próprio de Previdência Social e os planos de saúde (PLAMTA e IAPEP Saúde) dos servidores públicos do Piauí. Em São Raimundo Nonato, há uma Agência Regional que atende os 13 municípios da microrregião.

e) Departamento Estadual de Trânsito do Piauí (DETRAN - PI): autarquia instituída pela Lei-Delegada nº 80 de 16.05.1972 e vinculado à Secretaria de Segurança Pública do Estado. Tem por finalidade disciplinar e fiscalizar os serviços de trânsito e tráfego no âmbito de competência do Estado. Em São Raimundo Nonato, funciona a 8ª Coordenadoria de Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN), localizada na Av. Hipólito Ribeiro Soares- Centro.

f) Agência de Defesa Agropecuária do Piauí (ADAPI): autarquia vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural, tem como missão assegurar o desenvolvimento de uma agropecuária competitiva sustentada no desafio da economia globalizada, através da inspeção e controle da saúde dos animais e vegetais, garantindo o nível de proteção adequado aos consumidores, bem como a melhoria do meio ambiente. O Programa principal da ADAPI é o controle da Febre Aftosa em Animais. São Raimundo Nonato conta com uma Coordenação Regional que compreende 13 municípios e funciona na Av. Hipólito Ribeiro Soares.

g) Sistema Nacional de Emprego (SINE - PI): programa do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Coordenado em nível nacional pela Secretaria de Políticas de Empregos e Salário (SPES), tem como meta a organização do mercado de trabalho em todos os estados. No Piauí, este programa é administrado pela Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo (SETRE). São Raimundo Nonato possui um posto que está localizado na Rua Major Gerônimo Belo, n. 30

h) Secretaria da Assistência Social e Cidadania (SASC): órgão do Governo do Estado do Piauí responsável pela gestão estadual da Política de Assistência Social e atua fundamentado nas Diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social e na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A SASC tem a função de monitorar, avaliar, supervisionar e capacitar os municípios do estado do Piauí no que se refere à implantação, implementação e fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Os serviços da rede socioassistencial é organizado em: i) proteção social básica: programas, projetos, serviços e benefícios destinados às pessoas em estado de vulnerabilidade que não perderam vínculos familiares e/ou comunitários nem tiveram seus direitos violados; ii) proteção social especial de média e alta complexidade: programas, projetos, serviços e benefícios destinados às pessoas em estado de vulnerabilidade que perderam vínculos familiares e/ou comunitários e tiveram seus direitos violados.

i) Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí (EMATER): busca contribuir de forma participativa para o desenvolvimento rural sustentável centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar por meio de processos educativos que assegurem a melhoria da qualidade de vida e a construção do pleno exercício da cidadania. O EMATER – PI atua junto aos produtores e suas famílias e requer a

participação efetiva de todos os setores ligados à atividade agrícola buscando aumentar a renda, a produção e a produtividade agrícola, melhorando as condições de vida dos pequenos produtores. Com atuação em 223 municípios, possui atualmente 16 escritórios regionais, inclusive o de São Raimundo Nonato, que funciona na Av. Hipólito Ribeiro Soares- Centro.

j) Junta Comercial do Estado do Piauí (JUCEPI): autarquia estadual vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico. A JUCEPI é uma instituição de grande tradição que atua no mercado há 115 anos e possui 13 postos no interior, inclusive em São Raimundo Nonato, onde funciona na Av. Hipólito Ribeiro Soares-Centro. A JUCEPI tem como escopo registrar os atos empresários e das sociedades mercantis; processar a habilitação e a nomeação dos tradutores públicos e intérpretes comerciais, leiloeiros, trapicheiros e administradores de armazéns gerais; harmonizar os interesses dos empresários e das sociedades mercantis provendo-a de referenciais, através da normatização das atividades; prestar informações do cadastro de empresas aos empresários, à comunidade e ao governo, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do estado do Piauí.

k) Secretaria da Fazenda do Piauí (SEFAZ - PI): tem a missão de promover, com alto desempenho, as atividades de tributação, fiscalização e arrecadação, bem como a gestão da política financeira e contábil do Estado, além de contribuir para a elevação da consciência fiscal e do desenvolvimento do Piauí. Em São Raimundo Nonato, na Praça José Ferreira- Centro, funciona a 7ª Gerência Regional, que compreende 25 municípios da macrorregião.

l) Universidade Estadual do Piauí (UESPI): merece destaque especial, pois é a principal instituição formadora de profissionais na área de educação da microrregião Serra da Capivara. Na cidade de São Raimundo Nonato, o *campus* universitário é denominado Professor Ariston Dias Lima, que fica localizado na Rua Antônio de Carvalho, s/n, Centro. O campus oferece à comunidade os cursos de Licenciatura Plena em Geografia, Biologia, História e Pedagogia. Os primeiros passos concretos para a criação da UESPI, com sede em Teresina, foram dados em 1984 por meio da Lei Estadual nº 3.967, que instituiu a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí (FADEP), entidade mantenedora dos Centros de

Formação de Recursos Humanos para o ensino da rede pública estadual em nível superior, Centro de Tele-Educação, Centro de Pesquisa.

m) Secretaria Estadual de Saúde (SESAPI): através dos Hospitais Regionais, tem a missão de coordenar e implementar a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado, visando garantir a ampliação do acesso em tempo oportuno, o atendimento humanizado e resolutivo no âmbito das ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde. Além disso, gerir o processo de qualificação da gestão local do sistema, na perspectiva de melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida da população. O Hospital Regional Senador Cândido Ferraz em São Raimundo Nonato é referência para 13 municípios da microrregião e está localizado na Praça Cel. Newton Rubem de Macêdo - Aldeia. Funciona no local uma clínica de fisioterapia, mas ainda falta uma Unidade de Tratamento Intensivo (UTI).

n) Tribunal de Justiça do Piauí (TJ - PI): compõe-se de magistrados com a denominação própria de desembargadores, cuja sede na cidade de Teresina, capital do Estado, exerce jurisdição sobre todo o território estadual. Em São Raimundo Nonato, há o Fórum de Justiça, o Juizado de Pequenas Causas, o Cartório Eleitoral e o Ministério Público, representantes do Tribunal de Justiça do Piauí.

o) Águas e Esgotos do Piauí S/A (AGESPISA): localiza-se no Largo Capitão Tomazinho, no centro de São Raimundo Nonato. Funciona como escritório regional e atende os 13 municípios da microrregião. É a responsável pelo sistema de abastecimento de água nestas cidades, seja através da adutora do Garrinho ou de poços artesianos.

p) Companhia Energética do Piauí S/A (CEPISA/ELETROBRÁS): foi constituída como Sociedade Anônima em 8 de agosto de 1962, com a razão social de Centrais Elétricas do Piauí S.A. Em dezembro de 1996, o Poder Executivo iniciou o processo de alienação das ações de propriedade do Estado que integravam o capital social da CEPISA. Na primeira fase, a ELETROBRÁS amplia sua participação acionária na empresa para 48,86% das ações ordinárias e assume em 13 de janeiro de 1997 a gestão da CEPISA de forma compartilhada com o Governo do Estado. No mesmo ano, em 20 de outubro, a ELETROBRÁS, adquire o controle acionário da CEPISA, ou seja 98,8%, e assume o compromisso de preparar a empresa para a privatização. A

CEPISA/ELETROBRÁS é responsável pelo setor energético do Piauí. Em São Raimundo Nonato contamos com um escritório regional que compreende 13 municípios da micro região. É através desta empresa que funciona o programa *Luz Para Todos* que vem beneficiando as comunidades rurais, levando mais desenvolvimento e qualidade de vida para as famílias.

2.6 Instituições federais estabelecidas em São Raimundo Nonato

Com a projeção do município em nível nacional, principalmente por conta da criação do Parque e por desempenhar papel importante do ponto de vista de polarização da microrregião, o poder público federal se faz mais presente através de suas instituições implantadas no município, tais como:

a) Secretaria da Receita Federal do Brasil: órgão específico, singular, subordinado ao Ministério da Fazenda, que exerce funções essenciais para que o Estado possa cumprir seus objetivos. É responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários, e aqueles incidentes sobre o comércio exterior, abrangendo parte significativa das contribuições sociais do País. Também subsidia o Poder Executivo Federal na formulação da política tributária brasileira, previne e combate a sonegação fiscal, o contrabando, o descaminho, a pirataria, a fraude comercial, o tráfico de drogas e de animais em extinção e outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional. Em São Raimundo Nonato, existe uma Agência da Receita Federal subordinada à Delegacia de Floriano - Piauí e que atende 25 municípios da macrorregião, além dos municípios de Remanso, Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes no Estado da Bahia.

b) Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS): instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus segurados. A renda transferida pela Previdência Social é utilizada para substituir a renda do trabalhador contribuinte quando ele perde a capacidade de trabalho, seja por doença, invalidez, idade avançada, morte, desemprego involuntário, maternidade ou reclusão. A Agência Regional de São Raimundo Nonato funciona na Praça Pe. Francisco Freiria - Aldeia e atende os 13 municípios da microrregião. A instalação dessa agência facilitou a vida

das pessoas residentes nestes municípios, principalmente provenientes da zona rural, que antes tinham de se deslocar até Floriano para resolver seus benefícios de aposentadoria e auxílios.

c) Correios: realizam a importante função de integração e de inclusão social, papel indispensável para o desenvolvimento nacional. A agência A.C. São Raimundo Nonato funciona no seguinte endereço: R. Capitão Newton Rubem 1051, de segunda à sexta, das 8h às 16h.

d) Tribunal Regional do Trabalho 22ª Região (TRT): funciona na Vara do Trabalho de São Raimundo Nonato, criada pela Lei nº 7.729 de 16/01/1989, com instalação em 16/09/94, na Av. Professor João Menezes, nº 592.

e) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): devido ao Parque Nacional Serra da Capivara, há uma Coordenadoria Regional que funciona no Bairro Milonga cuja missão é proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento sócioambiental na região.

f) Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste: o município de São Raimundo Nonato, cidade pólo do Território Serra da Capivara, que compreende 18 municípios, conta com uma rede de bancos oficiais composta pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste, que realizam transações comerciais e movimentam o setor financeiro do município e região.

g) Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF): instituição de ensino superior vinculada ao Ministério da Educação. Foi criada com o nome de Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco pela Lei nº 10.473 de 27 de junho de 2002, que a conferiu uma natureza fundacional com sede na cidade de Petrolina (PE). A UNIVASF é a primeira universidade brasileira voltada para o desenvolvimento regional, no caso o semiárido nordestino, e, por esta razão, não leva o nome de uma cidade ou estado. Sua missão é fomentar o desenvolvimento da região onde está localizada, a qual compreende parte de oito estados do Nordeste e norte de Minas Gerais. No ato de sua criação, estava estabelecida fisicamente em três pólos: Petrolina (PE); Juazeiro (BA) e São Raimundo Nonato (PI), conforme previsto na Lei nº 113 de 19 de setembro de 2001.

h) Instituto Federal do Piauí (IFPI): com sede em Teresina, foi criado pela Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Atua no estado do Piauí e detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Instituição pública de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades de ensino; conjuga os conhecimentos humanos, técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos da Lei. O campus de São Raimundo funciona desde junho de 2010.

TERCEIRA PARTE

UMA TENTATIVA DE ABORDAGEM CULTURAL DOS PROCESSOS GEOGRÁFICOS PANORAMA SOBRE SÃO RAIMUNDO NONATO: INSERÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS NUMA CIDADE DO SERTÃO PIAUIENSE

3 UM CAMINHO PARA A ABORDAGEM CULTURAL DOS PROCESSOS GEOGRÁFICOS

Historicamente, o homem procurou entender a natureza para melhor usufruir dela. Embora a iniciativa de compreender tal processo estivesse presente nas organizações sociais, apenas no século XIX, com Alexander Von Humboldt, Karl Ritter, Friedrich Ratzel, entre outros, houve uma sistematização desses pensamentos no seio de uma disciplina acadêmica. Data daí o nascimento da Geografia moderna.

De lá para cá, várias frentes foram levantadas, combatidas ou ressaltadas por uma série de geógrafos que conduziram o caminhar desta ciência. Embora não seja possível percorrer a multiplicidade de proposições ensejadas pelas questões filosóficas das relações entre homem e meio, alguns marcos de interesse para a presente pesquisa devem ser apontados. Todas as discussões da Geografia, até poucas décadas atrás, estiveram agregadas aos interesses dos Estados-nações (LENCIONI, 1999), principalmente nas formulações dos conceitos de espaço e de território.

Mais recentemente, na segunda metade do século XX, os procedimentos metodológicos excessivamente descritivos utilizados pela Geografia tradicional e o tecnicismo quantitativista da Geografia teórica foram criticados por correntes da Geografia radical. Conforme Moraes (2003, p. 126), “É somente no limiar da crise do pensamento tradicional que as ideias de Marx virão à tona no debate da Geografia Crítica. Tal processo se iniciou no pós-guerra e adquiriu alguma intensidade nos anos cinquenta.”

A geografia brasileira, enfocando temas sociais na explicação dos processos de produção do espaço, a geografia crítica, fundamentada nos princípios do materialismo histórico e dialético, adotou conceitos até então poucos usuais, como modo de produção, relação de produção, produção diferenciada do espaço, espaço dividido, dentre outros.

Paralelamente a esse processo, no seio da construção do pensamento da Geografia constitui-se um conjunto de autores que privilegiam a relação dos homens com a natureza mediante a cultura. Para Maia (2001, p.84),

Ao conjunto de trabalhos que priorizaram uma abordagem cultural na Geografia denominou-se Geografia Cultural, corrente que teve focos principalmente na Alemanha, na França e nos Estados Unidos. A cultura, transcrita através dos meios e das técnicas utilizadas pelos diferentes grupos humanos estudados, era somada aos diferentes elementos físicos que, reunidos, compunham a paisagem, categoria geográfica fundamental na Geografia alemã.

Friedrich Ratzel elencou a cultura como fator chave da Geografia Humana. A partir do final do século XIX, o termo Geografia Cultural foi introduzido pela primeira vez nos estudos geográficos. Moraes (2003) afirma que o principal livro de Ratzel, publicado em 1882, denomina-se *Antropogeografia – fundamentos da aplicação da geografia à história*; e que se pode dizer que esta obra funda a Geografia Humana. Fundamentado nas obras de Alexander Von Humboldt e Carl Ritter, Ratzel sustenta a ideia de que a distribuição dos seres humanos e sua expansão acabam por impor uma mescla cultural e tal situação carece de uma atenção espacial, daí a sua *antropogeografia*.

Na tentativa de fazer uma exposição sobre o fundamento da Geografia Cultural, Maia (2001) atribui a Schlüter a preocupação com os problemas de povoamento e a evolução da paisagem, particularmente a evolução na Europa central, na passagem da Idade Antiga até a Idade Média. Para ela, esse autor insistia na necessidade da delimitação de um objeto como também de uma objetividade na observação, propondo que a Geografia Humana deveria se interessar pelo reconhecimento da forma e da disposição dos fenômenos da superfície terrestre, perceptíveis pelos sentidos. Para isso, o método proposto deveria ser semelhante ao da Geomorfologia, enquanto estudo das formas superficiais, enfim, da morfologia.

A ideia de uma influência fisiológica é evocada por Ratzel, mas refere-se, para ele, aos povos de natureza. Os povos de cultura devem às relações comerciais que praticam e as formas de construções políticas que instauram aos Estados, em especial, para escapar às determinações estreitas ao lugar. Friedrich Ratzel fez uma investigação da expansão das ideias, procurando entender a difusão de padrões comportamentais e produtos materiais, e propôs a análise das interações homem-

natureza num contexto naturalista. Das ideias de Ratzel, derivamos os conceitos de área cultural e de paisagem cultural, numa visão ecologista (CLAVAL, 2011). Percebe-se, portanto, que alguns temas do chamado período tradicional da Geografia — rechaçado pelas correntes críticas do pós-guerra — são retomados e retrabalhados em diferentes perspectivas pela Geografia Cultural.

A partir da ideia de grupos humanos que transformam a imagem do território, a Geografia do final do século XIX e início do XX entende a paisagem não só como resultado da relação entre indivíduo e o meio, mas também como instrumento para analisar o espaço e compreender as distintas regiões. Assim, para Sauer (2010, p.20):

Friedrich Ratzel em sua antropogeografia edificou a base conceitual na qual se tem estruturado desde então a geografia humana em seu sentido restrito: um conjunto de categorias do meio físico – ordena a partir de conceitos abstratos de posição de espaço até o clima e litoral – e sua influência sobre o homem. Apenas com este trabalho ele se converteu no grande apóstolo do ambientalismo e seus seguidores desconsideraram em muito seus estudos culturais posteriores, nos quais se referia à mobilidade populacional, às condições de assentamento humano e à difusão da cultura através das vias principais de comunicação.

Teríamos o início do que seria o despertar da Geografia Cultural, porém, por divergências sobre o papel do homem, inclusive dentre os seguidores Ratzel, a escola determinista foi repelida e a Geografia Cultural vai ganhar notoriedade com a escola possibilista. Cosgrove (2010, p.106) nos explica que

Os primeiros geógrafos culturais trabalham num meio intelectual dominado pelo determinismo geográfico, no qual mesmo fenômenos culturais não materiais eram considerados como resultado de fatores geográficos. Eles também enfatizavam a unidade da sociedade e a importância da compressão histórica.

Assim, desde Vidal de La Blache, maior expoente do possibilismo, a noção de *gênero de vida* vem sendo usada para designar o conjunto de técnicas e costumes, construído e passado socialmente, desenvolvido por grupos heterogêneos de associações humanas e que exprimiria a relação entre a população e o meio físico. Cosgrove (2010, p107) afirma que:

Para Vidal, a paisagem contém a evidência da mudança e a dialética entre *genre de vie* e *milieux* significa que ela promove, bem como reflete, tal mudança. O reconhecimento de Vidal emerge de sua prática geografia e história, mas é substancialmente o mesmo

reconhecimento que Marx derivou a partir do encontro filosófico como idealismo hegeliano.

Maia (2001, p.85) afirma que:

Na França, Vidal de La Blache e Jean Brunhes, graças à análise de *genre de vie*, podem ser considerados os precursores da Geografia Cultural francesa. No início deste século, Jean Brunhes, inspirado nos folcloristas, como muitos alemães da época, interessa-se pela análise dos fatos culturais, sendo a paisagem o elemento fundamental do seu trabalho. Em relação ao quadro que se poderia chamar precursores da Geografia Cultural francesa.

Claval (2002) reconhece três momentos de desenvolvimento da Geografia Cultural. O primeiro se dá no final do século XIX até os anos 1950. Neste recorte periódico, os geógrafos adotavam uma perspectiva positivista ou naturalista, não estudando a dimensão psicológica ou mental da cultura. O interesse voltava-se para os aspetos materiais da cultura, as técnicas, as paisagens e o gênero de vida. Evidenciou-se que os aspectos culturais fundamentais para a Geografia inserem-se nos domínios: a) relações homens/meio ambiente, através do estudo do meio humanizado, da paisagem, das técnicas e das densidades; b) relações sociais, a partir do estudo das instituições, da comunicação e da difusão das ideias e das técnicas; c) organização regional e do papel dos lugares. Essa classificação permanece útil para o entendimento dos problemas atuais, o que nos leva a utilizá-la neste trabalho – sobretudo quanto ao tema do papel dos fatores locais para uma concepção de região.

O segundo momento destacado por Claval (2002) compreende os anos 1960 e 1970 : a evolução da Geografia Cultural deu-se numa tentativa de utilizar os resultados da “Nova Geografia” para uma sistematização metodológica. Esta perspectiva não nos interessa atualmente. Finalmente, o terceiro momento significativo acontece logo após os anos 1970: a Geografia Cultural deixar de ser tratada como um subdomínio da Geografia Humana, posicionando-se no mesmo patamar da Geografia Econômica ou da Geografia Política.

A evolução do conceito de cultura divide a Geografia Cultural em teoria da cultura como padrão cultural e como estrutura social. Neste caso, a Geografia Cultural pode conceber-se enquanto aplicação da ideia de cultura aos problemas geográficos tanto quanto a aplicação das ideias geográficas aos problemas culturais.

O último agente que modifica a superfície da terra é o homem. O homem deve ser considerado diretamente como um agente geomorfológico, já que vem alterando cada vez mais as condições de denudação e de colmatação da superfície da terra, e muitos erros tem ocorrido na geografia física por não ter reconhecido suficientemente que os principais processos de modelagem da terra não podem ser inferidos, com segurança, embasados nos processos atualmente vigentes a partir da ocupação do homem. (SAUER, 2010, p. 22).

E os fatos de cultura estariam permanentemente sujeitos a modificações ocasionadas por alterações do próprio meio ou pelo contato com outros *gêneros de vida*. Neste contexto, também (re)aparece a paisagem cultural concebida por Sauer que, segundo Gomes (2010, p.231), é “como uma associação de formas físicas e culturais, o resultado de um longo processo de constituição e diferenciação de um espaço.” Sauer sublinha a importância da análise da estrutura e das funções de cada paisagem, as quais devem ser vistas sob um plano sistemático geral”.

Não caberia no escopo desta tese uma revisão teórico-conceitual da Geografia dita Cultural, entretanto, alguns marcos são necessários para se estabelecer um diálogo com abordagens contemporâneas da Geografia, nas quais a noção de cultura torna-se mais ampla. Assim, conforme McDowell (1996, p. 159),

A geografia cultural é atualmente uma das mais excitantes áreas de trabalho geográfico. Abrangendo desde as análises de objetos do cotidiano, representação da natureza na arte e em filmes até estudos do significado das paisagens e a construção social de identidades baseadas em lugares, ela cobre numerosas questões. Seu foco inclui a investigação da cultura material, costumes sociais e significados simbólicos, abordados a partir de uma série de perspectivas teóricas.

No final dos anos 1960, surge uma corrente que vai dar destaque ao espaço vivido. Gallais e Fremont são os primeiros a valorizar a “experiência humana dos lugares, das paisagens e dos espaços, procurando redescobrir uma ‘géographie à visage humain’” (ALMEIDA, 1992).

Na década de 1970, os trabalhos de Armand Frémont e Paul Claval questionam o método utilizado nas abordagens do espaço vivido e do espaço percebido, contribuindo, assim, com a formação da Geografia Cultural francesa, que desde os anos 1980 desenvolve pesquisas nessa área (CLAVAL, 2002).

A Geografia busca uma recuperação da abordagem cultural procurando estudar a diversidade cultural com base nos seus conteúdos materiais, admitindo que esta está intimamente ligada ao sistema de representações, de significados e de valores, que criam uma identidade que se manifesta mediante construções compartilhadas socialmente. Segundo Corrêa (2003, p. 13), o conceito de cultura mobilizado pelas abordagens culturais desde os anos 1980,

[...] é liberado da visão supra-orgânica e do culturalismo, na qual a cultura é vista segundo o senso comum e dotada de poder explicativo. É vacinado também contra a visão estruturalista, na qual a cultura faria parte da “superestrutura”, sendo determinada pela “base”. A cultura é vista como um reflexo, uma mediação e uma condição social. Não tem poder explicativo, ao contrário, necessita ser explicada.

A diversidade social, de sistemas econômicos e de meios de comunicação levam ao contexto que gradativamente adquiriu relevância na abordagem cultural. Como afirma Corrêa (1999, p. 51),

O ressurgimento da geografia cultural se faz num contexto pós-positivista e vem da consciência de que a cultura reflete e condiciona a diversidade da organização espacial e sua dinâmica. A dimensão cultural torna-se necessária para a compreensão do mundo.

A racionalização acabou por esquecer os costumes e hábitos que foram marcados pelo tempo. Com a retomada desta nova abordagem cultural, as subjetividades dos homens são exaltadas e há ressignificação “[d]as bases epistemológicas desenvolvidas pela Geografia Cultural de Sauer e pelos geógrafos europeus” (CORRÊA, 1999, p. 67).

Nesse contexto, interessa-nos a abordagem que faz referência aos significados, que valoriza a experiência, a intersubjetividade, os sentimentos, a intuição e a compreensão de determinados aspectos da realidade. Sendo o significado palavra-chave no discurso dos representantes da abordagem cultural, “lembrado, imaginado e contemplado” (COSGROVE, 2000, p. 2), em *Mundo dos Significados a Geografia Cultural e Imaginação*, o mesmo autor, ao reconhecer o papel da imaginação nas obras humanas, argumenta que ela reelabora, metaforicamente, aquilo que os sentidos capturam, atribuindo-lhes novos significados. Isto pode ser útil para a compreensão de como os significados de *sertão* mudam com base no espaço vivido local, tema do presente estudo.

A Geografia Cultural não define apenas um objeto de estudo em si, pois por entender que cultura se processa dentro de um espaço cujas relações são interativas, ela constitui uma verdadeira ótica ou forma própria de olhar para o conjunto de coisas, objetos e processos que são submetidos a lógicas espaciais ou territoriais. Dessa forma, Gomes (2010, p. 225) afirma que:

Todo fenômeno humano, para ser conhecido, deve estar mergulhado em seu contexto, e este é definido pela totalidade da vida; a subjetividade, a imaginação, a religião, a sensibilidade, a vontade em suma, a visão de mundo (*wealtanschouung*) do homem que emprega uma ação. O único modo de conhecer, para as ciências do espírito, é a interpretação. A conduta proposta por esta escola verifica-se análoga àquela dos exegetas fazendo a interpretação dos textos bíblicos. A interpretação recusa o caráter puramente racional da pesquisa explicativa e, por consequência, seu universalismo. Em seu lugar, ver-se nascer uma ciência que parte da empatia pessoal entre o sujeito e o objeto, uma ciência idiográfica, segundo a qual o único meio de generalização será a analogia entre os diversos casos interpretados.

Nesse sentido, erguem-se duas vertentes para lançar mão do entendimento dos processos que se desenvolvem no espaço. O primeiro versa sobre o peso do território sobre a cultura e o segundo, sobre os rastros das culturas deixados nas paisagens.

Centrada nos elementos materiais e imateriais, a Geografia Cultural tenta entender o ser humano nas suas relações, tarefa que passa necessariamente pela interpretação. Tais concepções reforçam e ampliam a ideia de espaço geográfico, tornando mais complexo o trabalho dos geógrafos. Como afirma Lefebvre *apud* Gomes (2007, p. 25),

O espaço como espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social não deve ser visto como espaço absoluto, “vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções, nem como um produto da sociedade, “ponto de reunião dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que ocupam seus subconjuntos, efetuados, objetivado, portanto funcional”. O espaço não é nem ponto de partida (espaço absoluto), nem ponto de chegada (espaço como produto social).

A Geografia Cultural também está ligada diretamente à Antropologia. A realidade humana só é possível de ser entendida através da compreensão da formação espacial, ideia defendida por Berdoulay (1981). Da mesma forma, a

Geografia Cultural também está ligada à Etnografia, cuja função é fazer estudos descritivos dos costumes e tradições dos povos, dando maior importância aos feitos técnicos. Para Gomes (2010, p. 226),

Depois do impacto da nova relatividade, das mutações genéticas, da nova geometria não-euclidiana e de toda a carga negativa de desconfiança em relação ao modelo positivo na ciência que os acompanhou, novas tendências racionalistas despertam. Os principais parâmetros sofreram redefinições, e, em lugar de falar de determinismo, o novo racionalismo se exprimia pela probabilidade; a ciência que pretendia possuir um só método, e proposta para todos os problemas, foi substituída por uma ciência de condutas múltiplas, adaptadas à especificidade dos objetos científicos, limitando também o estatuto da verdade a certas condições.

A cultura é marcada pelo sistema de critérios sobre os quais há consenso em qualquer comunidade humana e aponta para uma conduta correta e eficaz específica para um lugar ou tempo, para uma situação social ou identidade pessoal. Ela se expressa de maneira concreta em rituais, artefatos, discursos e paisagens distintas (seja na conformação ou morfologia da paisagem, seja na interpretação dessas formas). A quantidade de valores e tradições que caracterizam uma sociedade é transmitida através da história e completada até chegar na situação atual, muitas vezes susceptível de serem modificados no futuro. Segundo Wagner (2010, p. 26),

Quer seja considerada uma propriedade ou um atributo inerente aos seres humanos, ou meramente um artifício intelectual para se generalizar convenientemente a respeito de atitudes e comportamentos humanos, “cultura” é uma chave para a compreensão sistemática das diferenças e semelhanças entre os homens

A concepção de cultura e suas inserções no pensamento geográfico a partir do final do século XIX foram provocadas pela necessidade de compreender a interação entre os novos povos e Estados nacionais. No momento em que a economia se espalhava a nível mundial, alguns autores creditavam o fenômeno à capacidade de a cultura influenciar no sistema econômico.

O geógrafo norte americano Carl O. Sauer, fundamentando-se nas ideias de Ratzel, procura explicar como os elementos da cultura material dos grupos dotam um caráter próprio ao território. Para isso, procura analisar a exploração do habitat e dos recursos, verificando o impacto do homem na ecologia terrestre, bem como entender a origem e a difusão das culturas, as formas de assentamentos humanos – como, por

exemplo, o tipo de casas. Além disso, o estudioso sustentou que as controvérsias impediam uma unidade estrutural ao trabalho dos geógrafos e acrescentou que se tratava da mesma dualidade encontrada entre os ramos físicos e humanos. A Geografia encontrava-se esquartejada, com pouca unidade e sem um método preciso depois do vazio deixado pela crítica ao determinismo. “Tal proposição para o estudo da paisagem era uma tentativa de resolver os problemas maiores da época, quer dizer, as dualidades desta ciência (física/humana, geral/regional), acrescidas da ausência de uma método próprio” (GOMES, 2010, p. 230).

Torna-se necessário lembrar que a escola de Berkeley surgiu nos EUA no primeiro quartel do século XX como resposta às concepções europeias, seja o determinismo alemão ou o possibilismo francês. Essas ideias se fortalecem com o declínio das potências do Velho Mundo e com a ascensão dos EUA no cenário mundial. Na Califórnia, a Escola de Berkeley aproximou-se da Antropologia, propondo como unidade de estudo a paisagem cultural, isto é, a análise das formas que a cultura de um povo cria na organização do seu meio (CORRÊA, 2010).

O conceito de paisagem elaborado pela Escola de Berkeley está fundamentado a partir do artigo “A Morfologia da Paisagem” (*The Morphology of Landscape*) de Carl Sauer, publicado em 1925. Esse conceito toma por base o pensamento alemão da perspectiva da paisagem, expresso na teoria desenvolvida por Passarge e Shulter, segundo a qual análise deve restringir-se aos aspectos visíveis da forma (CORRÊA, 2010).

Sauer acrescenta que a análise da paisagem e das questões culturais expressa-se, necessariamente, na reconstituição das sucessivas culturas de uma área, começando pela cultura original e continuando até o presente, que resulta em sua forma atual. Cosgrove (2010,p.107) afirma que

Carl Sauer defendeu vigorosamente uma unidade dialética entre cultura e natureza como a base do estudo da paisagem em geografia..
. fez uma divisão conceitual entre paisagem natural e cultural, sendo a primeira um estágio sobre a qual a cultura operava, então, um processo de transformação.

Novas tendências da Geografia Cultural tradicional vão surgindo e a questão passa a girar em torno das controvérsias sobre a adequação de se considerar essas

novas tendências como ruptura ou evolução. Diante de um panorama tão amplo de geógrafos influenciados por Sauer e seus colaboradores, parece óbvio que apareçam diferenças na evolução dos trabalhos de tais geógrafos, a partir de suas saídas da escola de Berkeley (CORRÊA, 2010).

Não obstante, as críticas mais importantes da obra de Sauer e seus discípulos vieram da Europa dos chamados *geógrafos críticos*. Segundo estes autores, as críticas à obra de Sauer devem-se à sua aparente falta de interesse pelos aspectos teóricos. Denis Cosgrove acusa-o de ignorar o papel que os indivíduos têm como agentes humanos na hora de tomar decisões, de negociar e de impor limitações a outros indivíduos ou grupos. As críticas seguem por conta da visão superorgânica da cultura. Para os culturalistas, a cultura é uma entidade poderosa sujeita à sua lógica própria, da qual os sujeitos atuam como difusores. Essa concepção superorgânica de cultura foi adotada por Sauer a partir da obra do antropólogo Alfred Kroeber (DUNCAN, 1980). Para Sauer, portanto, a cultura era o agente; o espaço natural, o meio, e a paisagem cultural, o resultado (CORRÊA, 2010).

Talvez seja essa visão de cultura que mais distancia a Geografia tradicional da nova, pois devemos levar em conta que a criação desta nova Geografia Cultural provém do Reino Unido. A tradição britânica em Antropologia Cultural não adotou esta visão superorgânica e, por isso, a Geografia Cultural tradicional (leia-se: saueriana) teve pouco impacto no Reino Unido. Dessa forma, os aspectos culturais em geografia só foram incluídos quando a teoria da cultura foi elaborada em termos de interação humana e comunicação.

A nova Geografia Cultural adota, desde o início, uma teoria cultural bem diferente. Obras de autores marxistas como Henri Lefebvre e Manuel Castells, juntamente com os acontecimentos sociais do final da década de 1960, fizeram variar a ênfase de geógrafos britânicos (sobretudo) e norte-americanos (como um desdobramento das críticas à perspectiva saueriana) (CORRÊA, 2011).

O desencanto com a revolução quantitativa e o aparecimento de novas análises dos conflitos urbanos impactaram os departamentos de Geografia dos dois lados do Atlântico e marcaram o chamado surgimento da Geografia radical, ou crítica, influenciando, por conseguinte, as abordagens culturais (GOMES, 2010).

A Geografia Cultural viu-se beneficiada pelos trabalhos sobre os aspectos sociais da cultura de Raymond Williams e Stuart Hall. Estes, por sua vez, haviam sido influenciados pela obra de teóricos marxistas como o alemão Herbert Marcuse e o italiano Antonio Gramsci. Para estes, a análise da cultura se faz pela perspectiva do materialismo histórico na qual se deve levar em conta a importância do contexto social, político e histórico em que se dá a produção cultural e onde seu significado é concreto. Para Raymond Williams, a geografia, a localização e a concentração são elementos-chave para o desenvolvimento de novas práticas culturais (CORRÊA, 2011).

O embrião da Nova Geografia Cultural devemos buscar no trabalho de teóricos da escola britânica de Estudos Culturais, em especial os do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade de Birmingham, que se desenvolveu entre os anos de 1950 e 1970 (CLAVAL, 2002), ainda que não tenham influenciado os geógrafos britânicos até a década de 1980. A partir de então, os geógrafos começaram a se interessar por questões sobre a vida cultural das cidades das sociedades capitalistas avançadas e conceitos de identidade, de significado e de imaginação (COSGROVE, 2010).

Evidentemente, o ressurgimento de temas culturais em Geografia se afasta dos postulados de Sauer, todavia mantém certos pontos em comum com eles. A Geografia Cultural tradicional outorgava um papel de simples difusores culturais aos indivíduos de uma determinada sociedade. Esta concepção alienante assemelha-se à que mantém o marxismo clássico. Denis Cosgrove é o primeiro a propor uma nova Geografia Cultural a partir de uma ótica marxista. Para ele, o marxismo e a geografia cultural partem de um ponto ontológico comum porque mantêm o entendimento de que a relação entre o homem e o meio é histórica (CORRÊA, 2010).

Para Marx e Engels, a sociedade e a natureza devem ser consideradas como uma totalidade orgânica, uma unidade dialética, numa relação na qual uma é a negação da outra e, portanto, uma depende da outra para sua existência. As duas partes desta unidade relacionam-se através da produção humana que reproduz a natureza como meio humano e os humanos como seres sociais. O modo de produção é um modo de vida em mercado no mundo material dos seres humanos. Os geógrafos dessa corrente passaram a inserir em suas análises tais conceitos-chave.

Entretanto, os diferentes desenvolvimentos epistemológicos e ontológicos em Geografia nos últimos trinta anos deram lugar a inúmeras formas de conceber a geografia. O caso da Geografia Cultural não é isolado e podemos compará-lo ao que tem ocorrido com a nova Geografia Regional ou mesmo a nova Geografia Política. De fato, os geógrafos atuais souberam recuperar as diferentes tradições geográficas anteriores à Geografia teórica quantitativa dos anos 1950 e 1960, daí incorporaram novos preceitos teóricos marcados por influências marxistas (CORRÊA, 2010). Da mesma forma, temas “banidos” como pertencentes a abordagens tradicionais passaram a ser reexaminados.

Nesta nova Geografia Cultural, temos Denis Cosgrove como seu expoente, o qual afirma ser necessário fazer uma análise das relações interdisciplinares entre a Geografia Social e a Sociologia, buscando compreender os problemas da sociedade urbana contemporânea. Foi da desigual combinação de distintas fontes que emergiu a nova Geografia Cultural.

A paisagem torna-se um conceito revalorizado, assim como a região, enquanto conceito de território tem na geografia humanística uma de suas matrizes. O lugar passa a ser conceito-chave mais relevante, enquanto espaço adquire, para muitos autores, o significado de espaço vivido (GOMES, 2007, p. 30).

Há um legado saueriano: a contribuição da tradição inglesa de geografia social, assim como os aportes da fenomenologia, da hermenêutica, do materialismo histórico e dialético, das Ciências Sociais - como a antropologia interpretativa, a linguística, a história da arte e a semiótica – “trata-se de uma revolução que procura romper, de um lado, com a geografia tradicional, de outro, com a geografia teórico-quantitativa” (*idem*, p. 23).

3.1 Reflexões sobre o lugar enquanto categoria para a Geografia Cultural

Após o breve apanhado feito em relação à Geografia Cultural, passar-se-á ao debate sobre a questão do lugar, uma vez que estamos propondo um comentário sobre uma região cultural mais vasta (sertão) a partir de um recorte local específico:

São Raimundo Nonato, interior do Piauí. Antes de discutirmos as questões mais complexas a respeito de lugar, vale apenas recorrer a Gregory (2009, p.539) quando afirma que:

Em um sentido genérico, um lugar é um local geográfico de qualquer tamanho ou configuração, comparável aos significados igualmente genéricos da área, região ou localidade. Em geografia humana e as ciências humanas de modo mais geral, no entanto, o lugar é muitas vezes atribuído com maior significado (cf. paisagem). Por vezes, é definido como uma transformação forjada pelo homem, ou preexistente a ele, de uma parte da superfície da Terra, espaço indiferenciado.(tradução nossa)¹⁴.

Ao longo do tempo, a Geografia vem elencando categorias que lhe deem sustentação enquanto ciência, dentre elas, aparece a categoria de lugar como sendo uma das mais importantes à corrente da Geografia humanista. Bem como a concepção de *espaço*, o lugar se insere no escopo de diferentes análises geográficas; contudo, com a Geografia humanista ganha uma atenção especial, pois, o interesse se concentra na relação afetiva do homem com o espaço e a pluralidade das experiências para a transformação deste espaço em lugar.

Partindo dessa concepção, deve-se entender que o lugar é uma realização eminentemente sentimental em consequência das vivências e as experiências íntimas de cada sujeito, as quais são responsáveis por atribuir densidade ao conceito. No estudo sobre lugar, tem destaque o geógrafo humanista Yi-Fu Tuan (1980) que adota o neologismo “topofilia”, a fim de melhor caracterizar o amor humano pelos lugares.

É válida a observação de que as categorias de análise da Geografia estão interconectadas. Neste sentido, há de se fazer uma concatenação entre elas para podermos avançar em sua compreensão. Por essa perspectiva, a categoria *lugar* foi utilizada pelos geógrafos para expressar o sentido locacional de um determinado ponto, um constructo humano, ou seja, necessariamente, espaço. Não é estranha a afirmação que lugar foi relegado a um plano secundário em relação a categorias espaciais como paisagem, espaço e território, porém, com os novos estudos da

¹⁴ No original: *In a generic sense, a place is a geographical locale of any size or configuration, comparable to equally generic meanings of area, region or location. In human geography and the humanities more generally, however, place is often attributed with greater significance (cf. landscape). It is sometimes defined as a human-wrought transformation of a part of the Earth's surface or of preexisting, undifferentiated space.* (GREGORY, 2009, p.539)

Geografia, a categoria lugar volta ao centro dos debates. Assim, Carlos (2007, p.14) afirma que:

Há hoje um debate muito profícuo sobre o sentido da noção de lugar. Podemos iniciar a reflexão com Milton Santos que afirma que existe uma dupla questão no debate sobre o lugar. O lugar visto “de fora” a partir de sua redefinição, resultado do acontecer histórico e o lugar visto de “dentro”, o que implicaria a necessidade de redefinir seu sentido. Para o Autor o lugar poderia ser definido a partir da densidade técnica (que tipo de técnica está presente na configuração atual do território), a (densidade informacional (que chega ao lugar tecnicamente estabelecido) a idéia da densidade comunicacional (as pessoas interagindo) e, também em função de uma densidade normativa (o papel das normas em cada lugar como definitório). À esta definição seria preciso acrescentar a dimensão do tempo em cada lugar que poderia ser visto através do evento no presente e no passado.

Interessa aqui, sobretudo, a dimensão comunicativa: pessoas interagindo sobre a ideia de sertão a partir de certo espaço em dada temporalidade. Atualmente, lugar é um conceito que vem se fazendo cada vez mais presente nos estudos da Geografia, na medida em que esta ciência se aproxima dos assuntos culturais, buscando na fenomenologia suas bases teóricas (HOLZER, 1999).

Na Geografia tradicional, para o entendimento de lugar, buscava-se uma definição na qual se levassem em consideração as especificidades naturais e culturais de uma determinada área e, ainda, ligava-se à noção de localização e à particularidade das parcelas do espaço. Numa perspectiva da Geografia humanística, o lugar é o conceito chave, compreendido com o espaço vivido. É onde a vida se realiza e está carregado de afetividade e significado (CAVALCANTI, 1998).

Temos então que, pela inclinação humanística, o conceito de lugar é desenvolvido sobre as bases teóricas da fenomenologia, que tem na percepção do sujeito sobre o objeto a principal referência. Assim, é estudado a partir das relações e ligações subjetivas estabelecidas entre o sujeito e o espaço, sendo que Carlos (2007, p.14) afirma:

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela *tríade habitante - identidade - lugar*. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do

local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.

O espaço passível de ser vivido, pensado e sentido se aproxima da experiência corporal, trazendo o sujeito para o centro de análise, direcionando para o lugar. Na afirmação de Tuan (1980), “o espaço é mais abstrato que o lugar, o que começa como espaço indiferenciado, transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor e significado”. Ao fazer considerações sobre o assunto, Claval (2001, p. 55), nos sugere que “[...] os lugares não tem somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os frequentam.”

Para a Geografia humanística, o entendimento de lugar vai além da simples visão de localização e de individualidade do espaço, pois o homem, ao lançar sua visão sobre a porção do espaço, já vem acompanhando de uma carga psicológica e, por consequência, traz a sua percepção, significados, características e heranças culturais. O lugar é o espaço apropriado, dotado de significados particulares que são construídos historicamente e culturalmente.

Nos anos 1970, o lugar ganha importância enquanto categoria geográfica, num momento em que a Geografia humanística se apresenta como nova forma de interpretação dos processos sociais: “As questões da moda dedicavam-se ao sentido dos lugares. Tocavam igualmente na ausência da dimensão crítica da nova geografia: esta mostrava como o mundo funcionava, mas não se ocupava em fazê-lo funcionar de maneira mais justa eliminando as desigualdades” (CLAVAL, 2012, p.278). Para Correia (2007, p.30),

Semelhante à geografia crítica, a geografia humanista, calcada nas filosofias do significado, especialmente na fenomenologia e no existencialismo, é uma crítica à geografia de cunho lógico-positivista. Diferentemente daquela, contudo, é retomada da matriz historicista que caracterizava as correntes possibilista cultural da geografia tradicional.

Para a compreensão de lugar, deve ser considerada a expansão das relações capitalistas de produção, portanto, uma preocupação efetiva com suas conexões com

o global, através das redes e fluxos. No entanto, mesmo com uma imposição vinda de escalas maiores (a globalização), as especificidades do lugar não desaparecem, pois a abordagem sobre lugar perpassa, antes de mais nada, a cultura. Por este motivo, as características próprias e peculiares conseguem coexistir, agregando valores exóticos e pondo em xeque a tendência à homogeneização imposta pelo capital internacional. Para Carlos (1997, p.303),

[...] o lugar aparece como um fragmento do espaço onde se pode apreender o mundo moderno. Uma vez que o mundial não abale o local. O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo o lugar se apresenta como o ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento.

Apesar das diferenças filosóficas entre as perspectivas aqui esboçadas, algumas convergências podem ser encontradas. Para o homem, os laços topofílicos fazem transparecer um conjunto de sentimentos entranhados: são memórias, nostalgias, afinidades e valores que subsistem como lembranças do passado, realizações do presente e/ou futuras ações. No sertão de São Raimundo Nonato – PI, temos uma inserção rápida¹⁵ de novos elementos ao ambiente. Esses novos e velhos objetos, costumes, valores, discursos, imbricados, contribuem para a forma de ver o lugar que, para Tuan (1974, p. 113),

O meio ambiente talvez não seja a causa direta da topofilia, mas fornece o estímulo sensorial que, ao interagir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais. Os estímulos sensoriais são potencialmente infinitos: aquilo que decidimos prestar atenção (valorizar ou amar) é um acidente do temperamento individual, do propósito e das forças culturais que atuam em determinada época (tradução nossa).¹⁶

Para a Geografia Humanista, os lugares dos homens são tão diversos quanto os seus sonhos. Aliás, o ser humano não cessa de sonhar com lugares que deem espessura e significado à sua existência pessoal. Esses lugares inscrevem-se na intimidade ou na amplidão, pois, assim como os homens, resguardam dentro de si a

¹⁵ Quando o autor faz alusão à rápida transformação deve-se levar em consideração a dinâmica espacial do ambiente sertanejo, onde a natureza impõe mais fortemente sua lógica.

¹⁶ No original: *Environment may not be the direct cause of topophilia but environment provides the sensory stimuli. which as perceived images lend shape to our joys and ideals. Sensory stimuli are potentially infinite: that which we choose to attend (value or love) is an accident of individual temperament, purpose, and of the cultural forces at work at particular time.* (TUAN, 1974, p. 113)

imensidão e a particularidade. O lugar, a mais humana das categorias geográficas, reflete toda a diversidade das ações praticadas pelo homem no espaço. De modo que se pode afirmar que lugares são pessoas porque estas são cada um dos lugares que realizam durante a vida.

É válido lembrar que a formação econômica, no contexto capitalista, é um dos elementos básicos para a produção da vida material e imaterial de toda a sociedade, pois as transformações são processadas no espaço *via trabalho*. Falar, então, de *formação econômica e social* é falar de espaço, de trabalho, de ação e, conseqüentemente, de lugar. Nasce desta reflexão a gênese da *formação socioespacial* (SANTOS, 1978), discussão que não pretendo adentrar na presente tese.

Em nosso trabalho, tal compreensão oferece os caminhos para a interpretação das dimensões do presente existentes em São Raimundo Nonato - PI (sertão) dentro do processo de apropriação do território brasileiro por agentes exóticos ao lugar.

Nesse contexto, entendemos que a forma como se espraia a busca por território de agregação econômica brasileira apresenta fragmentação e articulação devido ao processo desigual dos tempos e dos espaços. Nesse sentido, a relação local-global apresenta ações que constituem arranjos contínuos e/ou descontínuos pelas formas de uso do território, que implica diretamente na percepção do lugar. Uma visão geossimbólica gerada a partir do lugar pode ser apreciada via conceito de paisagem

É sempre bom lembrar que, durante muito tempo, a abordagem do lugar foi quase abandonada, reaparecendo como conceito central na Geografia Humanista de bases fenomenológicas na década de 1970, parte da “virada cultural” da disciplina. Um de seus representantes, como já mencionado, Yi-Fu-Tuan, incorpora ao conceito de lugar as questões dos laços de afetividade e dos sentimentos das pessoas em relação ao meio em que vivem. Nesse mesmo momento, Anne Buttimer recorre a Heidegger, por meio da noção de *habitar*, para inserir questões filosóficas ao conceito de lugar. Com o movimento mais amplo de renovação da Geografia, surgiram distintas abordagens acerca do lugar.

No entanto, parece-nos válido esclarecer nossa compreensão desse conceito, que se apoia também nas análises de Santos (1996, 2005), em nosso quadro de referência teórica. Daí, extraímos o pressuposto de que só é possível o desvendamento do conceito de lugar atrelando-o a outros, tais como: formação socioespacial, meio técnico-científico-informacional, horizontalidades e verticalidades, densidades técnicas e densidades comunicacionais, coexistência etc., os quais não seriam passíveis de ampla discussão neste trabalho.

Essa necessidade advém da clareza de que o lugar “é o espaço do acontecer solidário” (SANTOS, 1996), ou seja, não delimitável, possuindo uma existência corporativa e relacional. Ou seja, um sub-espaço que se qualifica pelas ações que ele mesmo vai abrigando, pelo seu papel no processo das mediações, como oportunidade e possibilidade, oferecendo-nos suporte para apreender o uso do território.

Com a aceleração contemporânea, os eventos se multiplicam nos lugares, gerando simultaneamente homogeneização e diferenciação. Afinal, o lugar responde ao mundo de acordo com suas possibilidades, ao tempo como possibilidade, diz respeito à possibilidade e também cria novas possibilidades.

No lugar, se superpõe, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e de tempo (SANTOS, 1996, p. 258).

O lugar nessa perspectiva não pode ser delimitado, em parte devido à sucessão dos eventos. Quando há delimitação, perde-se o lugar, não sendo ente federado, é ativo, copresença e coexistência; ele não é normatizado, muito embora, quando as normas se apresentem, o lugar as supere. A abordagem de Santos, em geral bastante teórica, necessita de uma aplicação prática que a presente tese buscará exercitar, ao mesmo tempo em que se tentará o diálogo com outros aportes de orientação cultural.

Por conseguinte, para a captação empírica do lugar, faz-se imperativo conhecer o território usado através de sua formação socioespacial, que implica diretamente os usos diferenciados do território e, assim, a forma como esses espaços são apreendidos e simbolizados a partir de estruturas superiores ao plano local, ou seja, o imaginário geográfico – o que pode incluir a paisagem.

Partir do *imaginário geográfico* para compreender o papel da *paisagem* na produção de um saber regional e, mais especificamente, de *discursos identitários e territoriais* requer um grande esforço de reflexão epistemológica, de modo a propor uma base conceitual conjugada com a tarefa de trabalhar empiricamente o *simbólico*, contemplando sua indelével transcendência epifânica ou evocativa. Sem pretender abarcar o tema de modo exaustivo, apresento uma tentativa de desenvolver a ideia de que o espaço é, a um só tempo, continente e conteúdo dos signos e símbolos de um imaginário necessariamente impregnado pelas tensões inerentes às relações humanas, tomando-o como função e produto da imaginação que incorpora e reconstrói o real (CASTRO *apud* MACIEL, 2010, p. 32, grifos originais do autor).

No conhecimento geográfico, algumas categorias podem ser entendidas de forma complementar uma a outra. Considerando-se que os fenômenos sociais ocorrem em uma determinada área, ocupada e transformada, e que durante uma porção de tempo, o ser que a transformou também a vivenciou, a ciência geográfica busca uma compreensão do mundo mediante o engajamento e a interpretação desse próprio sujeito.

A Geografia enquanto ciência que se propõe a estudar os fenômenos ocorridos no espaço busca, através de categorias, fortalecer suas bases teórico-metodológicas para assim produzir um conhecimento coerente com as transformações que ocorrem na atualidade, buscando articular forma e significado, pois, “as formas, objetos e atributos da superfície da Terra são impregnados de sentidos e valorizados a partir dos mitos, das experiências concretas de vida e da imaginação dos homens, donde nascem constantemente os sentidos atribuídos à paisagem, que jamais são definitivos” (MACIEL, 2010, p. 36).

Uma paisagem, entretanto, é vista e representada a partir de um dado lugar. O conceito de lugar relaciona-se à origem da própria Geografia, no entanto, nem sempre esteve explícito. A busca de objetividade quase que inviabilizou uma consideração que superasse a significação de localização. Na atualidade, lugar tornou-se um conceito-chave na geografia, porém sua importância nos discursos geográficos só se fez presente a partir dos anos de 1980. Alguns outros aspectos para uma reconsideração do conceito de lugar precisam ainda ser apreciados à luz da evolução histórica da disciplina. Para tanto, realizar-se-á uma pequena digressão. Claval (2011, p.220) atesta que:

Até meados do século XX, a maior parte dos geógrafos, na França e em outros lugares, ignora o diálogo que se estabelece entre sensibilidade humana e ambiente. Alguns sinais premonitórios das mutações que estavam por vir são sensíveis desde os anos de 1950. A mudança para novas de curiosidades só intervém, entretanto, vinte anos mais tarde: torna-se possível por um abalo vindo do exterior, a irrupção da fenomenologia nas ciências sociais.

A Geografia clássica se voltou para o estudo e a confecção de mapas e o lugar era tomado enquanto localização. Conforme afirmava La Blache, no início do século XX, a Geografia era a ciência dos lugares e não dos homens, concepção que permaneceu em voga por 50 anos. O lugar era confundido com o conceito de espaço moldado numa visão de Hartshorne, que seguia uma linha kantiana. Como afirma Gomes (2007, p. 19),

O espaço na visão hartshorneana é o espaço absoluto, isto é, um conjunto de pontos que tem existência em si, sendo independente de qualquer coisa. É um quadro de referência que não deriva da experiência, sendo apenas intuitivamente utilizado na experiência, trata-se de uma visão kantiana, por sua vez influenciada por Newton, em que o espaço (e o tempo) associa-se a todas as dimensões da vida. A geografia é uma ciência que estuda todos os fenômenos organizados espacialmente, enquanto que a história, por outro lado, estudaria os fenômenos segundo a dimensão tempo.

A partir do momento em que os estudiosos da geografia voltam seus estudos para o lugar, categoria diretamente ligada à cultura, a paisagem emerge como complementaridade, haja vista sua vinculação à percepção social. Para Maciel (2010, p. 49),

O interesse pelo tema paisagem resulta das constantes tentativas do discurso e do método geográfico em apreendê-la simultaneamente como *expressão* e *sentido* da espacialidade dos fenômenos. Deste modo, põe-se como problema constante a relação e a propriedade dos conceitos já estabelecidos com a emergência e descobrimento de novos sentidos na ordem espacial do mundo, assunto mais caro à geografia. Este motocontínuo vem alimentando o conjunto da elaboração e re-elaboração do discurso da modernidade, a ciência enfim. (grifos originais do autor)

A partir de então, essas ideias acabaram por influenciar muitos geógrafos humanistas nas décadas seguintes. Incorporaram-se os estudos fenomenológicos nas análises geográficas, fazendo referência à geografia vivida em ato, a partir da exploração do mundo e da ligação do homem com sua terra natal: "a relação do

homem com a Terra como modo de sua existência e de seu destino." (DARDEL, 1990, p. 2).

O lugar aparece como categoria importante para a abordagem da geografia humanística, cuja fundamentação metodológica está associada à fenomenologia e ao existencialismo - também chamado de fenomenologia existencial - pelo diálogo estabelecido entre o homem e seu meio, através da percepção, dos símbolos e da ação (BUTTIMER, 1982). Tuan (1980, p. 4), um dos mais expressivos autores da fenomenologia, afirma que:

O sentido de cada termo tornar-se-á claro em seu próprio contexto. Aqui estão algumas definições preliminares. Percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura. Atitude é primariamente uma postura cultural, uma posição que se toma frente ao mundo. Ela tem maior estabilidade do que a percepção e é formada de uma longa sucessão de percepções, isto é, de experiências (tradução nossa).¹⁷

O ponto de confluência é a relação com a distância geométrica, que obrigaria a construção do mundo onde o próprio corpo seria o ponto de partida. O lugar se relaciona com a investigação que determinado coletivo dedicado à ciência geográfica fez dos conteúdos teóricos e métodos preconizados pela fenomenologia, tendo Tuan seu principal expoente. Segundo Gomes (2010, p. 316),

O estudo sobre o espaço vivido começou a se desenvolver na França independentemente e sem relação com o humanismo fenomenológico anglo-saxão, como nos explica A. Fremont em seu prefácio. De fato, as referências fundamentais dos trabalhos sobre espaço vivido são variadas e parecem ser antes inspiradas nas ciências sociais do que por filiação filosófica precisa. Este movimento de espaço vivido se nutriu essencialmente de uma bibliografia francesa Geografia de primeira metade deste século, sobretudo os de Vidal de La Blache e de Pierre Deffontaines.

¹⁷ No original: *The sense of each term should be clear in the proper context. Here are some preliminary definitions. Perception is both the response of the senses to external stimuli and purposeful activity in which certain phenomena are clearly registered while others recede in the shade or are blocked out. Much of what we perceive has value for us, for biological survival, and for providing certain satisfactions that are rooted in culture. Attitude is primarily a cultural stance, a position one takes vis-à-vis the world. It has greater stability than perception and is formed of a long succession of perceptions, that is, of experience.* (TUAN, 1980, p. 4)

Nesse sentido, temos a direção expressamente ligada à distância, resultando num local estável e inerte, que seria o lugar, concordando com a ideia de Dardel (1990, p. 19) quando afirma que “a situação de um homem supõe um espaço onde ele se move; um conjunto de relações e de trocas; direções e distâncias que fixam de algum modo o lugar de sua existência.”

Décadas mais tarde, a Geografia humanística surge, dando à paisagem uma conceituação mais variada e complexa e superando a ideia de lugar. Na concepção de Dardel (*idem*), *paisagem* se refere às ligações existenciais do homem com a Terra, a Terra como lugar, base e meio de sua realização. A Geografia, durante muito tempo, dedicou esforços para realizar afirmativamente a utopia de humanidade, sofisticando as concepções paisagísticas originais, pois “na medida em que as consciências difusas de cada cultura pudessem ser conhecidas, reunidas e expressas pela ciência, esta promoveria o seu intercâmbio, neutralização ou evolução” (MACIEL, 2010, p. 52).

Fundamentada no entendimento que cada ser humano tem do mundo, a fenomenologia vem complementar a visão de ciência até então presa aos preceitos universais, voltando-se para o individual pois, para Hegel (2009, p. 71),

la certeza inmediata no se posesiona de lo verdadero, pues su verdad es lo universal; pero quiere captar el esto. La percepción, por el contrario, capta como universal lo que para ella es lo que es. Y siendo la universalidad su principio en general lo son también los momentos de que modo inmediato distinguen en ella: el yo es un universal y lo es el objeto. Aquel principio nace para nosotros, por lo que nuestro modo de acoger la percepción no es ya un acoger que se manifiesta, como el de la certeza sensible, sino necesario.

A reflexão fenomenológica vai buscar na pesquisa um dado imediato anterior a qualquer teorização. O seu estilo, a essência e a consciência deste dado, é a intencionalidade. A fenomenologia vai debater o tema da razão viva a partir da problemática da correlação, isto é, o conjunto de problemas suscitados pela relação do pensamento com seu objeto, como afirma Hegel (2009, p. 79):

la determinación del objeto tal como se manifiesta no contiene nada más que esto; dicho objeto debe tener una propiedad esencial, que constituye su simple ser para sí, pero debe tener también en el mismo, en esta simplicidad, la diversidad, que aun siendo necesaria, no constituya la determinación esencial. Pero ésta es una distinción que

sólo reside ya en las palabras; lo no enescial, que debe ser al mismo tiempo necesario, se supera a sí mismo o es aquello que acaba de ser llamado la negación de sí mismo.

Edmund Husserl mostrava na sua investigação que a intuição lógica só consegue escapar à compreensão puramente simbólica quando se funde a uma intuição sensível. A coisa natural é dada em um e por um fluxo incessante de esboços, de silhuetas. Estes perfis, através dos quais as coisas se desenham, são vivências relacionadas à coisa pelo seu sentido de apreensão. Esta indeterminação indica de antemão uma variedade de percepções, cujas fases, passando continuamente de uma a outra, fundem-se na unidade de uma percepção.

Para Eric Dardel (1990), a Geografia não poderia ser vista como uma disciplina científica nos moldes positivistas, mas deveria se referir à inserção do homem-no-mundo, de modo a não lidar apenas com aspectos objetivos ligados a um espaço geometrizado. Ela deveria pressupor um campo de estudos próprio que se refere à existência humana na Terra, a partir de um objeto fenomenologicamente determinado: o "espaço geográfico". Este tem como elemento essencial a "geograficidade", definida como uma "geografia vivida em ato" a partir da exploração do mundo e das ligações de cada homem com sua terra natal.

Nessa perspectiva, a fenomenologia é apropriada pelos geógrafos nos estudos dos lugares. Para Claval (2011, p. 222),

A fenomenologia transformou as perspectivas dos geógrafos que descobrem, porque lhes revela que os lugares não são pontos anônimos num espaço neutros; a Terra não é uma superfície geométrica. É feita de meios físicos onde a vida está por toda parte presente e os homens à sua imagem.

A Geografia humanística emergiu na prática angloamericana da disciplina durante os anos 1960 e foi anunciada como capaz de oferecer uma visão voltada para a pessoa humana, como a disciplina em que se entende o significado, o valor e a significação humana dos acontecimentos da vida, a partir das teorias levantadas por A. Buttimer e Y-fu-tuan.

Os autores que se intitulam humanísticos da década de 1970 e 1980 - como Yi-Fu-Tuan, Buttimer e J. Duncan Jackson - argumentam que qualquer investigação

será subjetiva, haja vista refletir as atitudes e as opiniões do investigador e, por isso, pode ser influenciada até mesmo no campo de estudo. Duas segmentações são possíveis, neste sentido: a primeira é a experiência e a expressão humana do estudo em que se trata o tema em investigação que aparece como um único e o detalhe do todo; a outra, toma as construções intelectuais - como o existencialismo nas Ciências Sociais - e explora a relação entre os seres sociais, passando a conhecer os ajustes da sociedade que ocorrem no tempo e as trocas do espaço na vida ordinária.

Na década de 1970, o conceito de lugar é fortalecido e as conotações locais já não são mais exclusividade nas abordagens. Lukermann seria o primeiro a dialogar com a obra de Sauer e, assim, a formular propriedades locais e definir a Geografia como a ciência dos lugares.

Do diálogo entre os autores Lukermann e Sauer vem a concepção de que a Geografia seria a responsável pela descrição da terra e, para tal, deveria utilizar suas abordagens por ordem. Dessa forma, o sentido do lugar estaria em primeiro plano, pois enfatiza o cultural, a experiência histórica da humanidade.

Desta classificação por ordem, na qual o lugar estaria em primeiro plano, aparece a *topophilia* por explorar sistematicamente cinco campos: a) percepção e estruturação humana do próprio mundo; b) percepção e atitudes ambientais como a dimensão da cultura ou a interação entre a cultura e o meio ambiente; c) tentativas para inferir atitudes e valores ambientais com o auxílio de pesquisas, questionários e testes psicológicos; d) mudança na avaliação ambiental como parte de um estudo da história das ideias ou da história da cultura; e) significado e história de ambientes como a cidade, o subúrbio, o campo e o selvagem.

A *topophilia* estuda os sentidos e os traços comuns da percepção, aborda os mundos individuais a partir das diferenças e preferências de cada um, investiga as percepções comuns a partir da cultura e das atitudes ambientais e estuda a cidade como síntese desses campos, pois o espaço humanizado seria a materialização das atitudes atuais e passadas para com o ambiente.

Exatamente através das faculdades imaginativas dos grupos e indivíduos que o estudo dos lugares ganha expressividade porque o conceito primordial da Geografia

seria o de localização definido como a relação entre o arranjo interno com o seu entorno, isto é, o lugar.

A análise do lugar vai além do inventário dos arranjos da área, mas procura entender a forma como o indivíduo vê o mundo, suas crenças, os padrões objetivos e subjetivos dos lugares. A base teórica é evidenciada no artigo *Space and Place: Humanistic Perspective*, publicado por Tuan em 1979, em que levanta as possibilidades de definição da geografia, introduzindo o tempo como conceito em constante interação com o espaço.

Tais assertivas direcionam para a semelhança entre mundo, definido pelos defensores da fenomenologia, e lugar, definidos pelos geógrafos humanísticos. Para os primeiros, a percepção é sempre a totalidade, abrangida em um horizonte distante. Tuan defende que o mundo é um campo de relações estruturado a partir da combinação entre o eu e o outro, palco do desenrolar da história, e que, portanto, deve ser apropriado pela Geografia.

Mas como um único e complexo conjunto - enraizado no passado e crescendo no futuro - e como símbolo, o lugar clama pelo entendimento humanista. Na tradição humanista os lugares têm sido estudados a partir das perspectivas histórica e literário-artística. Nos falta, contudo, análise sistemática. Exceto a dissertação de Edward Relph, a literatura sobre este tópico - seguramente de importância central para os geógrafos - tem sido, e continua sendo, negligenciada. Aprendemos a apreciar a análise espacial, a erudição histórica e a fina prosa descritiva, mas o entendimento filosófico, baseado no método e ponto de vista dos fenomenologistas, ainda está além do alcance de nossos conhecimentos. Neste ensaio será introduzida a perspectiva fenomenológica. Não me deterei, no entanto, apenas nela e tentarei evitar uma linguagem técnica." (TUAN, 1979, p. 389).

Anne Buttimer, no ano de 1976, apresenta um elo de ligação entre a Geografia e a fenomenologia. Para a autora, a fenomenologia vê cada pessoa como tendo um lugar natural, considerado como o ponto inicial do seu sistema de referências pessoais. Este sistema de referências pessoais é definido a partir da associação de espaços circundantes e uma série de lugares que se fundem em regiões significativas, cada qual com uma estrutura apropriada e orientada em relação a outras regiões, reforçando o entendimento dos objetos pelo próprio ser. Como afirma Hegel (2009, p. 70),

La necesidad para la conciencia de la experiencia de que la cosa se derrumba precisamente a través de la determinalidad, que constituye su esencia y su ser para sí, puede resumirse, ateniéndose al concepto simple, en los siguientes términos. La cosa se pone como ser para sí o como negación absoluta de todo ser otro y, por tanto, relacionada solamente consigo; ahora bien, la negación relacionada consigo es la superación de sí misma, o el tener su esencia en otro.

Através da percepção, os estudos fenomenológicos se fortalecem, pois são enfatizados os diálogos entre as pessoas e os objetos e, conseqüentemente, os lugares onde, na prática, esse diálogo é submetido ao dinamismo ao qual os agentes humanos atribuem algum significado possível através da experiência. Na asserção de Tuan (1980, p. 6),

O significado de espaço se funde com o de lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que conhecemos melhor e o dotamos de valor... As ideias de espaço e lugar não podem ser definidas uma sem a outra.

Para Maciel (2004, p. 69),

Outra herança duradoura das pesquisas fenomenológicas em geografia é a tentativa de refinar a noção de “mundo da vida” referida por Buttimer, colocando o espaço entre os fatos básicos da existência humana, donde vem uma maior atenção ao conceito de “lugar”, que ao contrário da paisagem não seria concebido enquanto mera coleção de objetos ou eventos empiricamente observáveis, mas como expressão da existência humana no espaço e um repositório de seus significados.

Por esta inclinação, a abordagem sobre lugares remete à abordagem sobre o mundo, na medida em que os dois são produtos da consciência humana em meio ao racionamento com o ambiente exterior. Tuan (1975) propõe essas definições para discutir os significados do lugar e a Geografia, ao debruçar-se sobre o estudo dos lugares, deve levar em consideração duas óticas: lugar enquanto localização e enquanto um artefato único.

Entendemos que apreender o lugar é contextualizá-lo nas suas várias concepções teóricas. Dessa forma, procura-se evidenciar meios pelos quais se chegue a um ponto de convergência entre as correntes das Geografias Humanística e Crítica. A Geografia cujas abordagens inclinam-se para a crítica e a humanística tratam o lugar de maneira diferente, porém há uma complementação entre elas. Gomes (2010, p. 306) afirma que,

No caso da geografia humanística, se todos estão de acordo em refutar o modelo científico anterior, não há, entretanto, um verdadeiro consenso em torno de um novo modelo a adotar. Certos humanistas aproveitam-se inclusive desta ausência de modelo, para afirmar a identidade deste movimento tomando como argumento que o apego a um procedimento fixo é a prática da ciência que eles querem precisamente condenar. Essa não é, no entanto, a posição dominante, e o fato de que o humanismo tenha precisado ser qualificado de marxista, existencialista ou fenomenológico, é a prova de que nem todos compartilham da proposição de uma ciência sem métodos.

A partir da complementação das abordagens teóricas, é possível a apreensão teórica do lugar enquanto um espaço vivido e uma construção socioespacial. Isso vem ao encontro das reflexões sobre os bairros rurais e as mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas que ocorrem em seu interior, sobretudo em virtude do crescimento das atividades sem vínculos agrícolas.

A Geografia Crítica subsidia seus estudos sobre os lugares com análises mais abrangentes, incorporando a ação dos fenômenos externos. Já a Geografia Humanística considera os elementos internos como responsáveis pela construção do lugar. Assim, o lugar deixa de ser um mero espaço vivido e passa a ser uma construção socioespacial evidenciada pela experiência que, na visão de Tuan (1980, p. 10), “está voltada para o exterior, ver e pensar vão além do eu.” O lugar não deve estar associado a uma necessidade antropológica e nem a um local cognitivo, mas na integração das ações e dos atores, dos grupos e das trocas materiais e imateriais.

A Geografia toma como objeto de estudo o lugar a partir do momento em que se volta para as discussões sobre os aspectos sociais, mais precisamente depois de ter avançado nas conceituações críticas, sendo que este conceito se fundamenta na vertente humanista. Após fazer uma análise de conceitos relacionados a lugar proferidos por Relph, Entrikin e Tuan, Maciel (2004, p. 70) afirma que:

Lugar daria acesso aos significados subjacentes da paisagem, sendo esta um conceito menos rico posto que mais contaminado pelos pressupostos e dogmas científicos. O enfoque da geografia humanista supunha que o “sentido de lugar” não poderia ser estudado objetivamente, visto que ele se remete aos sentimentos e intuições do *insider*. Como se percebe, a lacuna resultante do exagero conferido pela fenomenologia à intencionalidade humana trouxe certas dificuldades à geografia, a começar pela suposta anterioridade da experiência imediata em relação às ideias da ciência. O debate

prosseque nos dias de hoje, podendo haver uma reaproximação entre o lugar, que não é puro sentimento, e a paisagem, que não se restringe à imposição dogmática de um simbolismo. (grifos nossos)

Espaço e lugar são expressões interligadas e à medida que conhecemos e atribuímos alguma importância, algum valor, para o espaço, o lugar se engendra. É como se os lugares formassem a rede articulada do espaço. O lugar advém do espaço na medida em que agimos intencionalmente quando focalizamos o espaço em torno das experiências, sejam casuais, simples, banais ou aquelas que causam impactos, as que chamamos de experiências fenomenais (TUAN, 1983).

Os autores humanistas afirmam que o lugar está mediatizado pelo espaço através das experiências e a essência é o centro onde são experimentados os eventos mais expressivos de nossa seleta vida e nossas ações no ambiente: viver, habitar, consumir, trabalhar, entreter-se, usufruir o lazer, o prazer etc. Holzer (1999) afirma que, tanto para o indivíduo como para o grupo, o aumento da abrangência impossibilita um relacionamento espacial direto, remetendo-nos a uma visão cada vez mais esfacelada dos lugares.

A superação da dicotomia entre um mundo material inerte e um universo psíquico livre e criativo dos indivíduos, deve-se investigar no papel cognitivo das simbologias. A reciprocidade com o ambiente teria origem no comportamento cognitivo inerente aos homens, existindo diversos níveis de “educação” que se sobreporiam no processo de instauração do imaginário (MACIEL, 2004, p. 71).

No que se refere aos lugares, Milton Santos (1999) é incisivo ao afirmar que a ordem global tenta impor uma racionalidade homogeneizante, no entanto, os lugares seguem sua própria racionalidade a qual contra-argumenta e enfrenta essa racionalidade única. Assim, a relação local-global está manifesta da seguinte maneira: enquanto o global expõe as escalas superiores e externas, no local funda-se a escala do cotidiano, que está pautado na comunicação, na vizinhança, na emoção, na intimidade e na cooperação. Nesse sentido, cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente.

É no lugar que se expressa a soma de objetos e o sistema de relações, de forma objetiva e subjetiva, aparência-essência, mediato-imediate, real e simbólico. De maneira que, no sertão do Nordeste – e especialmente em São Raimundo Nonato, para o caso desta tese – é possível presenciar os pares dialéticos: o novo e o velho,

o tradicional e o moderno, o exógeno e o endógeno, enfim, as mudanças e as permanências.

Seguindo as orientações de Tuan (1979), dentre outras unidades, o lugar está ligado pela rede de circulação. Portanto, tem mais substância que localização, é uma entidade única, um conjunto que tem história e significado. O lugar incorpora as experiências e as aspirações das pessoas. Nesse sentido, não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado.

A busca dos geógrafos humanistas foi para definir o lugar como uma experiência que se refere, essencialmente, ao espaço e como ele é vivenciado pelos seres humanos.

Para Tuan (1979) *apud* Holzer (1999), espaço e lugar definem a natureza da Geografia. Mas o lugar tem uma importância ímpar para a Geografia humanista. Afinal, se para as técnicas de análise espacial, o lugar se comporta como um nó funcional, para o humanista, ele significa um conjunto complexo e simbólico, que pode ser analisado a partir da experiência pessoal de cada um - a partir da orientação e estruturação do espaço ou da experiência grupal (intersubjetiva) de espaço — como estruturação do espaço mítico-conceitual. Relph (1976, p. 1) afirma que:

Os geógrafos têm falado muito sobre a importância do lugar como centro singular da geografia. Assim como a Astronomia tem o céu, a História tem o tempo, a Geografia tem o lugar. Uma pergunta importante que os geógrafos devem fazer mais cedo ou mais tarde, sem dúvida, “é o que é exatamente o lugar?” É apenas um sinônimo de localização ou um conjunto único da natureza, ou um conjunto único de natureza e cultura, ou poderia ser algo mais?¹⁸ (tradução nossa)

Assim, em nossa pesquisa em São Raimundo Nonato - PI, percebemos como o uso do território pode revelar o lugar e, ao estudá-lo, podemos entender os múltiplos

¹⁸ No original: *Geographers have long spoken of the importance of place as the unique focus distinguishing geography from other disciplines. Astronomy has the heavens, History has time, and Geography has place. A major question that geographers must sooner or later ask, however, is “What exactly is place?” Is it merely a synonym for location, or a unique ensemble of nature and culture, or could it be something more?* (RELPH, 1976, p. 1)

usos do território — o território como abrigo. Tal compreensão pode se dar pelo viés do hibridismo e/ou do multiculturalismo, pois o lugar não é aparência ou essência, mas aparece como tensão. Ao recorrer a sua relação com o território e a formação regional no sentido mais político, também optamos por nos distanciar de uma abordagem puramente subjetivista ou psicológica do lugar, aproximando-nos das contribuições da geografia humana brasileira de corte miltoniano.

3.2 A apropriação do território brasileiro: o avanço do processo produtivo e a significação das áreas incorporadas aos interesses distantes

No Brasil, principalmente no Nordeste semiárido, o processo de modernização ocorre mais tardiamente por ser uma área periférica do sistema capitalista. Logo, pode-se considerar que essa modernização tardia, ao chegar de maneira brusca, transforma também de maneira abrupta todo o modo de viver e pensar das pessoas que vivem no espaço receptor.

Através do sistema capitalista, a sociedade vai construindo seu espaço e, conseqüentemente, vai sofrendo mutações na sua maneira de viver e de conceber o ambiente. Por essa perspectiva, a abordagem sobre algumas categorias deve ser revista, no sentido de acompanhar os desdobramentos que os momentos históricos e a conjuntura sócio-econômico-cultural condicionam.

Tomando como referência o termo *sertão*, pode-se afirmar que ele esteve presente no pensamento do povo brasileiro, não só do sertanejo, como também e principalmente dos considerados civilizados, “valorizado positiva ou negativamente, pode ser comparado a outros lugares em que os dilemas de um processo civilizatórios, visto por uns como inevitável, e por outros como passível de uma escolha, se fizeram sentir” (LIMA, 1999, p. 35).

Seguindo na mesma linha, Silva (2010, p. 112) afirma que:

No primeiro século de colonização da zona açucareira, foi-se construindo uma oposição entre as regiões colonizadas da América portuguesa e aquelas não inseridas na jurisdição metropolitana. As primeiras, associadas ao litoral, devido à própria natureza do empreendimento canavieiro. Criou-se, assim, uma dicotomia entre espaço considerado civilizado e aquele considerado selvagem. E até o apogeu da região mineradora no sec. XVIII, a área açucareira ditou o padrão de civilização para o imaginário colonial, enquanto os interiores passaram a ser designados como sertão.

Ao longo da história do Brasil, privilegiaram-se os espaços mais propícios ao lucro para atender as demandas externas. Desse modo, a ideia de civilização parte destes espaços geradores de lucro e todo o território é pensado a partir das ideias das elites locais.

Por um longo período, grosso modo, o Brasil foi considerado em duas vertentes: de um lado, a que segue o ritmo do pensamento europeu; do outro, a que segue em um ritmo próprio, esquecida ou com pouco contato com os centros “modernos”; ainda, espaço que, na visão do “civilizado” está desocupado. Daí o porquê da importância do termo *sertão* que, “de acordo com os estudos, a palavra seria oriunda de *desertão*; seu sentido encontrava-se, segundo dicionários da língua portuguesa dos séculos XVIII e XIX, em uma dupla ideia – a espacial e a social de deserto, região pouco povoada” (LIMA, 1999, p. 57).

Considerando que o processo de exploração do Brasil dá-se pelo litoral, é fácil entender como eram muitas as áreas não inseridas nos processos produtivos que atendessem as demandas externas. Segundo Holanda (1976, p. 66),

Os portugueses, esses criavam todas as dificuldades às entradas terra a dentro, receosos de que com isso se despovoasse a marinha. No regimento do primeiro governador Geral do Brasil, Tomé de Souza, estipula-se, expressamente, que pela terra firme a dentro não vá tratar pessoa alguma sem licença especial do governador ou do provedor-mor da fazenda real, acrescentando-se ainda que tal licença não se dará, senão a pessoa que possa ir “a bom recado e que de sua ida e tratos se não seguirá prejuízo algum, nem isso mesmo irão de huas capitancias para outras por terra sem licença dos ditos capitães ou provedores posto que seja por terra que estão de paz para evitar alguns inconvenientes que se disso seguem sob pena de ser açoutado sendo pião e sendo de moor qualidade pagará vinte cruzados a metade para os cativos e a outra para quem açoutar”.

Os portugueses não se interessavam em adentrar o interior, chegando até a restringir tais empreendimentos. O controle da nova terra dava-se pelo litoral e as forças das leis régias não conseguiam abranger todo o interior, o que fazia do Brasil um território em que conviviam duas realidades: uma ligada a Portugal e outra fora do alcance das leis portuguesas. Daí ser comum o uso do termo *sertão* “que expressou fronteira da colonização, campo de atividades bandeirantes, lugar onde se procuravam minérios e guerreavam-se contra os índios, degolando os homens e escravizando as mulheres e crianças” (NEVES, 2003, p. 2).

Os fundamentos do processo de produção das atividades que integram o Nordeste não açucareiro está ligado diretamente às relações do fornecimento de animais de trabalho e de carnes às populações litorâneas do chamado Nordeste Oriental e, também, à zona de mineração. Atividade diretamente voltada para dentro do Brasil e que não era bem vista por parte da metrópole, razão pela qual foi decretada a ilegalidade de se exercer a atividade no litoral.

Nesse contexto de interiorização, as relações entre litoral e interior eram lentas, pois verificamos que o único meio de transporte era o cavalo, por esta razão que se fortalece a compreensão do contraste entre o interior e o litoral, um mundo estranho ao outro. No litoral, o homem “civilizado”, o empreendedor que está atento aos acontecimentos na Europa, aos valores do açúcar no mercado europeu, às últimas novidades da indústria. Do outro lado, os remanescentes “selvagens” que, para sobreviver, buscaram refúgio nas áreas longe dos interesses “civilizados”, dos que não obtiveram sucesso no litoral e tiveram que arriscar tudo em busca de riqueza, além dos grandes latifundiários que pretendiam aumentar suas propriedades. Conforme relata Silva (2010, p. 136),

Grandes latifundiários como Garcia D' Ávila, da Casa da Torre, vaqueiros nomeados pelos proprietários e mesmo pequenos produtores, são os empreendedores da conquista do sertão à medida que vão instalando os currais de gado. Também o são soldados e oficiais de diferentes forças militares que ganham sesmarias por serviços prestados em guerras de conquista. O estabelecimento inicial de colonos/conquistadores portugueses no interior subordinado à zona açucareira se dá, dessa forma, a partir da pecuária, que assume um caráter de atividade subsidiária da produção açucareira, empurrada para longe da costa e dos núcleos urbanos litorâneos, no afã de proteger toda a terra cultivável para a cana. A Coroa chega

mesmo, nesse contexto, a proibir a criação de gado a menos de dez léguas da costa, em 1701.

Do ponto de vista da integração com os centros mais dinâmicos do mundo, o Nordeste agrário não-açucareiro começará a ser redefinido completamente pela entrada do algodão. Os desdobramentos conjunturais da época implicam a busca de alternativas de produção para alimentar a indústria têxtil inglesa. A partir daí, a demanda mundial começa a crescer. O Nordeste semiárido, por suas condições ecológicas para a produção de algodão de fibras longas, é chamado a fornecer esta matéria-prima para alimentação da indústria europeia. É nesta época que o capital estrangeiro se faz presente nas áreas mais distantes do Nordeste açucareiro propício à produção de algodão, através da implementação de vias de escoamento, principalmente as vias férreas. Podemos, então, concluir que essas intervenções nas áreas mais afastadas do litoral sofrem uma forte influência dos centros e dos hábitos litorâneos e há maior rapidez na mobilidade entre estas duas localidades.

A expansão do sistema capitalista de produção ocorre mediante ciclos sucessivos, determinados pela mudança na composição orgânica do capital. Tais ciclos - ou ciclo capitalista, de forma genérica - são a forma que tomam as mudanças na composição orgânica do capital. Neste sentido, processam-se as funções do espaço, que implicam diretamente sobre a sociedade, que acaba por dar outro sentido ao lugar. Tomando como exemplo o Nordeste açucareiro, nos anos subsequentes à década de 1930, o sistema agroindustrial voltado à produção do açúcar perde posição de forma alarmante. O próprio setor têxtil entra em decadência, e o “Nordeste” algodoeiro-pecuário começa a perder terreno para o algodão herbáceo produzido no Centro-Sul.

A história político-social do Brasil foi exageradamente “homogeneizada”, uniformizada do ponto de vista teórico, na chamada “interpretação” do Brasil, para além do que a própria tendência de homogeneização da reprodução do capital em escala nacional conduzia. A expansão capitalista no Brasil no pós-1930, sobretudo na década de 1950, cria uma estrutura social que começa a diferenciar-se e a polarizar-se assumindo o comando da economia em termos nacionais.

3.3 O Estado enquanto mediador da apropriação do território nacional tendo como principal vetor a expansão do capital

A apropriação e o gerenciamento do território brasileiro por parte do poder público foi uma tarefa de difícil condução. Se nos detivermos mais profundamente nas reflexões sobre como a organização governamental se deu ao longo do recorte histórico, chegaremos à conclusão de que esta foi uma tarefa árdua, mas só assim se efetivaria a unificação e a exploração dos recursos existentes em todos os recantos do Brasil, integrando-o à economia mundial e fortalecendo as tentativas de homogeneização dos aspectos sociais. Para Becker (2011, p. 37),

Ao longo dos diferentes fases da incorporação do Brasil na economia-mundo, a sua economia política apresentou três padrões: o de colônia, o de império mercantil e o de capitalismo industrial periférico. Estes três padrões se estendem desde os primeiros assentamentos portugueses até a formação do estado moderno e a industrialização. Só no final dos anos 60, o Brasil emergiu como semiperiferia da economia-mundo, transformando-se numa potência regional na América do Sul.

Na tentativa de incorporação do Brasil na economia-mundo, o Estado vai se apropriando, através de suas políticas para produção do espaço, “que cada vez mais arregimenta objetos artificiais povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidades, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e aos seus habitantes” (SANTOS, 2009, p. 63). Essa incorporação traz consigo todos os desdobramentos de uma sociedade que cada vez mais adota costumes homogeneizados de uma cultura-mundo.

Como mediador de conflitos, promotor e regulador de normativas, o Estado é a expressão mais completa de uma sociedade que se encontra no ápice do capitalismo. E, como sabemos, para este sistema é importante que os costumes sejam homogeneizados para que a oferta de mercadorias seja facilitada. Por essa perspectiva, as ações do Estado devem contemplar um sistema que reforce uma homogeneização. Por isso, faz-se necessário conhecer a área de domínio, e é nesse

sentido que aparece a regionalização para, a partir daí, aplicar o planejamento. Este deve estruturar-se com base científica, de negociação, de conhecimento dos problemas de ordem natural e social, de iniciativas consistentes e de objetivos claros, para assim ter eficiência, considerando-se que existem vários interesses envolvidos. Para Camargo (2009, p. 26),

O ordenamento da sociedade, hoje mais do que nunca, passa pela interferência direta na organização espacial, onde as formas geográficas são reestruturadas de acordo com o interesse do planejador a partir da inserção do território específico na ordem mundial. Assim o planejamento/gestão deixa de ser uma concepção de análise puramente econômica, tornando-se ideológica, pois remete à manipulação das formas da paisagem geográfica, usando-as para o controle do capital.

A questão da organização territorial do Brasil é uma realidade que acompanha o esforço de seus governantes desde os tempos primeiros. Porém, nem sempre foi possível tal façanha, haja vista a grande extensão do nosso território. Segundo Becker (2009, p. 37),

O período colonial foi caracterizado pela implantação de firmas mercantis europeias baseadas no trabalho escravo e na grande extensão territorial. Foi seguido por um longo período de mercantilismo escravocrata nacional (1820-890) sob a forma política de um império. Esta forma política conseguiu manter unidas sob a autoridade única as diversas e frágeis economias regionais.

O Brasil, como extensão territorial de Portugal, por muito tempo ficou à mercê da sorte. Apenas pontos estratégicos recebiam um olhar diferenciado por parte da metrópole. De acordo com Costa (2001, p. 29),

Diante da vastidão e dificuldades de penetração do território, de um lado, e da carência populacional dos colonizadores (portugueses dispostos a migrar para o Brasil), de outro, além das dificuldades de controlar militarmente o imenso litoral e as áreas fronteiriças a oeste, a coroa portuguesa preferiu optar pela colonização semi-privada, concedendo aos colonos o máximo de autonomia.

Com a vinda da família real para o Brasil, vários ajustes foram implementados no campo das fronteiras, da economia e da educação, dando maior autonomia ao país. Contudo, não foi possível elaborar uma prática política que contemplasse todo o território e a preocupação principal foi efetivar sua ocupação. Gomes (2007, p. 49) informa que:

O mapa do Brasil de 1808 já era muito semelhante ao atual, com exceção do Estado do Acre, que seria comprado à Bolívia em 1903. Além disso, durante o governo de D. João VI haveria uma breve mudança na fronteira ao Sul. A província Cisplatina seria anexada ao Brasil em 1817, mas declararia sua independência onze anos mais tarde para se tornar o atual Uruguai. O Tratado de Madri, de 1750, tinha revogado o antigo tratado de Tordesilhas e redesenhado as fronteiras das colônias portuguesa e espanholas com base no conceito de ocupação efetiva do território.

A independência traz grandes transformações no contexto interno do Brasil. A partir dela, chega-se ao fim do regime colonial, consolida-se a formação de uma elite política e econômica representada pelos grandes proprietários de terras.

A ocupação e o povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio do amplo processo de expansão marítima resultante do desenvolvimento das empresas comerciais europeias. Como decorrência da busca de novas rotas para o oriente pelos países ibéricos (BECKER, 2009, p.40).

Se durante o Brasil Colônia a gestão era efetivada a distância, no Império, mesmo com a vinda da corte para o Brasil, a gestão continuava dessa forma, haja vista a extensão territorial, pois não se dispunham de meios eficientes para o total conhecimento do Brasil em um tempo curto. O polo dinâmico havia se deslocado do Nordeste para o Centro-Sul e isso fortaleceu uma elite que, em tempos posteriores, iria centralizar o poder político da República.

Para entender como se dá o processo de apropriação dos territórios em países como o Brasil, faz-se necessário o entendimento do desenvolvimento capitalista dos últimos séculos que, segundo Santos (1997), distinguiu cinco períodos técnicos que se sucedem no tempo. Cada etapa equivale a uma sucessão de sistemas que se modernizam, funcionando em etapas evolutivas de acumulação do capital e de organização territorial. Esses períodos, ao se sucederem, determinam paisagens próprias que atendam novas linhagens de objetos que se apresentam a serviço dos interesses dominantes no espaço.

A partir das funções de cada porção do espaço, o Estado vai se estruturando e compactando suas ações, reforçando e propagando um modo de vida homogeneizado. Automaticamente, as peculiaridades locais se imbricam com as

peculiaridades do mundo e o homem já não enfrenta um estranhamento da diversidade cultural, porém isso ocorre de modo gradual e está diretamente relacionado como a porção do espaço que é chamada a integrar-se ao sistema vigente. Santos (2009, p. 96) corrobora essa ideia quando afirma que:

Todo e qualquer período histórico se afirma com um elenco correspondente de técnicas que o caracterizam e com uma família correspondente de objetos. Ao longo do tempo, um novo sistema de objetos responde ao surgimento de cada novo sistema de técnicas. Em cada período, há, também, um novo arranjo de objetos. Em realidade, não há apenas novos objetos, novos padrões, mas, igualmente, novas formas de ação. Como um lugar se define como um ponto onde se reúnem feixes de relações, o novo padrão espacial pode dar-se sem que as coisas sejam outras ou mudem de lugar. É que cada padrão espacial não é apenas morfológico, mas, também, funcional. Em outras palavras, quando há mudança morfológica, junto aos novos objetos, criados para atender a novas funções, velhos objetos permanecem e mudam de função.

Uma das formas de atender o interesse global passa, primeiramente, pela gestão do território quanto à infraestrutura na Europa. As primeiras ações para a circulação do capital foram as ferrovias, que surgiram ainda na Primeira Revolução Industrial, destinadas a atender às necessidades industriais. No Brasil, as ferrovias surgem quase que concomitantemente à Europa, com o diferencial de atender às demandas de uma economia primária exportadora. Mais tardiamente, a indústria se espalha e chega ao Brasil. Quando isso acontece, as ferrovias não mais protagonizam o desenvolvimento industrial, como na Europa, e sim o sistema rodoviário.

A partir dos anos 1940 e, principalmente, 1950, o processo de industrialização vai se intensificando e se tornando mais presente em muitos pontos do território. Apesar de estes pontos estarem no litoral ou proximidades, o Estado preocupa-se em criar uma malha rodoviária integrando o Brasil de Norte a Sul, de Leste a Oeste. O país passa de uma economia agrária exportadora a uma forçosa economia industrial e urbana. Esse período é marcado por um intenso processo migratório no Brasil, principalmente para cidades concentradoras de capital e poder político e privilegiadas pelos investimentos públicos. Essa nova conjuntura industrial vai impondo sua lógica na formação socioespacial brasileira. Temos, então, uma mudança na divisão do trabalho, ressignificando as ocupações da população, na qual o salário passa a ser situação *sine qua non* para a “felicidade social”. Em consequência dessa

reestruturação, há uma expansão da classe média e uma consolidação da burguesia nacional, em grande parte oriunda das oligarquias agrárias.

Nessa conjuntura de expansão da atividade industrial, vemos a consolidação de um Estado como o principal agente de investimentos em infraestrutura e dotado de um poder bem mais centralizador no sentido de atender aos investimentos da economia-mundo, atrelado a uma burguesia nacional que se consolida inicialmente em São Paulo para depois se espriar para o resto do país.

As regiões Norte e Nordeste, enquanto receptoras de capital nesse recorte histórico, foram pouco beneficiadas nesse processo. Na formação inicial do processo de modernização, as mudanças imediatas fixaram-se de forma pontual quase sempre em cidades do litoral e sua hinterlândia. O principal motivo foi a produção do café que, conseqüentemente, implicou significativa reestruturação do território.

Temos com a modernização um número de objetos técnico-científicos criados para desenvolver papéis eficazes para a produção de mercadorias que, por sua vez, devem ser objeto de desejo de uma parcela cada vez maior de pessoas. Neste sentido, é possível afirmar que a criação material e organizacional sobre o território brasileiro foi produzida pelas necessidades de realização de novas racionalidades e funcionalidades, envoltas pelo processo de modernização e respondem por ações cada vez menos ligadas ao lugar.

O uso do território brasileiro nos primeiros momentos do contexto moderno teve o movimento dialético de flexibilidade-rigidez, elementos significadores de uma diferenciação socioeconômico-cultural que marcaram os lugares. Os usos desses lugares foram diferentes, dependentes das oportunidades oferecidas ao funcionamento do mundo.

Por conta da diferenciação do uso do território, depois da Segunda Guerra Mundial intensificaram-se as tentativas de organização e planejamento. No Governo Dutra, houve investimentos nas áreas de saúde, alimentação, transportes e energia, via direcionamento orçamentário do Estado junto a investimentos privados e empréstimos internacionais. Já no Governo JK, fortalece-se a parceria entre setor público, privado e capital internacional para alavancar a industrialização. Isto só seria

possível com a formação de mão-de-obra, estimulando o setor energético, de transporte e de indústria de base. Alguns estudiosos do planejamento são categóricos em afirmar que, na gestão de JK, havia trinta objetivos em cinco grandes metas: energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação para formar o corpo técnico. Nota-se que os espaços eram seletivos dentro do contexto do Brasil, uma país de dimensões continentais. No governo Goulart, programa-se o plano de transição econômica. Este modelo busca a substituição de importações para superar desequilíbrios estruturais da economia brasileira, além de uma reforma fiscal. Na gestão Castelo Branco, programa-se uma ampla reforma da política econômica, dando especial atenção ao plano institucional. São revistas questões tributárias, monetárias, trabalhistas, fiscais, monetário-financeiras, habitacionais e de comércio exterior, através de uma reorganização do Estado. Há expressiva expansão do setor estatal através de criação de empresas públicas e com intervenção direta na economia nacional.

Na tentativa de atender interesses particulares ou coletivos, muitos foram os planos para a gestão do Brasil: Plano Decenal; Programa Estratégico de Desenvolvimento; Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo; Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND-I); Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND-II); Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND-III); Planos Plurianuais (PPAs); Planos de estabilização macroeconômica, divididos em: Plano Cruzado, Plano Cruzado II, Plano Bresser, Plano Verão, Plano “Brasil Novo” ou Plano Collor, Plano Collor II, Fundo Social de Emergência (primeira e segunda fases do Plano Real) e, finalmente, o Plano Real¹⁹.

Para o entendimento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional da gestão Lula, faz-se necessário refletir sobre a história do Brasil bem como da própria sociedade ocidental, marcada pelo fortalecimento do capitalismo, no qual as dualidades riqueza x pobreza, concentração x dispersão, produção x consumo, são marcantes.

¹⁹ Reforma monetária, com substituição do meio circulante pelo real; fim da indexação, sem congelamento de preços, câmbio administrado com liberalização progressiva dos fluxos de capitais; intenso processo de reformas no âmbito do Estado e no ambiente regulatório de vários setores da economia.

Na atualidade, o território caracteriza-se pelo número crescente de objetos técnico-científicos, construídos a partir de um processo histórico, capazes de assumir papéis cada vez mais específicos e eficientes na difusão do sistema capitalista. Acompanhando esses delineamentos, as políticas de gestão territorial vêm se fortalecendo ao longo do século XX. Elas foram conduzidas pelas necessidades de realização de novas racionalidades e funcionalidades, envoltas pelo processo de modernização. Para atender a esse processo de reprodução do capital, requer-se crescentemente mais eficiência do Estado na produção de ações.

Nessa perspectiva, temos novas funcionalidades nos mais diversos espaços no Brasil. Várias porções destes lugares são chamadas a integrar-se ao sistema capitalista. Isso diminui as distâncias conceituais entre o moderno e o arcaico, ou seja, aquelas velhas questões sobre sertão e litoral — sertão como lugar de povo incivilizado e litoral, de povo civilizado — perdem forças para dar lugar a outro tipo de discussão. Dentro do sistema capitalista, o esforço conceitual dá-se no sentido de econômico, no qual o incivilizado seria o lugar de baixo consumo. Daí, o sertão passa a ser a periferia do sistema capitalista, agora não mais relacionado com a distância geográfica em relação às cidades, mas bem próximo delas.

3.4 A inserção de novos lugares na dinâmica produtiva e o impacto para o semiárido *sertão*

A apropriação do território, consoante Raffestin (1993, p. 143), “é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível, pelos mais variados grupos de interesse.” É prudente entender que essa apropriação está diretamente ligada a uma conjuntura que passa pelo viés históricoeconômico e, conseqüentemente, político.

O Nordeste brasileiro, que durante muito tempo foi o centro econômico do país, perde sua hegemonia para o Sudeste e passa a figurar como a região-problema da nação. Para Araújo (2000, p. 3),

No final dos anos cinquenta, o relatório do Grupo de Trabalho para o

Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que fundamentou a estratégia inicial de ação da SUDENE, constatava que nas décadas anteriores a característica mais importante da base produtiva instalada na região era seu fraco dinamismo. Enquanto a indústria comandava o crescimento econômico no Sudeste, o velho setor primário-exportador implantado no Nordeste dava mostras de sua incapacidade para continuar impulsionando o desenvolvimento econômico.

Criado em 1958, coordenado pelo economista Celso Furtado, o Grupo de Trabalho Para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) tinha como finalidade estimular a industrialização como forma de superar as dificuldades da região enquanto fornecedora de matéria-prima. Com o GTDN, foi feita primeira análise teórica das desigualdades regionais no Brasil.

No ano seguinte, o Governo Federal cria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Lei nº 3.692) como resposta ao problema de ordem ambiental que assolou a região em 1958 — a seca, nomeando Celso Furtado como primeiro superintendente. O fim da década de 1950 é marcado pelo fortalecimento do discurso de modernização da economia nacional e muitas ações políticas são elaboradas. Conforme aponta Araújo (2000, p. 3),

A partir dos anos 60, impulsionadas pelos incentivos fiscais (34/18 – Fundo de Investimento no Nordeste - FINOR e isenção do imposto sobre a renda, principalmente), por investimentos de empresas estatais do porte da PETROBRÁS (na Bahia) e da Vale do Rio Doce (no Maranhão), complementados com créditos públicos (do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e Banco do Nordeste do Brasil - BNB, particularmente) e com recursos próprios de importantes empresas locais, nacionais e multinacionais, as atividades urbanas (e dentro delas, as atividades industriais) ganham crescentemente espaço no ambiente econômico do Nordeste e passam a comandar o crescimento da produção nessa região brasileira, rompendo a fraca dinâmica preexistente. Entre 1967 e 1989, a agropecuária reduziu sua contribuição ao PIB regional de 27,4% para 18,9%, sendo que, em 1990 (ano da seca, que afetou consideravelmente a produção da zona semi-árida), esse percentual caiu para 12,1%. Enquanto isso, a indústria passou de 22,6% para 29,3%, e o terciário cresceu de 49,9% para 58,6%, segundo dados da SUDENE para o período.

Com o intuito de dinamizar o Nordeste, em 1961 é instituído o sistema de incentivos fiscais e financeiros (Artigo 34º) no âmbito do Plano Diretor da SUDENE e aprovado pela Lei nº. 3.995 de 14 de Dezembro de 1961. Tal ação foi um dos pontos principais de atendimento à recomendação do GTDN, que concede ao setor público um papel prioritário na promoção do desenvolvimento do Nordeste, ancorado na

industrialização. Tal artigo foi modificado pelos artigos 18º das leis nº 4.239/63 e nº 4.869/65. A SUDENE concentrou esforços e recursos federais na realização de estudos e pesquisas sobre a dotação de recursos naturais do Nordeste e na ampliação da oferta de infraestrutura econômica. “Tais investimentos tiveram um papel importante para o posterior dinamismo dos investimentos nas atividades privadas, tanto no setor industrial como no setor terciário” (ARAÚJO, 2000, p. 4).

Os investimentos nas atividades produtivas, principalmente no setor industrial, fazem com que o Brasil saia da condição de arquipélago para adentrar uma conjuntura de unidade integrada. Becker (2011, p. 102) afirma que:

A estrutura espacial do Brasil se apresentava como um arquipélago de regiões mercantis, verdadeiras bacias de drenagens, com centros em grandes cidades portuárias, cujo melhor exemplo era a região mercantil-escravista do Rio de Janeiro, principal área produtora de café até o último quartel do século XIX.

Para atender as demandas de uma economia que se espalhava pelo território nacional, em 1974, os Fundos de Investimento do Nordeste (FINOR) e da Amazônia (FINAM) foram instituídos pelo Decreto-Lei nº 1.376. Há, nesse momento, um direcionamento para uma unificação econômica do país, pois, na asserção de Becker (2011, p. 102),

A conformação em arquipélago refletia a inserção do Brasil como produtor de mercadorias para o mercado mundial, fosse açúcar, fumo, cacau, borracha ou café, utilizando as vantagens comparativas naturais e históricas de cada porção do espaço nacional.

Na década de 1980, a conjuntura política brasileira inclina-se à corrente neoliberal. As ações do poder político, novamente, favorecem o espaço nacional aos interesses externos, justificados pela necessidade de inserir o país na lógica da economia globalizada, embora o discurso da modernização do território como fórmula viável de proporcionar o crescimento econômico sempre esteja presente nas ações do poder político desde o Brasil colônia²⁰.

²⁰ Fundamentado em Santos (2008, p.27-28) pode-se afirmar que a história econômica do Brasil divide-se em três períodos distintos. O primeiro é marcado pelos tempos lentos da natureza comandando as ações humanas de diversos grupos indígenas e pela instalação dos europeus. O segundo é a fase dos diversos meios técnicos, que gradualmente buscam atenuar o império da natureza. O terceiro é a fase da construção e da difusão do meio técnico-científico-informacional.

Na década de 1980, amparados pela Constituição de 1988, foram criados os fundos de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO), dando continuidade à reorganização espacial da economia no Brasil. Becker (2011, p.112) analisa que

A reorganização espacial da economia brasileira acompanhou as modificações substanciais do modo de inserção do Brasil na economia mundo. A formidável expansão do sistema capitalista mundial no pós-guerra foi acompanhada pelo Brasil, já não somente como exportador de mercadorias, mas, devido à marcante presença do estado na oferta de infraestrutura, como campo de investimentos produtivos de empresas nacionais e multinacionais.

As decisões tomadas pelo poder público visando a dinamizar a economia nacional, principalmente as regiões mais atrasadas, surtem efeito para o Nordeste que, após 1960, apresenta um aumento considerável nos aspectos da produtividade econômica. Para Araújo (2000, p. 4),

No global, nas décadas dos 60, 70 e 80, o Nordeste foi a região que apresentou a mais elevada taxa média de crescimento do PIB, no País. De 1960 a 1988, a economia nordestina suplantou a taxa de crescimento média do País em cerca de 10%; e entre 1965 e 1985, o PIB gerado no Nordeste cresceu (média de 6,3% ao ano) mais que o do Japão no mesmo período (5,5% ao ano).

A partir do final da década de 1990, as políticas de interesse econômico se intensificam. Mesmo enfraquecida a política de desenvolvimento regional, o Ministério da Integração Nacional é criado como uma instituição encarregada de gerir o desenvolvimento regional. Em 2000, estabelecem-se os Programas de Mesorregiões Diferenciadas no âmbito do Plano Plurianual 2000-2003. Em 2003, tem-se a Proposta de Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que define premissas, parâmetros e critérios básicos para a redução das desigualdades regionais no Brasil e estabelece uma tipologia sub-regional por microrregiões, a partir da qual o Governo Federal poderia orientar as ações a desenvolver no terreno. Em 2006, adota-se a Tipologia Sub-Regional da PNDR para diferenciar os limites do financiamento ao setor produtivo concedido através dos fundos constitucionais de desenvolvimento. Em 2007, institucionaliza-se a PNDR através do Decreto nº 6.047 de 22 de Fevereiro de 2007. Finalmente, em 2008 propõe-se a criação do Fundo Nacional de

Desenvolvimento Regional, incluída na Proposta de Reforma Tributária enviada ao Congresso Nacional em fevereiro de 2008.

Do ponto de vista das ações políticas no Brasil, as mais variadas porções do território foram contempladas, formando um ambiente fértil para a fluidez do sistema capitalista. A região Nordeste, dentro deste processo, foi chamada a integrar-se à economia nacional e, dessa maneira, podemos buscar o entendimento de toda reorganização da região e suas sub-áreas, inclusive o semiárido (sertão nordestino).

No semiárido brasileiro, a pecuária foi o principal impulsionador do desbravamento e responsável pela fixação do povoamento. Porém, por ser atividade voltada principalmente ao mercado adjacente, as relações se mantiveram tímidas em relação ao litoral “moderno”. Além disso, a conjuntura histórica também reforçava tal situação.

Figura 8 - Rede de caminhos por onde circulava a mercadoria gado



Figura : Esboço dos Caminhos da Pecuária no Sertão Cearense. Fonte: ROCHA, Herbert. *O Lado Esquerdo do Rio*. Sobral: HUCITEC, 2003.

No primeiro momento, a fixação do homem dá-se levando em conta as limitações da natureza. Por este motivo, nos sertões do Nordeste a fixação do

povoamento vai ocorrer ao longo de rios que nascem em maciços cristalinos ou bordos de escarpas sedimentares, mas sempre chegam ao mar, a despeito de terem seu fluxo d'água cortado no período de cinco a sete meses (rios intermitentes sazonários, extensivamente exorréicos).

Se analisarmos a figura acima, veremos que os núcleos de povoamento no período áureo do gado são distantes uns dos outros, necessitando de uma rede de caminhos longos.

Antes mesmo da chamada integração da economia, o semiárido nordestino foi chamado a atender a uma demanda distante de algodão. Vale lembrar que as atividades desenvolvidas no Brasil, como afirmado anteriormente, aconteciam em caráter de isolamento das regiões-arquipélago, pois não havia uma integração nacional dos processos produtivos e cada região produzia e negociava com o exterior. O isolamento foi motivo do discurso regionalista que floresceu no Brasil durante décadas e que ainda hoje tem expressividade (nordestino, sulista).

Fazendo um paralelo entre as áreas produtoras de cana e as áreas da produção pecuária, já em meados do século XIX, ambas necessitam de meios mais eficazes para escoar a produção. Como a área de produção da cana concentrava-se próximo ao litoral, as ferrovias não adquirem a relevância que assumem no sertão quando da sua implantação. Elas chegam ao semiárido por conta dos produtos que atendiam a demandas modernas. Dentre eles, o algodão destaca-se e justifica o investimento na infraestrutura de transporte vigente.

O algodão foi, no fim do século XIX e na primeira metade do século XX, uma cultura de que contribuiu significativamente para uma reorganização do espaço no Nordeste. Junto às culturas da cana e da pecuária, inseriu a região na lógica da exploração colonial e lançou-a no contexto internacional como uma fonte de matérias primas. O diferencial seria que, se anteriormente as exportações de advindas da cana de açúcar estavam concentradas no litoral, o algodão era encontrado fora da Zona da Mata. A partir dele, desenvolveram-se relações de poder e arranjos político-sociais cujos efeitos ecoam até hoje. Por exemplo, um estado como o Ceará tinha suas atividades econômicas quase sempre concentradas no interior e seus aspectos urbanos, embora provincianos, eram mais pujantes nas cidades interioranas. Com a

cultura do algodão, a capital reestrutura-se pelo fato de ser ponto de convergência das riquezas vindas do interior.

O primeiro *boom* algodoeiro a surtir efeitos no Nordeste data do período colonial em fins do século XVIII e tem como foco a província do Maranhão, causado pela demanda da fibra pela então nascente indústria têxtil britânica. Coincide com a Guerra de Independência dos EUA, que eram até então os maiores produtores e fornecedores de algodão para o mercado britânico. Já naquele momento fica demonstrada a extrema dependência em relação aos fatores e flutuações do mercado externo, o que torna o desenvolvimento dessa cultura peculiarmente suscetível a eventos e causas externas. O Nordeste, neste caso precedido e encabeçado pela província do Maranhão, é alçado ao posto de maior produtor de algodão da colônia já em princípios do século XIX.

Diferente dos tempos passados, a existência atual do meio técnico-científico-informacional possibilita o uso e o controle do território em quase toda a sua extensão. Já que isso é possível, buscam-se as localidades que proporcionem os melhores resultados. É nessa lógica que vamos ter uma reorganização funcional do espaço semiárido. “Tal situação abre a perspectiva de importantes fraturas na história social, com mudanças brutais dos papéis econômicos e políticos de grupos e também de lugares” (SANTOS, 2008, p. 271).

Criam-se, através de um sistema de ações e de objetos, as condições necessárias às modernizações requeridas pelas empresas, voltando-se para um mercado sem restrições. Essas ações mudam completamente o território nacional através de lógicas estranhas aos lugares, assim sendo, o lugar torna-se a confluência do global com o local movido por uma dinâmica nunca vista.

Encontramos no Nordeste brasileiro localidades seletivamente escolhidas como territórios acolhedores desses novos usos. E, muito embora a formação sócioespacial brasileira ainda mantenha certa singularidade, vão se conformando novas regras e novos usos, e é exatamente nas confluências dessas novas práticas e ritmos que encontramos os vetores que ritmam a modernização do semiárido brasileiro. Para Quintans (2001, p. 83),

A aceleração das trocas entre países vem sendo puxada por uma nova revolução tecnológica com formidável poder de cortar etapas dos processos produtivos, potencializar o uso de mão-de-obra (desempregar), encurtar o tempo e reduzir distâncias entre mercados consumidores e empresas.

Entendemos que a consolidação do poder sobre o espaço por parte do Estado brasileiro foi, historicamente, permeada por forças exógenas e que as determinações que as caracterizavam circunscreviam-se no âmbito da conjuntura nacional. Isto levantou toda uma discussão sobre a nacionalidade em que o sertão seria a expressão mais significativa do Brasil. No presente, o caráter de desigualdade da realização da modernização anuncia-se na formação socioespacial brasileira com toda a dureza. Aumentam os espaços geradores de novas lógicas com possibilidade de integrar-se ao território e os efeitos da modernização refletem-se nos mais variados lugares.

Em termos de reestruturação produtiva, os anos de 1980 foram marcantes para os espaços periféricos, não só em relação aos espaços mundiais, mas também em relação aos países que passaram a inserir-se no contexto da produção de mercadoria. Segundo Bernal (2004, p. 53),

Na década de 1980, quando os países capitalistas avançados já passavam por um intenso processo de modernização tecnológica, informal e organizacional, os chamados países emergentes permaneciam numa prolongada estagnação, como consequência da crise da dívida externa a partir de 1982 e das políticas ortodoxas de ajuste estrutural impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

É também nesse período que o planejamento regional e as políticas compensatórias enfraquecem no Brasil. A abertura comercial e as políticas macroeconômicas de ajuste monetário contribuíram para a retomada de lento do crescimento nos países centrais, o que implicou em investimento nos países emergentes.

As modernizações que chegam ao presente de maneira seletiva em cidades do interior do Nordeste brasileiro têm ajudado a elevar alguns números. Muitas dessas cidades figuram entre os 39 centros urbanos com maiores PIBs no Brasil (IBGE, 2002), como: Imperatriz no Maranhão, Parnaíba no Piauí, Sobral no Ceará, Mossoró no Rio Grande do Norte, Caruaru em Pernambuco, Barreiras, Vitória da Conquista na Bahia, Uruçuí, etc. Essas modernizações ocorrem através dos investimentos em

novas densidades técnicas e constituição de normas e transformam sobremaneira os espaços intermediários, sobretudo a partir dos anos 1990, e vão de Norte a Sul do país. Andrade (2007, p. 249) pondera que:

Analisando-se o Nordeste atual, em uma visão horizontal observa-se que ele sofreu, nos últimos quinze anos, uma grande mudança quanto à fisionomia e à aceleração das relações entre várias áreas; dialeticamente, porém, observando-se a manutenção das velhas estruturas de dominação e de exploração das camadas mais pobres pelas mais ricas, vemos que ele continua estagnado. O desenvolvimento da tecnologia beneficiou os que controlavam o processo de acumulação, feito através da concentração da riqueza e da acentuação dos níveis sociais.

Toda essa fluidez possibilitada pelas redes técnicas, ao mesmo tempo em que leva o que há de mais moderno aos lugares, também provoca uma passagem veloz de uma solidariedade orgânica para uma solidariedade organizacional, formando assim novas lógicas para o espaço. Dentro do processo de modernização, várias ações de investimentos foram ou estão sendo executadas em vários estados do Nordeste:

- a) Pernambuco: duplicação da BR 101 (RN-PB-PE-AL-SE-BA), Ferrovia Nova Transnordestina, refinaria e petroquímica (Suape), indústria automobilística (Fiat), fabricação de gesso, têxtil e confecções, polos de agricultura irrigada (transposição do Rio São Francisco), fruticultura, vinho e sucos a partir dos polos de irrigação, investimentos em saneamento básico;
- b) Piauí: ferrovia Nova Transnordestina, rodovias (BR-135, PI-BA-MG), barragens para abastecimento público, polos de irrigação (Tabuleiros e Guadalupe), cadeia do mel (Casa Apis), produção de caju, ovinos, caprinos e bacia leiteira, polos agrícolas no sul (soja, milho, arroz e feijão), região do cerrado etc.;
- c) Ceará: ferrovia Nova Transnordestina, turismo religioso (Padre Cícero), setor calçadista (Grandene), alimentos e bebidas, APL (Arranjos Produtivos Locais) das flores, polos de irrigação (fruticultura) – região do Baixo Acaraú, Araras do Norte e Tabuleiro de Russas –, agroindústria de sucos e frutas (Maguary), castanha de caju etc.;

d) Rio Grande do Norte: duplicação da BR-101 (RN-PB-PE-AL-SE-BA), melhorias no Terminal Salineiro de Areia Branca, extração de petróleo (47 mil barris/dia), polo Industrial da Petrobrás (óleo e gás), polos de irrigação (poços artesianos), fruticultura (melão, melancia, banana e manga), aquicultura etc.;

e) Paraíba: duplicação da BR-101 (RN-PB-PE-AL-SE-BA), construção de adutoras, Açude Presidente Epitácio Pessoa (potencial para irrigação), polos de irrigação (várzeas de Souza), fruticultura, cadeia do mel, bacia leiteira do Cariri (cabra), APL do couro, áreas de mineração etc.;

f) Alagoas: duplicação da BR-101 (RN-PB-PE-AL-SE-BA), centro logístico atacadista, cadeia produtiva da química e do plástico, maior jazida de sal gema, Braskem Polímeros (Maceió e Marechal Deodoro), unidade de processamento de cloro-soda, usinas de açúcar, cadeia do mel, bacias leiteiras, Canal Sertão Alagoano (Transposição do Rio São Francisco), polos de irrigação (Rio Bálsamo e Marituba), turismo etc.;

g) Sergipe: duplicação da BR-101 (RN-PB-PE-AL-SE-BA), turismo (*Canyon* do São Francisco), frutas cítricas (laranja), extração de petróleo *on shore*, gás natural etc.;

h) Bahia: duplicação da BR-101 (RN-PB-PE-AL-SE-BA), Polo Industrial de Camaçari, indústria automobilística (Ford), mineração (ouro e minério de ferro), silvicultura, produção e processamento de grãos e de algodão, agricultura irrigada, fruticultura, cafeicultura e criação de gado, frigoríficos (aves e bovinos), cachaça e rapadura, joias e bijuterias, calçados e confecção, ecoturismo (Chapada Diamantina) etc.

Araújo (2011, p. 8) considera que:

Mudanças ocorreram no perfil produtivo da agropecuária nordestina. A partir dos anos 70, enquanto se reduzia à área cultivada com algodão, mamona, mandioca, sisal, expandia-se a área ocupada com cana-de-açúcar, arroz, cacau, feijão, laranja e milho. Ao mesmo tempo, algumas culturas não tradicionais na região, pelo valor de mercado relativamente alto que possuem, apresentaram peso crescente na produção regional: é o caso de frutas como mamão, manga, melancia, uva (nas áreas irrigadas pelo São Francisco), do cacau e abacaxi (em manchas favoráveis do sertão e agreste) e do tomate, café, soja e borracha (em áreas favoráveis do São Francisco, do agreste, do cerrado e da Zona da Mata, respectivamente). Esses

produtos representavam, em 1970, apenas 3% do valor da produção agrícola do Nordeste, crescendo seu peso para 13,5% em 1989.

Os investimentos em curso no Nordeste impactam consideravelmente não só a economia, mas também os aspectos do próprio lugar, à medida que são lógicas estranhas presentes no território. Se tomarmos como exemplo as obras em Suape/PE, há evidências de que estão atraindo trabalhadores rurais da Zona da Mata e do Sertão numa velocidade bem mais acelerada agora.

Nos anos em que a economia brasileira consolida o mercado interno nacional e promove sua “integração produtiva”, o Nordeste engata na dinâmica nacional, sendo favorecido neste processo. Nessa fase, é palco de implantação de capitais privados que buscam novas frentes de investimento em espaços que se situem para além do centro mais industrializado do país, o Sudeste. Verifica-se uma desconcentração da atividade produtiva no país, inclusive da atividade industrial e,

cria-se uma nova dinâmica do processo migratório. Primeiro porque são trabalhos temporários; também porque há mais facilidade de locomoção, haja vista que, em virtude das redes de transportes, o direito de ir e vir se ampliou e o “sertão” não é mais considerado isolado (ARAÚJO, 2011, p. 8).

Dentro desta linha de raciocínio, é razoável esperar que muitos jovens rurais busquem alternativas de emprego nas indústrias que se implantam em seus estados, ainda que não sejam em seus municípios de residência. É importante notar que os investimentos no território do semiárido são significativos e que as obras terão grande impacto estrutural à medida que introduzem novas atividades em muitas áreas do semiárido brasileiro, abrindo novas perspectivas de expansão de sistemas produtivos tradicionais, incluindo a agropecuária.

Nos últimos anos, o semiárido foi palco de vários polos de dinamismo que se consolidaram. Dentre eles, podemos citar a agropecuária, a fruticultura irrigada, a cadeia do mel, as bacias leiteiras de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba, um segmento de avicultura que tende a se consolidar com a maior facilidade de acesso aos grãos produzidos nos cerrados nordestinos e atividades de policultura alimentar vinculadas a áreas de assentamento de reforma agrária.

Vale salientar que, mesmo nos dias atuais, a natureza ainda continua a moldar a ocupação no semiárido. As limitações de recursos naturais ainda continuam a ser um fator limitante da produtividade. Porém, em termos de comportamento, consumo e trabalho, a nova lógica de produção dos espaços que cercam o semiárido serviu como catalisador da mudança no “sertão”.

Araújo (2001, p.14) afirma que:

Simultaneamente, os incentivos à pecuária fortaleceram e modernizaram essa que sempre foi a atividade principal da unidade produtiva típica do sertão e do agreste nordestino. A hegemonia crescente da pecuária nos moldes em que foi realizada agravou a questão fundiária do Nordeste, além de provocar outros efeitos importantes, como a redução da produção de alimentos e a intensificação de emigração rural. Na sábia afirmação do geógrafo Melo (1980), “o capim expulsa a policultura alimentar e o gado tange o homem”. Mesmo onde a irrigação introduziu uma agricultura moderna no semiárido, a “modernização” foi conservadora, inclusive da estrutura fundiária.

A afirmação acima, embora aparentemente consistente, contradiz a experiência empírica no espaço semiárido, pois eu, como pesquisador, sempre procurei saber sobre o desenvolvimento da atividade pecuária no Sertão e os relatos são invariavelmente os mesmos: “A criação de gado é apenas uma forma de manter uma tradição de família”. O que observei é que a carne consumida no sertão, na sua grande maioria, vem de centros mais dinâmicos do Centro-Oeste ou do Norte.

Quanto à concentração fundiária no semiárido brasileiro, de fato há uma forte tendência de aumento. No entanto, muitas terras devolutas ainda esperam por donos, apesar de parecer improvável. A explicação é que terra com baixíssima potencialidade produtiva não desperta a cobiça de grupos sociais, inclusive o autóctone. Para Araújo (2011, p. 38),

A análise da dinâmica das atividades econômicas confirma o que haviam observado com propriedade vários estudos recentes sobre o Nordeste. Vários fatores moldaram, ao longo dos últimos anos, uma integração econômica tal que as diversas dinâmicas regionais foram soldando-se. O Nordeste, entendido como região autônoma, *locus* de uma dinâmica própria no seu movimento de acumulação de capitais, não mais existe. Não só o Nordeste. No Brasil, nesse novo contexto, não existem mais “economias regionais”, mas “uma economia nacional, regionalmente localizada”. A dinâmica econômica nacional “solidarizou” as dinâmicas regionais preexistentes. Características

específicas persistem existindo, mas o comportamento econômico geral foi impondo tração e movimentos comuns.

Do ponto de vista puramente econômico, o Nordeste era tido como “região-problema” e isso pouco mudou, apesar de todo dinamismo econômico que beneficiou o sistema capitalista. Muitas áreas foram dinamizadas, do ponto de vista da modernização, ao lado de áreas tradicionalmente precárias. Ainda nas palavras de Araújo (2011, p. 38),

Esses movimentos criaram novas áreas de expansão que abrigam, hoje, estruturas modernas e dinâmicas, as quais convivem com áreas e segmentos econômicos tradicionais, contribuindo, assim, para tornar a realidade regional muito mais diferenciada e complexa.

Do ponto de vista sociocultural, houve mudanças significativas, a começar pelo modo de trabalho e pelo padrão de consumo, como mencionado em capítulos anteriores. O sertanejo, como ficou conhecido o morador do semiárido, de uma forma brusca, teve que se adaptar a este novo padrão de trabalho, de viver e de vivenciar o ambiente. A redução das distâncias rompeu com o isolamento de décadas anteriores, possibilitando intercâmbios entre o moderno e o arcaico. O padrão moderno funciona como panóptico²¹ foucaultiano, que norteia as aspirações humanas, e no semiárido não é diferente.

²¹ O panóptico, segundo Foucault, era fruto do processo de normalização do sujeito moderno, proveniente de estudos da “Sociedade Disciplinar”. Tais mecanismos de vigilância visam interiorizar a culpa e gerar remorso no indivíduo pelos seus próprios atos.

QUARTA PARTE

OS SERTÕES CONSTRUÍDOS A PARTIR DE SÃO RAIMUNDO NONATO

4 OS SERTÕES CONSTRUÍDOS A PARTIR DE SÃO RAIMUNDO NONATO

4.1 Aspectos socioculturais da cidade de São Raimundo Nonato

Devemos entender que os eventos ocorridos na cidade implicam diretamente a cultura que, para Geertz (1989, p. 65),

É sistema simbólico e extragenético, a ideia de que somos individuais mesmo integrando um determinado grupo, é descendo aos detalhes, além das etiquetas enganadoras, além das similaridades vazias, que poderemos compreender não somente o caráter essencial de cada cultura, mas também os vários tipos de indivíduo dentro de cada cultura.

Compreendemos, então, que a cultura não é uma caixa hermeticamente fechada e que, assim sendo, todo ser humano contribui e recebe contribuições de uma dimensão simbólica que lhe dá sustento e direciona suas concepções, constituídas a partir dos símbolos que organizam o mundo e as coisas.

Essa organização de significados transmitidos através da própria história do homem como sujeito pertencente a um grupo social perpetua e desenvolve seus conhecimentos e suas ações em relação à vida. Nessa perspectiva, a cultura não é vista como adorno ou adereço. A própria condição humana depende dela: “sem os homens certamente não haveria cultura, mas, de forma semelhante e muito significativamente, sem cultura não haveria homens” (GEERTZ, 1989, p. 61).

Por não ser uma estrutura blindada, a cultura reinventa sua dimensão simbólica que se constitui de todo um repertório fluido a partir do contato. Percebe-se que o conceito de cultura não aceita a ideia do esfacelamento de algumas culturas perante outras, tão difundida na grande maioria das pesquisas que relacionam turismo e antropologia. “A cultura fornece o vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam, um por um.” (*idem*, p. 64).

Independente dos contatos que uma determinada cultura venha a estabelecer, entendemos que “tornar-se humano é tornar-se individual, e nós nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados

historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção às nossas vidas” (*ibidem*).

Como São Raimundo Nonato está localizado a sudoeste do estado do Piauí e limítrofe com o estado da Bahia, este estado acaba por exercer forte influência nos aspectos culturais locais. Por sinal, há dúvidas de que seja realmente possível a afirmação que um estado tem sua cultura própria. No entanto, as expressões culturais como a língua, os gestos, as brincadeiras de criança e o artesanato são características que fluem e não respeitam limites estaduais.

Uma das características mais marcantes da cidade é sua manifestação religiosa, principalmente no que diz respeito à fé cristã ligada à Igreja Católica Apostólica Romana. Ainda é grande a vinculação dos fenômenos da natureza às vontades divinas como, por exemplo, as chuvas e estiagens, fenômenos de significação muito importante para a dinâmica da vida local.

Ao mesmo tempo em que são guiados pelos princípios da Igreja Católica, é perceptível alguma vinculação com outros signos que dão sentido à vida espiritual como, por exemplo, o sofrimento corporal. Interessante que tais movimentações tenham sido observadas exclusivamente em pessoas de idade mais avançada e que moram distante do centro do município. Já uma característica observável entre os jovens foi que os santos de devoção ainda continuam tendo conotações de guardiães pessoais.

As festividades sagradas acontecem em forma de manifestações, festejos, procissões e romarias, terços etc. Dentre as manifestações religiosas mais importantes, temos a festividade do padroeiro da cidade e da Diocese de São Raimundo Nonato, que se realiza em frente à catedral da cidade e reúne milhares de fiéis da região. O ponto culminante acontece no dia 31 de agosto quando as pessoas acompanham a imagem do santo pelas ruas e esperam ansiosamente pela atração musical²² do momento a se apresentar nos clubes mais importantes da cidade, logo após as manifestações sagradas. Nas festividades do padroeiro, é possível verificar uma movimentação que atrai tanto habitantes locais quanto pessoas que estão na cidade de passagem ou especialmente para prestigiar o evento, assemelhando-se às festividades dos grandes centros urbanos, nos quais os aspectos homogeneizantes predominam.

²² A atração musical mencionada vincula-se diretamente ao que sucesso no momento na mídia televisiva. Destaque para as bandas de forró ou de axé vindas do Ceará ou da Bahia, respectivamente.

Quanto às peculiaridades locais, é possível observar que estão mais presentes nas manifestações religiosas dos bairros, uma vez que geralmente são festejos que atraem os moradores locais e nos quais raramente se observa a presença de pessoas de fora da região de São Raimundo Nonato. Ao presenciar essas festividades, tivemos a oportunidade de verificar a vinculação do santo de devoção a aspectos relacionados a problemas de saúde, financeiros e de relacionamento para os moradores. Tal aspecto corrobora a ideia de Nascimento (2009, p. 9):

Os santos da Igreja Católica sempre vêm acompanhados de alguma causa ou benefício que são capazes de fornecer ao crente: podem ser como Nossa Senhora das Dores, que é desatadora de nós, ou como Santo Expedito, que é o das causas impossíveis, entre outros. Tais heranças das superstições “pagãs”, em que os santos assumem, em determinadas circunstâncias, papel mais importante que a própria figura do sacerdote e da prática sacramental, apesar de não enquadrarem-se nos parâmetros oficiais, não foram concebidas pela Igreja como uma oposição radical.

O bairro de Santa Luzia, por exemplo, abriga a devoção à santa por parte daqueles que tem algum problema de visão. A ela se atribui também a ocorrência de um bom inverno, caso haja chuva no dia de sua homenagem.

Na pesquisa exploratória, constatou-se que até pouco tempo atrás os festejos do município eram não só um momento de reunião de pessoas da região, como também época para a realização dos sacramentos da Igreja Católica (batizados, casamentos, primeira comunhão, crisma, bênção de quadros e imagens). Atualmente, essas atividades vêm perdendo importância nas datas festivas, acontecendo corriqueiramente.

Nos bairros Paraíso das Aves, Milonga, Cipó e Santa Luzia, foi possível observar manifestações culturais ligadas à religiosidade que se atualizaram. Um exemplo é a Festa da Pomba do Divino, anteriormente conhecida como Festa do Sagrado Coração de Jesus, introduzida há mais de 60 anos no povoado de São José, município de São Raimundo Nonato – PI. Segundo relatos populares, o evento surgiu a partir de uma promessa realizada por uma senhora infértil. A promessa consistia na celebração anual do Coração de Jesus com uma novena e uma festa. Esta manifestação assemelha-se a muitas outras narradas oralmente pelos moradores da região, no que diz respeito aos aspectos culturais. Isso nos permite supor que elas estejam submetidas a um modelo de culto popular católico em torno da crença de que os santos e demais entidades do catolicismo representam uma renovada fonte de

auxílio em momentos de crise existencial. Essas manifestações permanecem vinculadas à pessoa que fez a promessa individual, porém com o comprometimento de arregimentação da coletividade para o pagamento da promessa. Nascimento (2009, p. 10) defende que:

Podemos inferir que as práticas culturais, as crenças e as vivências religiosas extrapolam as fronteiras sociais e inviabilizam a dicotomia religião oficial versus religião popular, ou cultura erudita versus popular. Se os objetos culturais são na prática usados ou “apropriados” por diferentes grupos sociais, sejam nobres, clérigos, artesãos, trabalhadores rurais ou urbanos para suas próprias finalidades, então o objeto cultural em si perde importância e a ênfase passa a dar-se nos modos específicos pelos quais este objeto é produzido e consumido no cotidiano, sofrendo constantemente criação, atualização, bricolage e novos significados.

Digno de nota é que, na atualidade, a manifestação supracitada tem pouca importância para os moradores do bairro, restringindo-se às pessoas de idade mais avançada, geralmente viúvos e viúvas, que se reúnem para a festividade sagrada, a qual se resume na reza de um terço²³. Os casais de melhor representação social participam de outra modalidade de manifestação religiosa moderna: o Encontro de Casais com Cristo²⁴ (ECC).

Segundo relatos de moradores, o reisado era uma manifestação popular que envolvia muitas pessoas e que, até o início dos anos 2000, fazia-se presente de forma marcante na cidade de São Raimundo Nonato - PI. Festa em homenagem ao Menino Jesus, acontece com a proximidade do Natal e encerra-se no dia 6 de janeiro. O reisado ainda acontece, porém de forma tímida e a cada dia menos pessoas se envolvem no evento. Observamos o grupo de reisado da Dália Campos e pudemos

²³ O terço é uma prática religiosa de devoção mariana muito difundida entre os católicos romanos que o rezam tanto pública quanto individualmente. Consiste na recitação seriada de orações com o auxílio de uma corrente com contas ou nós, que recebe o mesmo nome. O rosário também compreende a contemplação de determinadas passagens da vida de Jesus e de sua mãe Maria que, segundo a doutrina da Igreja Católica, são de especial relevância para a história da salvação e que recebem o nome de "mistérios". O rosário era tradicionalmente dividido em 3 partes iguais, com 50 contas cada e que, por corresponderem à terça parte, foram chamadas *terço*. Cada terço compreende um conjunto especial de 5 mistérios: os gozosos, os dolorosos ou os gloriosos.

²⁴ Encontro de Casais com Cristo: serviço da Igreja na evangelização das famílias para despertar os casais na construção do Reino de Deus, aqui e agora, a partir da família e da comunidade paroquial, mostrando pistas para que os casais se reencontrem com eles mesmos, com os filhos, com a comunidade e, principalmente, com Cristo. Nasceu por iniciativa do Pe. Alfonso Pastore que dedicou sua vida sacerdotal à Pastoral Familiar, à Pastoral da Saúde e à Pastoral Carcerária e foi o idealizador do Encontro de Casais com Cristo. O I Encontro de Casais com Cristo aconteceu em 1970 na Paróquia Nossa Senhora do Rosário, em São Paulo. De lá foi para o Rio de Janeiro e Vitória. Hoje acontece em quase todo o Brasil.

constatar que, apesar de contar com um número reduzido de pessoas, os jovens parecem mais interessados, diferentemente de outros eventos culturais que marcam o sertão.

Se buscarmos na literatura, encontraremos vários textos que expõem a religiosidade do povo sertanejo, principalmente as promessas pagas junto a elementos simbólicos criados pelo próprio sertanejo, comemoradas junto a cruzeiros ou até mesmo em túmulos à beira da estrada.

4.2 Novos atores na construção do pensamento social local acerca de sertão

O Sertão nordestino é apresentado como uma extensa área de clima semiárido, com apenas duas estações, torrada nos verões(estiação) de sol e erodida nos invernos de chuvas torrenciais. Os solos desta extensa área são rasos e pedregosos, devido à ocorrência alternada de entre longas estiagens e curtos períodos chuvosos mal distribuídos e, dessa forma, as atividades agrícolas sofrem grande limitação.

A vegetação típica do sertão é a caatinga. Nas partes mais úmidas existem bosques de palmeiras, especialmente a carnaubeira, principalmente em área de várzea. O rio São Francisco é o maior e mais importante rio da região por ser perene, o que vem a facilitar a vida das populações que habitam às suas margens.

Considerando as características fisiográficas, o poder público criou o chamado Polígono das Secas em 1951, cujo objetivo era trabalhar de forma sistemática as secas do “Sertão” nordestino. Essa área abrange praticamente todos os estados do Nordeste, com exceção do Maranhão e do litoral leste da região. As secas de 1979-1984 e de 1989-1990 atingiram 1.500 municípios do Nordeste brasileiro.

Diante dos conceitos que se elaboraram sobre sertão, nos quais as características naturais influenciaram fortemente, podemos afirmar que Sertão, enquanto objeto de estudo da geografia, se apresenta como região. Esta categoria, “na história do pensamento geográfico, pode ser considerada um conceito fundamental. Entretanto, as transformações que ocorrem no mundo fazem com que,

constantemente, os conceitos sejam repensados, para que não se distancie da interpretação do real” (BEZZI, 2004, p. 24).

O sertão semiárido, até o início do século XX, compreendia o interior de seis estados: Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Piauí. Hoje sua área aumentou e ele avança por mais três estados: interior da Bahia, Norte de Minas e porção, ainda há os que queiram inserir o Oeste do Maranhão. Sertão, tal qual região, tem seus conceitos reorganizados a partir de um determinado interesse ou momento das grandes discussões da ciência. Para Amado (1995, p. 01),

No conjunto da história do Brasil, em termos de senso comum, pensamento social e imaginário, poucas categorias têm sido tão importantes, para designar uma ou mais regiões, quanto a de "sertão". Conhecido desde antes da chegada dos portugueses, cinco séculos depois "sertão" permanece vivo no pensamento e no cotidiano do Brasil, materializando-se de Norte a Sul do país como sua mais relevante categoria espacial, entre os nordestinos, é tão crucial, tão preta de significados, que, sem ele, a própria noção de "Nordeste" se esvazia, carente de um de seus referenciais essenciais”.

Muito se tem escrito e mais ainda se tem falado sobre sertão, porém, por ser um conceito que se constrói a partir dos estudiosos, tal qual o conceito de região, o sertão se apresenta mais evidenciado em áreas de maior contato com os grupos que os construíram.

O sertão é algo que só existe abstratamente, ou seja, criado dentro de conceitos simbólicos e de oposição. Num primeiro momento, podemos dizer que o sertão existe em oposição à cidade. Em outras palavras, o sertão não existe de forma concreta, mas sim para preencher um vácuo gerado por uma qualidade “positiva”.

A própria concepção de Sertão trazida pelos portugueses cinco séculos atrás adquiriu hoje uma definição institucionalizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como sendo uma das subáreas do Nordeste árido e pobre, situada a Oeste de duas outras, Agreste e Zona da Mata. No caso, a definição serviu para designar áreas de contraste com o que se costumou a chamar de “moderno”. Para Moraes (2003, p. 03),

Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração. Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os

interesses vigentes neste processo. O objeto empírico desta qualificação varia espacialmente, assim como variam as áreas sobre as quais incide tal denominação. Em todos os casos, trata-se da construção de uma imagem, à qual se associam valores culturais geralmente – mas não necessariamente – negativos, os quais introduzem objetivos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados.

Ao longo da nossa história, esta categoria foi se transformando, uma vez que os espaços desconhecidos precisavam de seu opositor, ou seja, o litoral. Temos no primeiro momento uma delimitação simples — litoral e Sertão —, pois, segundo Andrade (1987, p.28), “desde as épocas mais remotas o homem costuma dividir o espaço de acordo com as características que apresentam em suas várias porções, levando em consideração, sobretudo, as características de influência das condições naturais e do aproveitamento do espaço”.

Percebemos, então, que o termo Sertão foi construído a partir do sujeito que o anunciava, ou seja, nunca era parte de onde se anunciava, mas sempre o *outro*, o longe. Mesmo quando os colonizadores foram ocupando o espaço do interior, o termo adquire uma conotação de vazio demográfico. A permanência dessa imagem foi corroborada por uma enquete realizada por nós com acadêmicos²⁵, na qual, perguntados se poderiam falar sobre sertão, forneceram as seguintes respostas:

a) *“Sim, é um lugar de gente humilde, com suas roupas simples, chapéu de palha, seus jumentos para carregar água. É um lugar de seca, no sertão dificilmente há chuvas. Lá habita gente corajosa e muito brava que busca a justiça, como os famosos cangaceiros montados em seus cavalos, com suas roupas e chapéu de couro, suas espingardas nas costas, eles são uma espécie de heróis bandidos pois acabam matando e fazendo justiça com as próprias mãos...”*

É interessante a forma como o acadêmico interpreta o sertão, buscando fora do seu convívio conceitos que são difundidos principalmente através dos meios de comunicação e que reforçam um imaginário sobre o tema que, para Moraes (2003, p. 03),

É possível identificar características comuns presentes nas imagens do sertão, apesar de sua variedade espacial de aplicação. Tais características compõem a base do que pode ser definido como o imaginário do sertão, um conjunto de juízos e valores adaptável a diferentes discursos e a distintos projetos. O recurso a esse imaginário para qualificar uma dada localidade já demonstra certa indução quanto

²⁵ Enquete realizada em 08 de agosto de 2013, com um grupo de acadêmico do quarto período do curso de Geografia da cidade de São Raimundo Nonato - PI.

ao uso futuro do espaço abordado, exatamente por mobilizar uma valoração que traz em si uma crítica à sua situação atual e/ou uma meta para sua transformação.

b) *“Sertão é uma parte do domínio morfoclimático que está situado na caatinga. É uma parte que às vezes fica com escassez de água e abriga parte dos estados do Nordeste.... Digamos que é o local que existe mais desigualdade social, menos distribuição terras, ou seja pouca gente com muita terra e muita gente com pouca terra...”*

Este outro acadêmico também reforça um imaginário de sertão como sendo um contraste às ideias de desenvolvimento, de bem estar e de igualdade social. Podemos ver no discurso do acadêmico uma influência regionalista que se propaga no imaginário brasileiro. Como nos afirma Albuquerque Jr (2011, p.62), “O discurso regionalista não é apenas um discurso ideológico, que desfiguraria uma pretensa essência do Nordeste ou de outra região. O discurso regionalista não mascara a verdade do Nordeste ou de outra região, ele a institui”.

c) *“Sertão é um lugar onde existe muita cultura... É onde tem aqueles lugares desertos que o pessoal chama de caipira... O sertão é um lugar sofrido em algumas ocasiões, seco com muitas dificuldades.”*

Nesta interpretação, notamos uma certa resistência aos conceitos previamente formulados, quando o acadêmico afirma ser o sertão “um lugar onde existe muita cultura”, porém sentimos que parece uma resistência fadada ao fracasso, uma vez que logo em seguida aceita uma realidade conceitual que notabilizou o sertão, ou seja, sinônimo de sofrimento.

Deve se salientar que os conceitos podem ser entendidos através de um comportamento social culturalmente mediado em contextos geográficos específicos, pois são construídos, destruídos e transformados por indivíduos ou grupos de indivíduos.

d) *“O sertão é um bioma que predomina a caatinga, naturalmente muito seca, nos Sertão pelo clima muito seco, geralmente a miséria é muito natural, com isso o povo pobre do Sertão migra para outras regiões. O sertanejo, povo originário do sertão é muito comum sofrer preconceito por parte de outras pessoas de outras regiões. O sertanejo é um povo sofrido pela escassez de água”.*

Neste discurso, temos um misto de regionalismo com uma naturalização das diferenças sociais ligadas às questões ambientais, um imaginário que é difundido pelos mais diversos meios de comunicação.

e) *“Sertão é a imagem da seca, Sertão a população vive praticamente na miséria, com a falta de chuva a população perde a colheita e em certos casos nem chegam a plantar...”*.

Neste discurso, verificamos os recursos utilizados para criar o imaginário sobre sertão: “seca”, “miséria”. De acordo com Moraes (2003, p. 03),

O recurso a esse imaginário serve para qualificar uma dada localidade já demonstra certa indução quanto ao uso futuro do espaço abordado, exatamente por mobilizar uma valoração que traz em si uma crítica à sua situação atual e/ou uma meta para sua transformação. Definir um lugar como sertão significa, portanto, projetar sua valorização futura em moldes diferentes dos vigentes no momento dessa ação. Nesse sentido, pode-se dizer que os lugares tornam-se sertões ao atraírem o interesse de agentes sociais que visam estabelecer novas formas de ocupação e exploração daquelas paragens.

f) *“Ao meu ver, sertão são regiões de aparência seca, de solo pobre em nutrientes não favorável à prática agrícola, com pouco verde e de clima quente. Os sertões são geralmente afastados dos grandes centros urbanos e possuem pouca civilização. O sertão para a maioria dos brasileiros é sinônimo de seca, pois quando se fala em sertão logo nos lembramos da região Nordeste do país, que por sua vez é de clima semiárido...”*.

Temos, aqui, mais um recurso que ajudou a formular o conceito de sertão nos primeiros momentos da nossa história: sertão como local do incivilizado, não apenas o índio, mas todos aqueles que estão fora do sistema produtivo, ou seja, longe dos centros urbanos.

g) *“Para muitos, sertão seria um lugar deserto, sem água, resumindo sem nada para oferecer, na verdade moramos, nós piauienses, num lugar cheio de riqueza para oferecer. Aqui no nosso Piauí existe muita água, não totalmente potável, mas que poderia ser tratada, cheio de riquezas naturais, simplesmente não são exploradas corretamente...”*

Temos, neste discurso, uma difusão de ideias com as quais o autor não se compromete em suas afirmações. É o primeiro discurso que vê o sertão a partir do próprio lugar e, por este motivo, atribui as diferenças, ligadas à natureza ou à economia, às limitações provocadas pela maneira como o homem utiliza o ambiente.

h) “O Sertão é um local seco, onde é grande a escassez de água. É também lugar de grandes dificuldades, principalmente para a agricultura. No sertão está concentrada a população pobre do país.”

Seguindo a mesma linha de raciocínio dos acadêmicos anteriores, este tece suas interpretações do Sertão de forma a explicitar algo visto de fora e em nenhum momento fala a partir de um ponto de vista de quem está inserido no contexto abordado.

i) “Sertão é uma região muito castigada pela seca, onde possui um povo que tem um espírito de luta, enfrentando as maiores dificuldades no seu cotidiano. Sertão também pode ser visto no sentido onde as pessoas têm amor a terra e vivem uma constante desilusão com as promessas dos ditos homens públicos que aparecem em 4 a 4 anos com o objetivo de ludibriar aquelas pessoas que na sua maioria não têm consciência política...”

Aqui, o discurso segue uma linha de pensamento sobre o sertão que o coloca como lugar marcado pela fraca presença do Estado, bem como pelos seus fatores climáticos. Também se percebe uma atribuição de valor ao lugar.

j) “Sertão é a parte que não é litoral situada em regiões de clima seco, com poucas chuvas e mal distribuídas, com povo que fala diferenciado das pessoas do litoral, que gostam das matas e de sentir a natureza, no sertão a economia é vinda do trabalho do sertanejo que gosta de plantar milho, feijão, cuidar do gado e dos demais animais...”

Neste discurso, vemos a dicotomia entre o litoral e o que não é litoral, a ideia de dois Brasis. Essa visão foi difundida pela literatura, na qual a transição de valores tradicionais para modernos está na denúncia que faz da realidade brasileira. A resposta do acadêmico evidencia os traços do sertanejo, "a sub-raça" que habita o Nordeste brasileiro; o herói determinista que resiste à tragédia de seu destino, disfarçando de resignação o desespero diante da fatalidade.

Este primeiro levantamento sobre o que se entende por sertão faz-se necessário a partir do momento em que buscamos um entendimento sobre como este Sertão é visto de dentro, ou seja, pelas pessoas que o habitam.

Para nossa surpresa, este Sertão de São Raimundo Nonato- PI, também é visto partir de uma conceituação vinda de fora. Todas as interpretações dos acadêmicos que responderam a enquête apontam para um Sertão o qual só é possível

conhecer através de leitura. Percebemos nas respostas uma descrição de um espaço que não pertence aos entrevistados. Mesmo assim, o entrevistado do item g, ao falar do sertão e ligá-lo ao lugar, logo se escuda numa tentativa de dizer que o que se fala sobre o sertão não procede, o que fica sugerido quando ele começa suas considerações dizendo que *“Para muitos o Sertão ...”*

Esta enquete foi feita com mais de 50 universitários e todos apresentaram suas considerações seguindo a mesma linha de pensamento — de um Sertão abstrato, fora do real —, o que corrobora as considerações de Moraes (2003, p. 04) de que “uma imagem forte associada a esta qualificação é aquela que aponta para um lugar isolado e distante.”

De forma mais sistemática, desenvolvemos entrevistas orientadas com três segmentos sociais, conforme exposto na seção de metodologia da presente tese, em que buscamos entender como os universitários, os poetas populares e os condutores do Parque Nacional Serra da Capivara viam o Sertão de São Raimundo Nonato - PI.

Um levantamento feito no mesmo semestre da pesquisa de campo aponta que existem na, cidade de São Raimundo Nonato, cerca de 700 estudantes universitários, 70 condutores do parque e dois poetas populares que, para nossa surpresa, não são oriundos da região e sim da Paraíba, embora vivam há mais de 20 anos em São Raimundo Nonato.

Com o trabalho de campo buscou-se entender o Sertão enquanto lugar geográfico ou social através um caminho não maniqueísta, evitando posicionar seus aspectos de forma positiva ou negativa, e tendo como recorte o município de São Raimundo Nonato no Piauí.

Por se tratar de um trabalho de cunho interpretativo, não foi necessário um rigor estatístico na escolha da amostra, nem na porcentagem do número de entrevistados. No caso do segmento universitário, como dito anteriormente, constituiu-se em cerca de 700 acadêmicos; deste total, 444 estavam matriculados na Universidade Estadual do Piauí (UESPI) *Campus* Ariston Dias Lima no ano de 2014, período das entrevistas.

Tabela 8: Nomes dos entrevistados

Alex Ferdinan.	Mario Afonso Ferreira.
Aristor Ribeiro	Nara Fernanda de Sousa Lopes.
Denis Castro de Araújo.	Núbia Lira.
Djacir da Silva Magalhães.	Omin de Andrade Paes Landim

Edivan Lima.	Paulo Antônio Freitas.
Fernando de Pereira Nunes.	Roney Belarmino da Silva
Hernanes Neres da Silva.	Ronivan de Sousa Rocha.
Jair de Sousa Miranda.	Sabrynna da Silva Pereira.
Jairo Bispo de Oliveira.	Viviane da Mota Ribeiro.
Marcelo de Oliveira Gonçalves.	Werberson de Negreiro Marques.
Marcos Santos de Oliveira	

Fonte: Autor, entrevista empírica

Por se tratar da instituição que representa com maior fidedignidade o perfil da sociedade local, os acadêmicos entrevistados foram selecionados da UESPI *campus* Ariston Dias Lima. Isto porque a UESPI forma o corpo docente que atua na região e, conseqüentemente, é a instituição de ensino superior que atrai a maior parte dos jovens dos municípios adjacentes que procuram um curso de graduação, diferentemente da UNIVASF, que atrai jovens de várias partes do país.

Representando o segmento universitário, entrevistei 13 acadêmicos dos quatro diferentes cursos de licenciatura da UESPI *campus* Ariston Dias Lima: Geografia, História, Pedagogia e Biologia.

As definições de sertão as quais os universitários fizeram referência levam em consideração traços geográficos, demográficos e culturais: região semiárida, longe do mundo moderno, distante de povoações ou de terras cultivadas, pouco povoada e onde predominam tradições e costumes singulares.

No entanto, a descrição de sertão destoa da descrição da cidade. Quando perguntamos ao entrevistado 1 de que maneira ele definiria a cidade, ele assim responde: *“Bom, aqui em São Raimundo a gente é daqui e segue o cotidiano normal, tem que trabalhar, a noite vem pra escola, estuda, todos nós dependemos do comércio, é o motivo econômico maior. O comércio dá toda sustentação econômica para a cidade”*.

O lugar se apresenta como um centro mais dinâmico da microrregião e esse aspecto também foi possível constatar na percepção dos entrevistados. O acadêmico supracitado diz que *“a maioria do pessoal que compra nestes comércios gira em torno das pessoas que vêm de outras cidades”*.

Na concepção do entrevistado 2, a cidade desempenha um papel relevante como centro polarizador e nos informa: *“Olha, para mim bom porque, para quem morava no interior, é melhor do que vivia antes. Eu gosto daqui. Aqui o comércio é a*

principal atividade na cidade, mas no interior é mais a roça. Hoje meu ciclo de amizade, meu ciclo de estudo, é todo aqui, no interior é só a família”

Seguindo o mesmo raciocínio de cidade polo, o entrevistado 3 nos diz: “A cidade que possui bancos, os maiores supermercados, por ter uma feira, uma cidade que recebe muitas pessoas no início do mês. Dentro da cidade é mais o comércio e o setor público, construções particulares também estão ficando fortes”.

Para o acadêmico da entrevista 5, São Raimundo Nonato também se apresenta como um local dinamizador das cidades vizinhas, inclusive das expectativas. Não seria um local de oportunidades, porém, de expectativas de oportunidades. Diz o entrevistado: “Pelo que se falava de São Raimundo a gente esperava um local de oportunidades, um local de desenvolvimento, mas a gente se depara com outras coisas, é um local de perspectivas de oportunidades”.

As informações obtidas através das entrevistas dos vários segmentos sociais elencados nesta pesquisa apontam São Raimundo Nonato como sendo um ponto polarizador de uma rede urbana pouco complexa, corroborando as ideias de Correia (2010, p. 93) quando afirma que:

em razão da desigual espaço-temporalidade dos processos sociais, da qual a rede urbana é simultaneamente um reflexo e uma condição, verifica-se a existência de diversos tipos de rede urbanas de acordo com o padrão espacial, a complexidade funcional dos centros e o grau de articulação interna e externa de cada rede.

A condição de centro polarizador desta pouco complexa rede urbana projeta a cidade para o cenário nacional e internacional quando o Parque Nacional Serra da Capivara é criado. Esta afirmação se dá no sentido de se fazer entender que o Parque Nacional Serra da Capivara está localizado nos municípios piauienses de João Costa, Coronel José Dias, Brejo do Piauí e São Raimundo Nonato (PESSIS, 1998). É importante salientar que a sede do Parque foi instalada em Coronel José Dias, no entanto, este é ofuscado por se tratar de um município de pouca expressividade dentro do contexto microrregional.

O Parque constitui-se em um marco referencial para os universitários, pois quando perguntamos ao acadêmico 5 como se chama a região em que ele morava, ele aponta para “Um lugar que tem um parque nacional, referência maior é o parque, é ponto mais importante”.

O entrevistado 1 sintetiza: *“Nós aqui dentro da cidade não dependemos tanto do parque, mas do comércio. A gente ainda não dá o valor devido para o parque, pois quando estamos fora a primeira palavra que vem é o parque”*.

Quando questionado sobre o Sertão, o entrevistado 1 pontua que: *“São Raimundo Nonato fica no Sertão nordestino. O Sertão fica bem nos interiores, caatinga, as cidades que dão suporte a São Raimundo. Não dá a impressão que São Raimundo é sertão. São Raimundo já começa a avançar, modificar o jeito de ser. Eu vejo igual a eles, eu vejo que os interiores é que é o sertão, já São Raimundo, a cidade em si, não.”*

Na tentativa de verificar atributos próprios da área em estudo quanto ao termo *sertão*, o acadêmico da entrevista 1, perguntando sobre o que é ser desta região, responde: *“Eu acho assim, ainda a gente tem essa forma caipira de viver. Se eu for olhar o pessoal de São Paulo, eu vou notar uma diferença muito grande. Vê que todo mundo é da cidade, mas ainda guarda o jeitão da roça, pois os pais ainda vivem na roça.”* No discurso, percebemos uma tentativa de atribuir à área um valor rural, mesmo sabendo que na cidade os aspectos econômicos estão muito mais ligados ao comércio.

Quando analisamos a relação do Parque com a cidade, não resta dúvida de que ela existe, porém não chega ser muito significativa, pois é possível perceber pouca interação entre os universitários e o Parque. Tal fenômeno provavelmente acontece com outros segmentos da sociedade, como é comum em espaços de implantação de um equipamento deste porte.

Na visão do entrevistado 1, o Parque é importante para dar notoriedade à cidade, porém quanto à relação Parque x cidade, há pouca expressividade. Ele relata: *“Eu acho assim: São Raimundo é uma cidade. Fora daqui o Parque dá uma visibilidade a São Raimundo Nonato, mas nós não dependemos tanto do Parque, só que nos não valorizamos tanto o Parque.”*

É improvável uma relação direta, porém as externalidades são notórias. Na esfera da educação, a partir da criação do Parque implantou-se a UNIVASF e a UESPI, o que torna o polo microrregional ainda mais dinâmico, pois, além de atrair pessoas para o comércio, as pessoas, na maioria jovens, são atraídas para a cidade por conta da possibilidade de acesso ao ensino superior.

Dentro do contexto de uma cidade que atende a população das áreas adjacentes, São Raimundo Nonato ainda sofre com graves problemas de

infraestrutura urbana, sentidos tanto no empírico quanto na percepção dos próprios moradores. Até mesmo o prefeito da cidade reconhece as falhas quanto aos aspectos da infraestrutura urbana. Em entrevista²⁶ a um portal de grande visibilidade no estado do Piauí, o prefeito elenca os setores mais carentes do município e diz: *“Uma das coisas que me angustia é a estrutura urbana do município que é precária. São Raimundo Nonato é uma cidade turística e precisamos dar uma cara nova para o sistema de saneamento básico”*.

Imagem 1: Aspectos urbanos de São Raimundo Nonato



Fonte: Wesley Moreira, 14/07/2014

As imagens acima comprovam a precária estrutura urbana da cidade. Na primeira imagem do lado esquerdo, vemos uma das principais ruas do centro comercial, mesmo assim é possível perceber que a via começa com calçamento, mas apenas no final temos a presença de asfalto. A segunda imagem do lado direito na parte de cima denuncia a quantidade de urubus em busca de comida, reflexo direto da ineficiência da coleta de lixo na cidade. Na terceira foto do lado esquerdo, vemos questões relacionadas à estrutura e esgoto, pois a água da chuva se acumula facilmente sem ter para onde escoar. Na quarta foto, numa mesma via, temos um começo de um asfaltamento e do outro lado uma via em estado quase bruto, ainda

²⁶ Entrevista do prefeito Padre Herculano Negreiros concedida ao portal Cidade Verde. Disponível em <http://cidadeverde.com/saoraimundononato/41045/padre-herculano-fala-sobre-lancamento-de-livro-eleicoes-e-centenario-da-cidade8207>. Acesso em: 18 mai. 2015.

em barro vermelho. O interessante é notar que não são reflexo de obras a serem terminadas, mas constituem a própria realidade da cidade.

Feitas tais considerações, o que se percebe na cidade são problemas típicos de centros urbanos mais complexos e as reivindicações ou as percepções dos moradores não se coadunam com ideias tipicamente de sertão e sim de urbanidade.

Uma última pergunta feita ao entrevistado 1 sobre o que simboliza o sertão de São Raimundo Nonato recebe a seguinte resposta: *“A gente encara todo o Nordeste como sertão. Assim, o sertão está mais vinculado ao interior, lugar seco. Então eu acho que é isso o jeito do povo.”*

Sente-se que não há um vínculo direto entre aspectos vivenciados na cidade e aspectos que fortaleçam o conceito de Sertão. Por parte de quem teve acesso à educação formal, o sertão é aquele delimitado pelo IBGE. Para os demais, sertão é algo distante de seus lugares.

Para a entrevistada 2, o sertão abrange todo o município, mas é bom lembrar que, de alguma forma, houve orientação pré-existente sobre os conceitos que fizeram do interior, sertão, ela afirma que: *“A gente está inserido no sertão do nordeste, aqui as características são consideradas sertão.”* Perguntamos, então, se ela saberia caracterizar o sertão, ao que ela responde: *“Depende. Tem algumas áreas que talvez sim por características naturais, mas nem todo sertão é do mesmo jeito. Talvez se tivesse a caatinga, poderia ser um ponto que eu poderia identificar porque eu acho que é uma tentativa de divisão, mas não tem um limite que você possa identificar, tem algumas características que possibilitam a identificação.”*

A entrevistada 2, talvez por ter as noções conceituais sobre o tema, não consegue fazer uma distinção dos aspectos que marcam o sertão de São Raimundo Nonato. Assim ela se expressa quando indagada sobre o que diferencia São Raimundo dos outros sertões: *“Resposta complicada. Talvez uma área ainda pouco desenvolvida, aspectos naturais, quanto a questões culturais não saberia responder [...]. Desfiz o estereótipo de sertão, mas a questão de água ainda é uma característica forte, reisado, cultura do vaqueiro. Eu venho do interior e vejo isso.”*

Lugar inóspito, desconhecido, que proporciona uma vida difícil, mas habitado por pessoas fortes. A força de seu habitante aparece relacionada à capacidade de interagir com a natureza múltipla. O cabra, o cangaceiro, aparece como a encarnação do herói sertanejo, atributos presentes no imaginário social da ideia de sertão, porém

tais especificidades não encontram eco nos discursos dos universitários quando falam de São Raimundo Nonato.

Depois de tecer suas considerações sobre as características do Sertão, perguntada sobre como é viver nesse lugar, ela diz: *“O lado bom é que, de uma certa forma, já tenho minha vida meio que independente, já me viro meio que financeiramente, sou responsável pelas minhas próprias coisas e São Raimundo me proporcionou isso por ser uma cidade mais desenvolvida em todos os sentidos”*.

O entrevistado 5, também universitário, entende o sertão como sendo as áreas mais afastadas da cidade e considera que esse sertão tende a perder sua expressividade. Ele diz: *“Eu digo que o sertão é mais mesmo nessas áreas dos interiores porque aqui em São Raimundo muita gente trabalha no comércio, é servidor público. Quem é do sertão é quem vive do sertão, que seria mais esse povo que vive em torno de São Raimundo”*.

Na visão do entrevistado 6, a São Raimundo se aplicaria o conceito de sertão. Ele afirma: *“Sim, pelo conceito de sertão sim. O sertão é conhecido aquele local com baixo desenvolvimento, falta de água. No contexto político não, mas em questão de morar no campo sim, sou do campo e sou sertanejo.”* O entrevistado 6, ao mesmo tempo em que afirma, baseado em conceitos, ser São Raimundo sertão, ao falar da cidade tenta mostrar características completamente desconexas com os conceitos sobre o tema. Indagado sobre o lado ruim da cidade, ele afirma: *“Por ser uma cidade pequena com problemas de cidade grande e o turismo que por conta disso vem pessoas de todas as cidades.”* O que pudemos perceber na fala do entrevistado foi uma preocupação muito mais de caráter urbanístico: a questão da água ou a inospitalidade do lugar.

Em todas as entrevistas com universitários, o que se pode perceber é o fortalecimento dos conceitos que fazem do sertão um espaço físico delimitado com problemas pontuais e soluções pouco prováveis, porém um lugar de felicidade e de pureza das pessoas.

O entrevistado 8 tece suas considerações sobre o sertão de São Raimundo: *“Depende do ponto de vista, porque quem está em Teresina vê São Raimundo como sertão, mas já para quem está em Jurema vê São Raimundo como uma cidade de oportunidades. Isso seria um pouco relativo, porque quem já está em São Raimundo vê esses municípios ao redor como sertão, já que eles são poucos desenvolvidos”*.

É válido lembrar que este segmento social, universitários, são agentes que continuarão a propagar o conceito de sertão nos moldes de um tempo que não mais condiz com realidade de hoje. Pois, seria possível avaliar, na atualidade, um determinado local no Brasil como longe, isolado, incivilizado? Para Moraes (2003, p 04),

Tais termos, contudo, devem ser avaliados com cautela, pois só tomam sentido quando inseridos num sistema de referências que conforme o horizonte geográfico do qualificador, num quadro onde ganha destaque a questão das escalas. Perto ou longe são qualificativos multi-escalares, que dependem do estabelecimento de um referencial de localização e de comparação. A distância é, em muito, função das condições de transporte, numa relação onde o tempo de deslocamento emerge como critério de medida.

Diante de todas as conjunturas da sociedade atual, seria possível propor um pensamento a respeito daquilo que particulariza e individualiza o sertão? É possível que a emergência de um novo discurso sobre o sertão, no qual o semiárido se evidencia, surja enredado por diversas temporalidades históricas que se distanciam cada vez mais do presente. Os discursos que foram construídos sobre o sertão, os aspectos geográficos e históricos, se encontram para a compreensão do Brasil como país de desenvolvimento desigual em virtude das adversidades sociais presente no vasto território. Na afirmação de Maciel (2004, p. 82),

[...] a evocação da paisagem sertaneja tem uma ambigüidade sintomática. Por exemplo, ela foi engendrada e difundida historicamente tendo como elemento central o clima excepcionalmente seco e as mazelas humanas causadas pelo fenômeno espasmódico das secas. Com o avanço dos meios técnicos e das políticas hídricas, o sertão passa também a ser identificado com os perímetros de irrigação e a modernização da agricultura. A imagem do deserto, ou mais especificamente da magnitude da insolação combinada com a insuficiência de chuvas, continua como tema mitológico presente em quase todas os modos de pensar este espaço.

Ao que parece, na atualidade, a realidade cada vez mais se distancia dos conceitos sobre o Sertão. Estes conceitos, como dito anteriormente, foram gestados em certos ambientes, por um segmento social, para diferenciar os espaços controlados dos espaços e pouco controle.

Quando se analisam segmentos sociais que não passaram pelos bancos universitários, o que se verifica é o pouco conhecimento sobre o sertão. O entrevistado

13²⁷ nos diz que São Raimundo, “*seria uma cidade simples, com um povo hospitaleiro e com desenvolvimento médio e tem o Parque Nacional como potencial turismo para a região*” e ainda diz que reconhece o sertão “*pelos aspectos físico, biológico e antropológico*” e “*Me considero sertanejo, minha cabeça redonda, só quem tem essa cabeça é sertanejo*”.

É compreensível que essa característica, inclusive depreciativa, faça parte do sentimento de um segmento social que aspira chegar ao “nível diferenciado” do outro. Tais características estão mais presentes em sociedades que estão sendo mais fortemente influenciadas pelas ideias de desenvolvimento e consumo. Como afirma Canclini (2008, p. 90),

numa época globalizada – em que a cidade não se constitui apenas pelo que acontece em seu território, mas também pelo modo como migrantes e turistas, mensagens e bens procedentes dos outros países atravessam – construímos mais intensamente o próprio por meio do que imaginamos sobre os outros.

O entrevistado 14, quando questionado sobre para que lado fica o sertão responde: “*Eu creio que a gente está dentro de uma região de sertão e também para onde eu morava em Maranhão e Tocantins também se chamava sertão*”. Depois de um tempo, indagado sobre o que representa o Sertão, ele afirma: “*O deserto, a seca, antigamente era muito sofrimento também*”. Conclui-se que a imagem do sertão presente na concepção do entrevistado é uma imagem pouco usual, pois o deserto poucas vezes aparece como fator fundamental para caracterizar o sertão, pelo menos nos meios midiáticos. A seca, sim, o sofrimento sim, porém o entrevistado se resguarda ao afirmar que “*antigamente*”, ou seja, na concepção dele, no presente, o sofrimento foi amenizado.

Quando perguntamos se ele se considera sertanejo, responde: “*Hoje eu não me sinto tão sertanejo não*”. O que é possível inferir é que, de alguma forma, houve uma mudança de perspectiva. Se outrora a vida era pautada por um vínculo maior com a terra, agora o vínculo empregatício é com o setor terciário, o que na verdade é uma mudança significativa.

²⁷ As entrevistas 13 a 19 foram realizadas com os condutores do Parque Nacional Serra da Capivara. Estas entrevistas foram realizadas nos dias 29 e 30 de janeiro de 2015.

O entrevistado 14 fala sobre sertão se uma forma muito vaga, por sinal, característica comum a todos os discursos dos condutores do Parque. Quando fazem referência ao sertão, o que aparece de forma marcante é a seca.

Indagamos ao entrevistado 16 sobre o que conhece de sertão e ele responde quase que questionando: *“Seria a seca, fazendeiros com dificuldades de criar o gado”*. Depois de fazer outras perguntas, quando chegamos à parte sobre se ele já passou pelo sertão, eis a resposta: *“O sertão, sertão mesmo não”*. Ou seja, o sertão que se apresenta é aquele que se repõe, assim, como uma espécie de pecado original do berço colonial de nossa formação, sofrendo requalificações a cada época e recebendo atribuições e qualificações próprias aos interesses em pauta a cada onda de ajustes dos espaços periféricos.

Sobre o lado bom de viver onde mora, o entrevistado 16 responde: *“É a qualidade de vida em termo de paz, a segurança, o ar, é bem menos estressante do que as cidades grandes como São Paulo”*. Aproveito para perguntar o que essa região teria de diferente do Nordeste, do Piauí: *“É uma região de beleza natural muito grande e de valor pré-histórico muito grande também, que com isso surgiu a criação do Parque”*.

Questionado sobre o que vem à mente quando pensa no parque, o entrevistado 16 diz: *“O Parque representa minha vida. Eu trabalho como vigilante e comecei como guia do Parque, é onde eu tiro o sustento da minha família”*. Percebe-se, claramente, uma mudança de perspectiva. Se há um tempo não muito distante, para se ter acesso a um emprego com carteira assinada era preciso se deslocar para os centros urbanos mais dinâmicos, com o Parque é possível ter seu trabalho formal em São Raimundo Nonato - PI.

O entrevistado 18, ao fazer referência ao local, nos diz que: *“É um local maravilhoso, pelas oportunidades que surgiram e também pelo local bem agradável sem nenhum problema”*. Analisando a fala, foi possível concluir que o sertão, da forma como foi construído, não faz parte de sua percepção, é um sertão vago de significado. Ele nos diz que sertão lembra *“Luiz Gonzaga”*.

Percebemos um elemento que muito contribuiu para propagar a ideia de sertão: o rádio. Seria quase impossível a divulgação dos símbolos representativos do sertão sem a presença marcante do rádio. Figuras como Luís Gonzaga, Humberto Teixeira e Zé do Norte não teriam expressividade em regiões distantes sem a divulgação pela rádio. Para Alves (2011, p.103),

Durante os anos quarente e cinquenta, as rádios com maior potencial sonoro, cuja maioria era sediada no Rio de Janeiro e em São Paulo, possuíam programas destinados às audiências regionais, tanto porque tinham penetração em diversas regiões do país, quanto porque atendiam a uma demanda de migrantes que cada vez chegavam em maior número.

O entrevistado 19 faz suas considerações sobre o sertão na mesma perspectiva dos outros entrevistados pertencentes ao segmento social dos condutores do Parque. Percebe-se uma preocupação quanto à questão do emprego, pois é interessante salientar que todos os entrevistados deste segmento relataram ter saído para centros urbanos mais dinâmicos, talvez por esta razão, quando relatam sobre o lugar, ressaltam a passividade do povo. Perguntado sobre o lado bom de viver na região, o entrevistado 19 afirma: “*O lado bom por causa do sossego, é tranquilo, não precisa se preocupar com a violência*”.

Neste caso, nos vieram os questionamentos: a televisão propaga a violência? Ou a própria vivência em centros mais dinâmicos contribui para que estes atores tenham em mente que a violência é uma das mazelas da sociedade atual? Ou podemos afirmar categoricamente que o estranho causa medo?

Para o entrevistado 19, “*Sertão é caracterizado por um lugar seco e sem água*”, porém em momento algum este entrevistado mencionou problemas relacionados à água ou deixou a entender que o clima seco seria um aspecto negativo da região.

Sabemos que as características de um lugar levam os indivíduos a terem imagens diferentes de outros moradores de outras áreas, bem como entre si, pois as representações mentais e as imagens que cada entrevistado tem sobre o lugar são baseadas em suas experiências e vivências no próprio lugar.

Ao fazer a análise das entrevistas dos condutores do Parque, foi possível observar falas muito próximas. Sempre a expressão mais significativa dos discursos estava ligada à tranquilidade do lugar, ao sertão associado à seca, falta d'água, porém em suas descrições sobre o lugar essas características não se apresentaram fortemente. As problemáticas urbanas atuais, como emprego, uso de drogas, saneamento e educação foram bem marcantes nas entrevistas. Aspectos ligados a atributos construídos sobre sertão como isolamento, incivilizado, lugar de gente valente, de vaqueiro, se dissiparam. Além disso, a afirmação de que o sertão é distante daqui parece válida para esse segmento.

Quando se vai a campo, há possibilidades reais de se deparar com situações inesperadas, não previstas no momento de elaboração do projeto de pesquisa. Com este trabalho não foi diferente. Antes mesmo de fazer um levantamento sobre os artistas populares, apenas os elegemos como segmento social representativo. Em campo, constatamos que existiam apenas dois poetas populares na cidade, porém esta situação não repercutiu de maneira muito significativa nos resultados esperados, pois, analisando a entrevista de ambos os poetas, foi possível constatar que eles mantinham a mesma linha de pensamento dos dois outros segmentos sociais.

O entrevistado 20, ao ser questionado sobre os aspectos da vida em São Raimundo Nonato, se posiciona de forma semelhante aos demais entrevistados: *“Uma cidade muito acolhedora, que eu gosto de viver nela, apesar das dificuldades”*. As informações repassadas por este entrevistado demonstram que a cidade funciona como um lar, em que sempre se fala bem. Quando afirma ter dificuldades, estas estão ligadas às dificuldades vivenciadas pelo modo de vida urbano, pela pouca perspectiva de emprego, pelo descaso com a coisa pública etc. Em nenhum momento o entrevistado, sem ser solicitado a falar de sertão, faz menção ao tema.

O entrevistado 20 segue falando das coisas boas da cidade, então, perguntamos o que teria de ruim para ele que, sem pensar muito, responde: *“O lado ruim é que estou vivendo sem ter parceiros para formalizar meu trabalho.”* Verificamos na sua fala um aspecto relevante na atualidade: a falta de interesse por parte dos atores locais ao que está ligado às raízes culturais, constatando a afirmação de Canclini (2008, p. 106) de que *“os repertórios folclóricos locais, tanto àqueles ligados às artes cultas quanto às populares, não desaparecem, mas seu peso diminuiu num mercado no qual as culturas eletrônicas transnacionais são hegemônicas”*.

Seguindo na mesma linha de pensamento, o entrevistado 20 se refere à cidade como sendo o centro polarizador da microrregião: *“A gente chamamos (sic) de cidade tronco, cidade maior, ou seja, a cidade polo”*.

Saindo um pouco das discussões sobre a cidade, adentrando nos questionamento sobre o sertão, pontuamos: o que é ser sertanejo? *“É ter resistência aos obstáculos da seca, ela nos atrapalha muito”*. Notamos na fala do entrevistado 20 uma tendência, tal qual os demais segmentos entrevistados, a propagar a ideia da seca enquanto fundamentadora do imaginário sobre sertão.

Como era de se esperar, o entrevistado 20 fala de especificidades relacionadas aos aspectos culturais da região que a diferencia das demais regiões do

Nordeste. Ele nos fala: *“O pessoal daqui é mais pacato, pessoal lá é mais agitado. Aqui também como relação à escrita, o sertanejo na posição do “r”, o sertanejo autêntico mesmo, coloca um “i” e no lugar do “l” também, um palmo é um “paimo”, tenha calma é tenha “caima”. Já aqui no lugar do “r” coloca um “s”, um exemplo seria: Você mora onde? Eu moro na “fastura”, também perto seria “pesto”.*

Estes aspectos linguísticos são possíveis de serem verificados na camada de população de mais idade, principalmente naqueles que não tiveram acesso a uma educação formal. Nas falas dos entrevistados que representam os três segmentos, não foi possível constatar essa afirmação do entrevistado 20, o que vem a demonstrar uma dissolução de aspectos culturais representativos dos espaços mais afastados, do “sertão”.

O entrevistado 21 descreve o São Raimundo Nonato como sendo uma cidade em que se diferencia das demais por conta do Parque. Segundo ele, *“um local tranquilo, um local pacato, um local onde tem a Serra da Capivara”*. A Serra da Capivara a qual o entrevistado faz menção seria o Parque Nacional. Imbuído de um sentimento de pertencimento, ele diz: *“Aqui é o local onde fui criado, que eu amo e não tenho interesse em morar em outro local não”*.

Sobre o lado bom de viver neste lugar, o entrevistado 21 responde: *“O lado bom é porque tenho minha família aqui, eu gosto desse local”*. Verificamos que ele ainda está desnudo de conceitos sobre os aspectos mais formais que fundamentam a construção *sertão*.

Quanto aos aspectos negativos do local, o entrevistado 21 nos informa: *“O lado ruim é a seca”*. A fala desse entrevistado revela a ideia de que as características climáticas acarretam um problema para maioria da população local. No entanto, é bom lembrar que o problema da seca é mais significativo para o segmento social menos favorecido economicamente.

Nesta perspectiva, e como foi possível comprovar no trabalho de campo, para os segmentos sociais que têm pouco contato com os centros de difusão das ideias de Sertão, este termo se apresenta de maneira não muito bem definida. Pelo menos nas adjacências da cidade de São Raimundo Nonato-PI, as entrevistas feitas com pessoas de pouca formação escolar ou mesmo sem esta formação, tem pouca noção sobre o que seria sertão. Dessa forma, Sertão e Nordeste se apresentam de forma similar na percepção destes moradores.

O sertão se repõe, assim, como uma espécie de pecado original do berço colonial de nossa formação, sofrendo requalificações a cada época e recebendo atribuições e qualificações próprias aos interesses em pauta a cada onda de ajustes dos espaços periféricos. Na atualidade, a perspectiva da globalização poderia identificá-lo com os lugares não integrados às redes de fluxos internacionais ou como os depositários do patrimônio natural e da biodiversidade do planeta (MORAES, 2003, p. 5).

Lembro de uma senhora que, ao ser perguntada sobre o Sertão, nos falou: *“Deve ser um local bem distante daqui²⁸”*. Ou seja, como esta senhora tinha pouco contato com os meios de difusão da ideia de Sertão, ela carregava consigo quase nenhum entendimento sobre o assunto. Porém, os aspectos de um lugar vivenciado por ela, estes sim, foram expressos com muita propriedade, pois, segundo ela, *“É o local com pouca violência, lugar onde se “pode dormir de portas abertas”, de “pessoas honestas”*”, ou seja, um reforço às ideias de Moraes (2003, p.3) quando afirma que

O sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo. O objeto empírico desta qualificação varia espacialmente, assim como variam as áreas sobre as quais incide tal denominação. Em todos os casos, trata-se da construção de uma imagem, à qual se associam valores culturais geralmente – mas não necessariamente – negativos, os quais introduzem objetivos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados. Nesse sentido, a adjetivação sertaneja expressa uma forma preliminar de apropriação simbólica de um dado lugar

As localidades as quais se costumou conceituar como sertão são apenas uma porção da superfície terrestre, com suas particularidades, e que, a cada dia que passa, se conecta mais fortemente ao mundo exterior. Esta conexão transforma significativamente a forma de viver e vivenciar o ambiente. Devido a isso, aquelas simbologias com as quais o Sertão foi historicamente fundamentado praticamente se dissolveram, o que torna ainda mais difícil a compreensão empírica sobre o termo.

O trabalho de campo foi muito produtivo no sentido de desmistificar um conceito de Sertão criado de fora para dentro. Acreditamos que há uma emergência de um novo discurso sobre o Sertão, em que o Nordeste semiárido ainda permanece

²⁸ Entrevista realizada no dia 12 de setembro de 2014. A senhora trata-se de uma mulher de aproximadamente 65 anos, moradora do distrito de São Raimundo Nonato denominado São Victor.

enredado por diversas temporalidades históricas dissonantes, as quais não se coadunam com os aspectos da realidade projetada para a modernidade do século XXI.

Dentro da lógica moderna, todo o território deve servir aos anseios de uma nova estrutura produtiva. Nessa esteira, surge uma necessidade de domesticar a natureza, uma vez que se concebe que o homem, quanto mais ligado a ela, menos evoluído em termos de civilização, o que leva a condição de “ser sertanejo” a ser tomada depreciativamente.

Na atualidade, a descrição do sertão, no caso em estudo São Raimundo Nonato, pode ser pensada a partir de rápida e efetiva transformação. Ao longo da história do Brasil, os contatos entre europeus e grupos nativos aconteceram, sendo mais intensos em determinadas áreas do que em outras, o que acentuava as variações das influências culturais. São Raimundo Nonato seria uma dessas áreas de baixa intensidade de contato, o que fazia da cidade um local de diferenciações culturais bem significativas, principalmente os aspectos culturais do segmento social menos favorecido economicamente.

O sentido da intensidade dos contatos diz respeito não apenas à ocupação de um espaço, mas também significa domínio, exploração e instalação cultural, pois a cultura do exógeno é passada para o novo território. E dessa integração cultural, nem a diluição do legado exógeno se fará de maneira completa, nem a recuperação significará um reencontro com o mesmo, e sim, um elemento novo.

Se perscrutarmos a história da cidade, verificaremos que São Raimundo, desde sua fundação, desempenhou um papel importante no contexto local. No início, foi um centro de coleta da borracha quando esta era a principal fonte econômica da região.

Experiências do próprio autor deste trabalho apontam para uma maior difusão do termo sertão nas cidades do interior do Ceará e Pernambuco. No Ceará, talvez por ser um estado que historicamente difundiu a problemática da seca através do discurso político e, principalmente, da literatura. Em Pernambuco talvez, também, pela proximidade com os centros produtores de uma cultura mais “civilizada”, ou seja, com áreas de urbanização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade ocidental vem passando por transformações nunca vistas na história da humanidade. O processo de globalização acelera as interações entre diferentes grupos humanos, criando uma tendência à dissolução das diferenças culturais e recriando um padrão cultural integrado à econômica global.

No Brasil, o processo de globalização tem se intensificado nas últimas décadas e tem trazido consequências significativas para a vida social. Devido a este fenômeno, faz-se necessária uma nova discussão a respeito de velhas questões.

Entendemos que os vetores de modernização estão mais presentes nas cidades de maior crescimento populacional que, de certa forma, dentro de suas regiões, apresentam dinamismo ou disposição para tal, sobretudo as cidades médias e grandes. No entanto, a expansão da fluidez como uma das características resultantes da modernização propiciou novas formas de articulações, reforçando a desigualdade no que consiste ao uso do território, porém, nenhuma porção deste se exclui do processo.

Neste sentido, novas abordagens geográficas devem considerar o fenômeno das modernizações, visto que essas se apoiam em perspectivas espaciais, oferecendo novas percepções da difusão ao indicar os padrões reais de ordem e organização subjacentes ao processo e ao apontar as similaridades e interações espaciais de seus vários processos.

Quando o poder público não tinha sequer o conhecimento efetivo de todo o território, criou-se a denominação sertão para às áreas que estavam pouco integradas às leis do Estado. Porém, a estrutura espacial brasileira passa por transformações no sentido de atender as expectativas de um mercado nacional e global e isto tem como consequência uma transformação na forma como a sociedade percebe o ambiente. Neste sentido, as construções conceituais sobre Sertão não condizem com nenhuma porção do território.

Não é possível caracterizar uma porção do território como sendo isolada, pois os automóveis, que se tornaram acessíveis, desempenham função essencial no processo de comunicação entre diferentes porções do espaço.

Por esta perspectiva, caracterizar sertão é uma tarefa que se torna mais complexa a cada dia. Se no passado já se discutia com certa dificuldade, nos dias atuais é preciso uma maior atenção no sentido de não cair num discurso vazio acerca deste tema. Dentro de um discurso racional, esta porção do território foi tida com uma fronteira com o mundo civilizado. “Sertão e litoral representam os contrastes de uma sociedade vista como o principal problema a ser investigado, e que foi objeto de diferentes tentativas de interpretação” (LIMA, 1998, p.17).

Civilizado e incivilizado têm sido as oposições centrais para caracterizar litoral e sertão ao longo da história brasileira, “a ideia de um país moderno no litoral, em contraposição a um país refratário à modernização, no interior, quase sempre conviveu com a concepção oposta, que acentuava a autenticidade do sertão em contraste com o parasitismo e a superficialidade litorânea” (*ibidem*).

O litoral torna-se, por suas condições ambientais, o local de produção de mercadorias destinadas à Europa, enquanto o sertão supria as demandas “nacionais” e, exatamente quando no litoral vê-se progresso, acumulação de riqueza, aumento da complexidade da vida urbana, o sertão passa a ser chamado a complementar o espaço nacional.

O espaço geográfico nacional torna-se mais compacto e as diferenças de ordem da cultura local vêm diminuindo, sendo crescente o aspecto de uma cultura nacional mediada pelo mercado de consumo e trabalho. Pensar em sertão era pensar no modo de vida diferenciado dos centros urbanos mais dinâmicos do ponto de vista econômico. Sertão nos remetia a um modo de sobrevivência diretamente ligado à terra, seja com a agricultura, seja com a pecuária ou a associação das duas.

Com a trabalho, foi possível constatar que cada vez menos o modo de sobrevivência está ligado à terra, mas sim a um emprego formal ou mesmo informal, no comércio ou principalmente em órgãos ligados ao poder público. Neste último caso, a municipalização de parte dos recursos federais destinados à saúde e à educação teve importante papel na dinâmica produtiva local.

Um outro aspecto a ser considerado quando se fala em sertão diz respeito aos fluxos migratórios. No caso em estudo, São Raimundo Nonato, o que se tem é uma movimentação de trabalhadores em constantes idas e vindas, tornando ainda mais dinâmica a realidade social local.

As entrevistas demonstraram uma grande preocupação dos entrevistados com problemas relacionados à vida urbana. As caracterizações depreciativas do viver no sertão como incivilizado, matuto, palco de constantes brigas entre famílias, foram substituídos por depreciativos ligados à periferia do sistema de produção capitalista, ou seja, com caracterizações que o colocam como lugar de pouca infraestrutura, de sistema de saúde precário, de má qualidade no sistema educacional, poluição, e o sentimento de violência foi substituído pelo sentimento de insegurança.

Um aspecto interessante que foi possível comprovar com o campo é a falta de sentimento de pertencimento ao sertão. O discurso sobre o tema parece estar mais presente em estados como Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. No caso de São Raimundo Nonato, mesmo inserido na porção semiárida no Nordeste, a população local, inclusive na faixa etária acima de 50 anos, não parece assumir a identidade de sertanejo para si.

REFERÊNCIAS

- AB´SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: Potencialidades paisagísticas**. São Paulo, Ateliê editorial, 2003.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2. ed. Recife: FJN; São Paulo: Massangana, Cortez, 2001.
- ALBUQUERQUE, R. C. de. **Nordeste: sugestões para uma estratégia de desenvolvimento**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2002.
- ALENCAR, J. **O sertanejo**. 5. ed. São Paulo : Melhoramentos, n/d.
- ALVES, E.P.M. **A economia simbólica da cultura popular sertanejo-nordestina**. Maceió: Edufal, 2011.
- ANDRADE, M. C. **Nordeste: alternativas da agricultura**. Campinas, SP: Papirus, 1988.
- _____. **A terra e o homem do Nordeste**. Recife: UFPE-MDU, 1982.
- ARAÚJO, T.B. **Nordeste, Nordestes: que Nordeste?**. Observanordeste FUNDAJ, 2002. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte013.html>. Acesso em: 22 dez. 2014.
- BARROSO, G. **Vida e história da palavra sertão**. Salvador: UFBA/CEB, 1983.
- BECKER, B. G.; EGLER, C. A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BUTTNER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLLETTI, A. **Perspectiva da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.
- CAMARGO, L. H. R. **Ordenamento territorial e complexidade: por uma reestruturação do espaço social**. In: ALMEIDA, F. G.; SOARES, L. A. A. (Orgs.). **Ordenamento territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2009.
- CAPITÃO, C. G.; VILLEMOR-AMARAL, A. E. **A pesquisa com estudo de caso**. In: BAPTISTA, M. N.; CAMPOS, D. C. **Metodologia de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa**. Rio de Janeiro: LTC, 2007.
- CAPRA, F. A teia da vida uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. 6ed. Trad. Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 2007.
- CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CASTRO, I. E. **Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação**. In: _____.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Explorações**

geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1997, pp. 155-196.

CAVALCANTE, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas: Papirus, 1998

CLAVAL, P. A geografia cultural: o estado da arte. In: CORRÊA, R.L. *et al.* (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

_____. As abordagens da Geografia Cultural. In: I. E. C. *et al.* (Orgs.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. **A geografia cultural**. Florianópolis: EdUFSC, 1995.

_____. A volta do cultural na geografia. Revista Mercator Geografia, UFC, ano 01, n. 1, 2002, pp.19-28.

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba: síntese executiva: Território Serra da Capivara**. Brasília, 2006.

CORREA, R., L.; ROSENDAHL, Z. (Org) **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. Geografia cultural: passado e futuro: uma introdução. In: CORRÊA, R.L. *et al.* **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R.L. *et al.* (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, pp. 92-123.

_____. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, R.L. *et al.* (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. Mundo dos significados: geografia cultural e imaginação. In: CORRÊA, R.L. *et al.* (Org.). **Geografia Cultural: um século (2)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____.; JACKSON, P. **Novos Rumos da Geografia Cultural**. In: CORRÊA, R.L. *et al.* (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil –. **Projeto Geoparques GEOPARQUE SERRA DA CAPIVARA – PI**. Ministério das Minas e Energia: Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Brasília, DF, 2011.

DANTAS, E. W. C. Nordeste brasileiro fragmentado. In: SILVA, J. B.; DANTAS, E. W. C.; ZANELLA, M. E.; MEIRELES, A. J. A. **Litoral e sertão**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

DARDEL, E. **L'homme et la terre: nature de la réalité géographique**. Paris: Ed. CTHS, 1990, 199 p. (1º ed. francesa: Paris, PUF, 1952).

DIAS, T. A. **O reino nos sertões: formação de novos espaços coloniais na capitania do rio grande**. In: II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL. Anais.. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais. Acesso em: 27 mai. 2015.

DIEGUES, M. J. **Regiões culturais do Brasil, Centro Brasileiro de pesquisas Educacionais Série VI – sociedade e Educação – Vol.2**. Rio de Janeiro, 1960.

FERREIRA, A. L.; DANTAS, G, A, F.; SIMONINI, Y. **Cartografia do (de)sertão do Brasil: notas sobre uma imagem em formação – séculos XIX e XX**. XII Colóquio Internacional de Geocrítica, Bogotá, 2012.

GARCIA CANCLINI, N. **Culturas híbridas: estratégia para entrar e sair da modernidade**. Trad. Heloisa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

GEORGE, P. **Os métodos da Geografia**. São Paulo: Ed. Difel, 1978.

GEORGE. P. **O Homem na Terra: a geografia em ação**. Lisboa : Edições 70, 1993.

GREGORY, D. *et al.* **The dictionary of human geography**. 5. ed. London: Blackwell Publishing, 2009.

GUIMARÃES, F. M. S. Divisão regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 3, n.24, p. 318-371, abr./jun.,1941.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenología del espíritu**. 1. ed. 3. reimp. Buenos Aires. Fondo de Cultura Económica, 2009.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: J Olympio, 1976.

HOLZER, W. O lugar na geografia humanista. **Território**, Rio de Janeiro, n.7, p.7-78, jul./dez., 1999.

KESTERING, C.; SIQUEIRA, C. M. B.; OLIVEIRA, J. S.; OLIVEIRA, J. R. **Organização geográfica do município de São Raimundo Nonato: da sua fundação aos dias atuais**. Disponível em www.academia.edu/3364111/Organizacao_geografica_de_Sao_Raimundo_Nonato_-_PI. Acesso em: 20 nov. 2013.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEFÈBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

_____. **El derecho a la ciudad**. 4. ed. Barcelona: Ediciones 62, 1978.

LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

MACIEL, C. A. A. **Metonímias geográficas: imaginação e retórica da paisagem do semi-árido pernambucano**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ/ CCMN/ IGEO/ PPGG, 2004.

MACIEL, C. A. A. Hermenêutica da paisagem sertaneja: possibilidades de interpretação do conhecimento local. In: BRANDÃO, T. M. P.; ROSAS, S. C. (Org.). **Os sertões: espaços, tempos, movimentos**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010. v. 1. 234p.

MAIA, D. S. Cidades médias e pequenas do nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Orgs.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010.

MAIA, D. S. A geografia e o estudo dos costumes e das tradições. **Terra Livre**, São Paulo, n.16. 1º semestre, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, M. D. **O açúcar no Sertão: a ofensiva capitalista no Nordeste do Brasil**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008.

MARTINS, A. S. *et. al.* **Piauí: Evolução, realidade e desenvolvimento**. 3. ed. Teresina: Fundação CEPRO, 2003.

MASSEY, D. La Conceptualización del espacio y la cuestión de la política en el mundo globalizado. In: SILVA, J. B.; LIMA, L.C.; ELIAS, D. (Org.). **Panorama da geografia brasileira**. São Paulo: Anablume, 2006.

MENEZES, D. **O outro Nordeste**: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas Implicações históricas nos problemas gerais. Fortaleza: UFC, Casa José de Alencar/Programa editorial, 1995.

MCDOWELL, L. A transformação da geografia cultural. In: GREGORY, D. *et alii.* (Org.) **Geografia humana**: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 19. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

NASCIMENTO, M. R. Religiosidade e cultura popular: catolicismo, irmandades e tradições em movimento. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p.119-130, 2009.

Disponível em: www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica. Acesso em: 22 out. 2013.

NEVES, E. F. Sertão como recorte espacial e como imaginário Cultural. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v.3, n.1, 2003

NICOLAS, D. H. Elementos para un analisis sociogeografico de turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org.). **Turismo e Geografia Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. São Paulo: HICITEC, 1996.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE**. Planejamento e conflitos de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, C. D. M. A complexidade territorial do turismo: atores, cenários e relacionamentos. In: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (Orgs.). **Panorama da geografia brasileira**. São Paulo: Anablume, 2006 , v. 1.

OLIVEIRA, G. A. **Memorial de Vicente Pinzon, a descoberta do Brasil pelos espanhóis**. Fortaleza: Gráfica e Editora Simões, 1993.

PESSIS, A. **Parque Nacional Serra da Capivara: perfil socio-econômico**. Recife: FUMDHAM-SUDENE, 1998.

QUINTANS, L. A globalização econômica, o Nordeste brasileiro e seu semi-árido. In: BATISTA FILHO, M. (Org.). **Viabilização do semi-árido nordestino**. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco, 2001.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Trad. de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, A. J. C. B. **Os desdobramentos econômicos do turismo e seus reflexos no empresariado local: uma avaliação do bairro Praia de Iracema**. 2007. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

ROCHA, H. **O Lado esquerdo do Rio**. São Paulo: Hucitec, 2003.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997

_____. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século 21**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTANA, R. N. M. **Evolução histórica da economia piauiense**. 2. ed. Teresina: Ed. Academia Piauiense de Letras – convênio com o Banco do Nordeste, 2001.

SAUER, C. Geografia cultural. In: CORRÊA, R.L. *et al.* (Org.) **Introdução a Geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. Cultural geography. **Encyclopedia of the Social Sciences**, v. VI, New York: McMillan, 1931. Tradução Susana Mara Miranda Pacheco e Zeny Rosendahl.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, K. V. **Nas solidões vastas e assustadoras**: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas Açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: Cepe, 2010.

SILVA, J. K. T.; LIMA, M. H. P. **Evolução do marco legal da criação de municípios no Brasil**. Disponível em: ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/divisao_territorial/evolucao_da_divisao_territorial_do_brasil_1872_2010/evolucao_do_marco_legal_da_criacao_de_municipios_no_brasil.pdf. Acesso em: 26 nov. 2013.

STAKE, R. E. **Investigación con estudio de casos**. Trad. Roc Filella. 3. Ed. Madrid: Ediciones Morata, 1998.

TUAN, Y. **Topophilia**: a study of environmental perceptions, attitudes and values englewood cliffs. Prentice-Hall, 1974.

WAGNER, P. L. M. M.W. **Os temas da geografia cultural**. In: CORRÊA, R.L. *et al.* (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VATTIMO, G. **O fim da modernidade**: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

YÁZIGI, E. A importância da paisagem. In: YÁZIGI, E. (Org.). **Paisagem e turismo**. São Paulo: Contexto, 2002.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Trad. Ana Thorell. São Paulo: Bookman, 2010.

YIN, R. K. Studying the implementation of public programs. In: WILLIAMS, W. (Eds.). **Studying implementation: methodological and administrative issues**. Chatham, NJ: Chatham House, 1982, pp. 36-72.

YIN, R. K. Case study research. design and methods. **Applied Social Research Methods Series**, Vol. 5, London, Sage Publications, 1989.

YIN, R. K. **Applications of case study research**. London, Sage Publications, 1993.

YIN, R. K. Case study research: design and methods. **Applied Social Research Methods Series**, Vol. 5, 2. ed., London, Sage Publications, 1994.

YIN, R. K. The abridged version of case study research. BICKMAN, L.; ROG, D. J. (Eds.). **Handbook of Applied Social Research Methods**. Thousand Oaks, Sage Publications, 1998.